UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

ELIZIÁRIO NOÉ BOEIRA TOLEDO

O PRONAF EM SALVADOR DAS MISSÕES:
Contradições de uma política de crédito

Porto Alegre
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ELIZIÁRIO NOÉ BOEIRA TOLEDO

O PRONAF EM SALVADOR DAS MISSÕES:

Contradições de uma política de crédito

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider

Série PGDR – Dissertação Nº 103
Porto Alegre
2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

T649p Toledo, Eliziário Noé Boeira

O PRONAF em Salvador das Missões : contradições de uma política de crédito / Eliziário Noé Boeira Toledo. – Porto Alegre, 2009.

186 f. : il.

Orientador: Sérgio Schneider.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Crédito rural : Agricultura familiar : Salvador das Missões (RS). 2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar : Crédito rural : Salvador das Missões (RS). I. Schneider, Sérgio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

ELIZIÁRIO NOÉ BOEIRA TOLEDO

O PRONAF EM SALVADOR DAS MISSÕES:

Contradições de uma política de crédito

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

_____

Prof. Dr. Sergio Schneider
PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS

_____

Prof. Dr. Marcelino de Souza
PGDR/Departamento de Economia/UFRGS

_____

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich
PGDR/Departamento de Economia/UFRGS

_____

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/UFPel

Este trabalho é dedicado aos homens e mulheres do campo, para quem dez *"contos"* representam pequenas fortunas, e cujas mãos embrutecidas e calejadas, um apelo constante e silencioso é para não esquecermos de onde viemos, e nem onde nossos pés já pisaram.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento requer por vezes o recolhimento e a clausura, mas, na maioria das vezes, é um empreendimento que necessita do convívio e da partilha na mais clara evidência da necessária sociabilidade com aqueles que nos cercam. Dessa forma, muito do que aprendemos está nos encontros e desencontros que tivemos, buscando cruzar pela estreita porta da curiosidade e do deslumbramento à procura do desvelar do saber.

Agradecemos aos agricultores (as) familiares de Salvador das Missões, causa e propósito deste trabalho. Ao abrirem suas casas e corações e partilharem de suas inquietudes ao emprestarem suas falas para contar parte dos mistérios da realidade que os cercam. Essa atitude deixa para nós um compromisso ainda maior, que devemos ter zelo e cuidado por aquilo que nos é ofertado que, por vezes, suas histórias são tudo o que eles têm de mais precioso. É necessário agradecer às pessoas e instituições que ajudaram a viabilizar este estudo e, de forma especial ao pessoal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salvador das Missões, nas pessoas da Noeli e da Janete, bem como, ao Daniel da EMATER, por sua prestimosa ajuda. São as pessoas que fazem a diferença em qualquer tempo e lugar.

Aos professores, colegas e funcionários do PGDR, pelos debates e pela oportunidade de conhecer outros mundos, outras gentes que carregam e compartilham o desejo de aprender para auxiliar a mudar o mundo a partir do cotidiano de cada um. Não sem dor, é claro!

Aos professores da banca examinadora, pelas críticas e sugestões visando a melhorar o teor e qualidade do trabalho. Ao professor orientador, Sergio Schneider, pelo exemplo profissional de seriedade, caráter e dedicação, em clara demonstração que podemos fazer a diferença no que estamos fazendo onde quer que estejamos. Ao companheiro de luta e amigo Juarez da Rosa Cândido, por sua acolhida e determinação em fazer do discurso uma prática cotidiana nem sempre fácil em acreditar que o conhecimento é o lume necessário na vida de todos, especialmente das instituições. Seu exemplo há de abrir portas para outros que virão depois. Aos amigos da FETAG/RS que contribuíram com incentivo, apreço e leitura.

À minha companheira, amiga de aconchego, Maria Emília, pelo apoio, por ter segurado minha mão na crença de que tudo está ligado a tudo, e mesmo nas coisas mais insignificantes sempre há um propósito definido a nos dizer que somos pelo que construímos ao nosso entorno – UBUNTU, inclusive o conhecimento.

“Estranha é nossa situação aqui na terra. Cada um de nós vem para uma curta passagem, sem saber por quê, ainda que algumas vezes adivinhando um propósito. Do ponto de vista da vida cotidiana, porém, de uma das coisas sabemos: o homem está aqui pelo bem de outros homens - acima de tudo daqueles de cujos sorrisos e bem-estar nossa própria felicidade depende”.

Albert Einstein

RESUMO

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi um marco na política pública de crédito para o financiamento da agricultura familiar e ponto referencial da agricultura familiar como ator social e político no cenário do desenvolvimento rural brasileiro. O objetivo do trabalho é ampliar a compreensão sobre as formas e usos dos recursos do PRONAF em que pese as diferentes razões e aspectos motivacionais que levam os agricultores familiares a utilizar os recursos visando ao seu fortalecimento e à garantia das condições sociais e materiais, a fim de permanecerem como agricultores. Esta dissertação discute as formas que os agricultores familiares estão utilizando os recursos do programa. A pesquisa busca elementos para problematizar as formas de utilização dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares na busca de condições para se reproduzirem socialmente. Apesar de existir uma vasta produção acadêmica sobre o PRONAF focada na avaliação institucional do programa, entretanto, o que se pretende enfatizar no presente estudo é a visão que os beneficiários expressam, utilizando a perspectiva orientada ao ator como referencial teórico e analítico. Utilizou-se a modalidade de estudo de caso, onde foram usados os dados quantitativos gerados pela Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, (2003), realizada no município de Salvador das Missões. Nos procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com (22) informantes, observação direta e dados secundários. As conclusões demonstraram que a alocação de crédito rural aprofunda a diferenciação social e produtiva entre os agricultores familiares, onde os agricultores capitalizados potencializam os recursos do crédito disponilibilizado pelo PRONAF, transformando parte dos recursos em capital de giro da unidade produtiva que permite, inclusive, a ampliação patrimonial, enquanto os agricultores em situação de fragilidade produtiva e econômica canalizam os recursos para a sobrevivência imediata, deteriorando ainda mais suas condições financeiras.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Crédito rural. Perspectiva orientada ao ator.

ABSTRACT

The creation of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) was a milestone in the public policy of credit for the financing of family farming and reference point as an actor in social and political landscape of rural Brazil. The objective is to expand the understanding of the forms and uses the resources of PRONAF in spite of the different reasons and motivational aspect leading the farmers to use their resources to strengthen and ensure the social and material in order to remain as farmers. This thesis discusses the ways that farmers are using the resources of the program. The research seeks to problematize the ways elements of resource use by farmers of PRONAF in search of conditions to reproduce socially. Although there is a vast academic production on PRONAF focused on institutional evaluation of the program, however, what is emphasized in this study is the vision that the beneficiaries express oriented perspective using the actor as the theoretical framework and analytical. Using the method of case study, where we used the quantitative data generated by AFDLP Search (UFRGS; UFPel, CNPq, (2003) held in the city of Salvador Mission. The methodological procedures of qualitative research were semi-structured with (22) informants, direct observation and secondary data. The findings showed that the allocation of rural credit deepens the social differentiation between productive and family farmers, where farmers capitalized maximize the resources of the credit available of PRONAF, transforming part of the resources in working capital that allows the plant, including the expansion method, while farmers in situations of fragility and economic productive channel resources for immediate survival further deteriorating their financial conditions

Keywords: Family agriculture. Rural credit. The actor oriented perspective.

LISTA DE FIGURAS

Figura 3 - Distribuição do volume de recursos contratados pelo PRONAF para as principais culturas no Rio Grande do Sul - Ano Fiscal 1999-2007.....67

Figura 4 – Representação do *squeeze* na agricultura.....97

LISTA DE QUADROS

Quadro 3 – Grupos de agricultores, estratégias e justificativas no uso dos recursos do crédito em Salvador das Missões.....87

LISTA DE TABELAS

Tabela 3 - Distribuição do número de contratos e montante de recursos do PRONAF – Rio Grande do Sul/Brasil (1998-2008)..... 61

Tabela 3.1 – Relação de contratos do Rio Grande do Sul/ Brasil – 1998-2008 (1:1000). 61

Tabela 3.2 - Número de contratos, recursos anuais liberados e médias por contrato das operações do PRONAF para o Rio Grande do Sul (1998-2008)..... 62

Tabela 3.3 - Número de contratos e montante de recursos de financiamento por grupos do PRONAF para custeio e investimentos – RS (1998-2008)..... 64

Tabela – 3.4 - Recursos disponibilizados e contratados do PRONAF para o Brasil – Safras de 1999/2000 a 2007/2008..... 66

Tabela 3.5 - Estratos de área dos imóveis rurais em Salvador das Missões 70

Tabela 3.6 – Financiamentos concedidos aos agricultores familiares de Salvador das Missões (2001/2002)..... 71

Tabela 3.7 - Número de contratos e montante de recursos de financiamento de custeio e investimentos por grupos do PRONAF em Salvador das Missões (1998-2008)..... 72

Tabela 3.8 - Fonte de financiamento dos agricultores familiares de Salvador das Missões (2002/2003)..... 72

Tabela 3.9 - Número de contratos e montante de recursos de financiamento de custeio por grupos do PRONAF no município de Salvador das Missões (1998-2008)..... 74

Tabela 3.10 – Distribuição de contratos e montante de recursos contratados no município de Salvador das Missões (1998-2008)..... 76

Tabela 3.11 – Em que LOCAL o senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham (não importa a fonte deste dinheiro)?..... 83

Tabela 4 - Consumo Intermediário Médio (CIm), Produto Bruto Total (PBt), Produto Vendido (PBv), e Valor Bruto Adicionado (VAB), por Estratos de Consumo Intermediário nas unidades de produção de Salvador das Missões..... 94

Tabela 4.1 - Razões que levam os membros da família a migrar, segundo os agricultores familiares de Salvador das Missões..... 104

Tabela 4.2 – Expectativas dos agricultores familiares de Salvador das Missões em relação a capacidade da agricultura em caso do deteriorização dos níveis de renda. (%).... 107

Tabela 5 – Grau de satisfação dos agricultores familiares assistidos pela EMATER no município de Salvador das Missões (2001/2002)..... 133

Tabela 5.1 – Confiança e credibilidade atribuída pelos agricultores familiares nos atores sociais que mantém relações sociais em Salvador das Missões..... 139

Tabela 5.2. – Instituições que prestaram assistência técnica aos agricultores familiares em Salvador das Missões (2002/2003)..... 141

Tabela 5.3 – Disponibilização de assistência técnica no em Salvador das Missões (2001/2002)..... 142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDLP: Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul.

BACEN: Banco Central do Brasil.

BASA: Banco da Amazônia S.A.

BANSICREDI: Banco Cooperativo SICREDI S.A.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BNB: Banco do Nordeste.

CA: Censo Agropecuário.

CPF: Cadastro de Pessoa Física.

CI: Consumo Intermediário.

CMN: Conselho Monetário Nacional.

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CISPOA: Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal

COOPAF: Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Salvador das Missões – Vida Nova.

COOPEROQUE: Cooperativa Agrícola Mista São Roque.

DAP: Declaração de Aptidão ao PRONAF.

DNTr/CUT: Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

DATER: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMATER/RS: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAO: Food and Agriculture Organization, (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

FAT: Fundo de Amparo do Trabalhador.

FEE: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

FETAG/RS: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul.

GEPAD: Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

IGP-DI: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul.

MCR: Manual de Crédito Rural.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MF: Ministério da Fazenda.

MSTTR: Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

OGU: Orçamento Geral da União.

PADRSS: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Solidário.

PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária.

PNCF: Programa Nacional de Crédito Fundiário.

PBt: Produto Bruto Total.

PBv: Produto Bruto Vendido.

PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural.

PIB: Produto Interno Bruto.

RECOR: Registro Comum de Operações Rurais.

SAF: Secretaria da Agricultura Familiar.

SERASA: Centralizadora dos Serviços dos Bancos S/A.

SPC: Serviço de Protecao ao Crédito.

SDR: Secretaria de Desenvolvimento Rural.

STR: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

STN: Secretaria do Tesouro Nacional.

SPSS: Statistical Package for Social Science.

SIM: Serviço de Inspeção Municipal.

UFPEL: Universidade Federal de Pelotas.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VAB: Valor Adicionado Bruto.

VTP: Valor Total da Produção.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 14

2 TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO..... 27

2.1 A perspectiva teórica orientada ao ator: o enfoque da reação e ação..... 28
2.2 A agricultura familiar e as políticas públicas: o papel do Estado..... 40
2.3 A institucionalização de uma política de crédito: reconhecimento da agricultura familiar como expressão de um ator político..... 48
2.4 O uso do crédito do rural no contexto da mercantilização da agricultura..... 52

3 AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPANSÃO DE UM ATOR SOCIAL..... 57

3.1 O agronegócio da agricultura familiar no Rio Grande do Sul..... 58
3.2 A agricultura familiar e a expressão do PRONAF do Rio Grande do Sul: Dez anos de aporte de recursos..... 60
3.3 O município de Salvador das Missões..... 68
3.4 A importância do PRONAF em Salvador das Missões..... 71
3.5 Os agricultores familiares de Salvador das Missões e o PRONAF..... 75

4 DETERMINANTES SOCIECONÔMICOS NO USO DOS RECURSOS DO PRONAF..... 90

4.1 Condicionantes econômicos e sociais da agricultura familiar..... 91
4.2 O consumo intermediário da agricultura familiar em Salvador das Missões..... 93
4.3 O *squeeze* do processo produtivo..... 96
4.4 O uso dos ativos pelos agricultores..... 102
4.5 A necessidade de inserção mercantil da agricultura familiar..... 105

5 O PRONAF, O PAPEL DOS MEDIADORES TÉCNICOS E POLÍTICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS..... 114

5.1 Conceitos e atribuições..... 114
5.2 Os mediadores e o exercício no campo da alteridade..... 118
5.3 Os mediadores, o ambiente institucional e as perspectivas dos agricultores familiares..... 122
5.4 O papel dos mediadores técnicos e políticos de Salvadora das Missões na aplicação dos recursos do PRONAF..... 126

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ACESSO AO CRÉDITO E SUAS ARMADILHAS 144

REFERÊNCIAS..... 152

APÊNDICE A - Os caminhos percorridos para o acesso ao PRONAF..... 163

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas..... 168

ANEXO A - Município de Salvador das Missões, a área de localização do estudo..... 170

ANEXO B - Questionário padronizado da Pesquisa AFDLP..... 171

1 INTRODUÇÃO

A afirmação social e política da agricultura familiar é demonstrada pelo interesse da academia ao constituir grupos de estudos, linhas de pesquisas para produzir conhecimentos dessa categoria de agricultores e auxiliar com o suporte analítico e teórico com os elementos basilares para a formulação de políticas públicas. Com isso produziu-se um novo olhar para esta categoria de agricultores. Esta constatação permite questionar a generalização existente na sociedade brasileira da ausência de expressão social destes agricultores. Em consequência disso, logrou-se instituir uma atmosfera de aproximação e coalizão entre os movimentos sociais do campo que culminaram em criar um ambiente de condições necessárias e adequadas para a elaboração e a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, em 1996. Dessa forma, o programa foi transformado em grife e marco histórico tanto para os governos como para os movimentos sociais do meio rural, e expressão máxima de política agrícola de crédito para atender a agricultura familiar.

Essa efervescência atraiu os olhares e a atenção dos governos que, pressionados pelas organizações da agricultura familiar, cedeu uma fatia de seu quinhão, afinal, décadas de invisibilidade chegaram a termo. Enfim, a agricultura familiar surgiu como ator e protagonista social relevante a ser considerado no cenário do agro brasileiro que permitiu a criação de políticas públicas diferenciadas que se expressaram primeiramente nas políticas de crédito rural. O PRONAF vem se constituindo em elemento central na profusão de estudos institucionais de parte significativa da intelectualidade acadêmica brasileira, figurando entre os temas do desenvolvimento rural mais estudado, alternando em enfatizar as virtudes do programa, os possíveis enganos e equívocos que orientaram e orientam as tentativas para melhorar e expandir sua abrangência. A institucionalização do PRONAF abriu as portas para a consagração jurídica dos agricultores familiares, como categoria produtiva e social, legitimando-os como alvos de políticas públicas e foco de ação do Estado que culminou com a promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura. A lei, ao institucionalizar a agricultura familiar, consagra a classificação dos tipos de agricultura brasileira: a patronal e a familiar, propostos pelo Relatório FAO/INCRA (1994), remetendo a tipificação de agricultor familiar, conforme os parâmetros adotados para efeito de enquadramento das operações de crédito utilizadas pelo PRONAF.

O PRONAF firmou-se como principal política pública de crédito diferenciado para a agricultura familiar. Entretanto, este fator não desabona e não impede indagar se os recursos estão, de fato, contribuindo para a viabilidade socioeconômica dos agricultores familiares ou está "*haciendo más de lo mismo"* na expressão cunhada por Berdegué; Schejtmann (2003), ao reproduzir o modelo de agricultura vigente, fato este, amplamente explorado e descrito pela literatura especializada.

O presente estudo pretende ocupar a lacuna aberta na literatura sobre a agricultura familiar voltada para o crédito rural, buscando interpretar o processo de uso do crédito visto pela ótica dos agricultores familiares sobre quais as motivações da tomada de decisão que os levam a utilizar os recursos da forma que utilizam. Parece-nos que, apesar dos inúmeros estudos que têm sido produzidos sobre o PRONAF como política pública para a agricultura familiar, a literatura ainda é incipiente, quando se trata de investigar os destinos que os agricultores familiares efetivamente estão dando aos recursos captados e as razões que os levam a agir da maneira que agem, buscando desvelar se os recursos estão de fato mudando para melhor as condições de vida, no tocante à reprodução social e material dos agricultores.

A aferição dos impactos (sociais ou econômicos) do PRONAF pode ser problematizada na dificuldade metodológica apresentada por Arretche (1998), ao enfatizar que a debilidade consiste precisamente em demonstrar analiticamente que os resultados encontrados (seja o sucesso ou fracasso) estão casualmente relacionados aos produtos e bens públicos oferecidos por uma determinada política sob análise. Significa dizer como diminuir a complexidade e a sutileza para reduzir a imprecisão e isolar as variáveis de causa e efeito, ao atribuir os resultados unicamente a uma política pública, sendo que, por vezes, os resultados podem ser potencializados, mascarados (ou não) pela presença e interface com as políticas de outras esferas administrativas (estaduais ou municipais) que operam em um mesmo ambiente institucional. O debate sobre a pertinência e a importância do PRONAF para a viabilização e fortalecimento da agricultura familiar revela sinais de esgotamento e exaustão. Isto posto, o principal objetivo do estudo é focado na análise e interpretação das estratégias utilizadas na busca de fortalecimento e reprodução social dos agricultores familiares traduzidas nos projetos financiados com os recursos do PRONAF. Todavia, parece não haver mais dúvidas sobre a relevância do PRONAF como "uma" das estratégias para a promoção e a viabilização da agricultura familiar. O ponto central das reflexões necessita direcionar o foco de análise para a capacidade oferecida pelos recursos disponibilizados em transformar-se efetivamente em uma das ferramentas de desenvolvimento rural, e se ela auxilia e potencializa a reprodução social e material dos agricultores a partir da utilização expressa nos projetos financiados.

Na nossa concepção estas premissas são basilares para auxiliar a superar as limitações e promover o fortalecimento da agricultura familiar. Os limites desta política estão sendo exacerbados pela crescente descapitalização, endividamento crônico e eliminação dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul, sobretudo, principalmente, os que se encontram em situação de exclusão. Este fenômeno é potencializado pelos contínuos problemas climáticos e por projetos produtivos que nem sempre oferecem viabilidade técnica ao não considerar os desejos e as vocações produtivas dos agricultores e das regiões do Rio Grande do Sul que, entre outros fatores, vêm reduzindo os rendimentos das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares e se expressam na estagnação do número de operações. Agregam-se ainda as transformações que vem experimentando o mundo rural, notadamente a progressiva urbanização em todas as partes do mundo.

A política de crédito rural para atender a agricultura familiar está ancorada na tentativa do Estado em descentralizar a ação e o alcance das políticas públicas que se espraiam através da construção de parcerias com outras instituições da sociedade civil que intercedem e auxiliam sua operacionalização e avaliação. Este processo inevitavelmente aufere a possibilidade de redesenhar outras formas e mecanismos de participação social e pressão de grupos que tradicionalmente estiveram fora do escopo de interesse e de intervenção do Estado. Buscou-se junto às organizações representantes da agricultura familiar a participação visando a solucionar os problemas que atingem este segmento de agricultores. Inclusive, forçou estas organizações a assumirem um papel que, por vezes, é função do Estado.

Esta dissertação almeja refletir sobre as táticas que os agricultores familiares estão utilizando na captação e utilização dos recursos. Estas, no limite, estão refletindo as formas de adequação frente aos constrangimentos e limitações que influenciam e direcionam suas decisões visando ao bem-estar e segurança das suas famílias (unidade de produção e consumo de bens). Estas estratégias utilizam os recursos que estão à sua disposição como uma das expressões da perspectiva orientada ao ator consagrada como marco teórico-explicativo desses fenômenos. Esta concepção procura enfatizar que os agricultores familiares não são apenas objetos passivos da intervenção do Estado ou das organizações de mediação que atuam no meio rural, são atores que refletem, conhecem e agem.

O PRONAF parece indicar que apenas se converteu em uma linha de crédito que financia a agricultura familiar para fazer mais do mesmo, sugerido nos trabalhos de Carneiro (1997), Abramovay (2005), Berdegué e Schejtmann (2003), funcionando como elemento operacional ao padrão de desenvolvimento agrícola vigente, operando na mesma lógica da agricultura patronal produtora de matéria-prima que não gera valor agregado e focado em

atividades e culturas tradicionais. Neste modelo, os agricultores mercantilizam o processo produtivo e se tornam dependentes do sistema de crédito rural, sem o qual comprometem a viabilização e continuidade de seus empreendimentos. Gazzola (2004, p. 168), ao pesquisar os agricultores familiares do Alto Uruguai, afirma que "[...] o PRONAF continua a financiar o processo de aquisição de tecnologias, insumos e produtos que foram, em grande medida, responsáveis pelo processo de fragilização da agricultura familiar da região". Esta afirmação permite deduzir que ainda não se conseguiu reunir condições sociais, econômicas e políticas para romper com o modelo produtivo vigente.O trabalho de Guanzirolli (2007), ao realizar uma retrospectiva dos 13 estudos avaliativos produzidos sobre o PRONAF nos últimos dez anos, por diferentes autores, apontou que cinco revelaram resultados positivos, dois resultados ambíguos e seis resultados negativos. Desconsiderando os aspectos teóricos e metodológicos na feitura destes trabalhos, é notório enfatizar as dificuldades postas, quando o tema é avaliar os impactos sociais ou econômicos da aplicação de políticas públicas já referidas por Arretche (1998). As observações de Guanzirolli (2007) são emblemáticas em evidenciar o problema de qual a real extensão e alcance dos recursos alocados pelo PRONAF. A maior parte dos estudos "avaliativos" enfoca em demasia os aspectos quantitativos e institucionais do programa, ao reafirmar a convicção do acerto da posição e opção política do governo federal (reflexo do quadro político atual). Segundo Abramovay et al. (2003), o crédito se converteu em uma política afirmativa de recorte setorial. Souza (2003) questiona a validade e a eficácia de muitos dos estudos "avaliativos" das políticas públicas publicados no Brasil. No seu julgamento, muitos deles são apenas descritivos, enfatizando políticas de cunho setorial. Dessa forma, é necessário problematizar a real capacidade dos recursos disponibilizados pelo PRONAF em promover condições qualitativas na vida dos agricultores a partir da visão dos beneficiários "supostamente" expressa nos projetos financiados, ou é apenas mais um dos instrumentos de política pública para administrar a pressão recebida e transferir recursos e atender à demanda de setores organizados da sociedade.

A produção acadêmica sobre as políticas públicas para a agricultura familiar discorreu sobre a importância do PRONAF no cenário da política agrícola brasileira, como a expressão de uma das inúmeras ferramentas que pode ser acessada para a promoção do desenvolvimento rural a partir da ampliação da oferta de crédito. Contudo, a potencialização das capacidades econômicas, produtivas e de reprodução social dos agricultores familiares não pode ser garantida apenas com política creditícia aplicada de forma isolada. Os estudos têm envidado esforços, buscando desvelar qual a real contribuição desta política em se transformar em um elemento que auxilia os agricultores familiares a se reproduzirem social e materialmente.

Neste contexto, os agricultores familiares contam com a possibilidade de utilizar linhas de financiamento de crédito rural para viabilizar o acesso às novas tecnologias e aperfeiçoar os recursos de produção, modernizar a infraestrutura produtiva visando a potencializar condições de acesso ao mercado. Este processo auxiliou as transformações exigidas para a inserção mercantil, por meio do progresso técnico dos agricultores familiares ao transformar e mercantilizar as relações no meio rural e, por conseqüência, a transformar a visão de mundo dos agricultores. Assim sendo, muitos esforços têm sido canalizados para converter os agricultores familiares em empreendedores capazes e competentes de se inserir na dinâmica dos mercados com o principal objetivo e virtude apregoada para "tirá-los" da pobreza e do "atraso" em que vivem, partindo do senso comum que o meio rural é um lugar precário que necessita ser transformado. Esta visão parte da premissa do suposto conservadorismo e da aversão dos agricultores familiares à competição e ao risco, sintomas do anacronismo que não tem mais lugar na sociedade "moderna". Dessa forma, buscam-se justificar as intervenções corriqueiras e sistemáticas de uma plêiade de mediadores (sindicalistas, técnicos da extensão rural, cooperativas, pesquisadores, agentes financeiros, etc.) como articuladores que revezam esforços para a elaboração e aplicação de políticas públicas, legitimados por meio de instituições (órgãos públicos, organizações não-governamentais, cooperativas, universidades, igrejas). Estas instituições partem de premissas estruturantes e estratégias de modernização que visam a potencializar a capacidade produtiva dos agricultores familiares que devem, necessariamente, suscitar alguns questionamentos a respeito do alcance e limitações deste modelo de intervenção que podem ser confundidas como políticas compensatórias àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Esta concepção erroneamente imagina o meio rural o palco e reduto privilegiado da desigualdade, do obscurantismo e da utilização predatória dos recursos naturais e onde recai uma avalanche de intervenções dos outros setores de "vanguarda" da sociedade brasileira.

A princípio, esta dissertação pode parecer ao leitor ser mais uma das tantas que se produziu a respeito do PRONAF, entretanto, nos arvoramos da pretensão, ainda que acanhada, de tentar produzir algo distinto. Objetiva enfatizar o marco institucional histórico do sindicalismo dos trabalhadores rurais que, através de uma rara coalizão entre os movimentos sociais do campo, lograram influir propositadamente além das reivindicações costumeiras. Foram criativos e audaciosos ao propor políticas públicas adequadas que possibilitaram criar condições basilares que evidenciaram os agricultores familiares à condição de atores sociais no cenário do desenvolvimento rural brasileiro.

Este trabalho procura empreender esforços para desvelar algumas razões pelas quais

os agricultores utilizam seus recursos, com foco central nas operações do crédito rural dos "agricultores pronafianos".

Há muitas razões que nos levaram à realização desta dissertação. Uma, em especial, me faz lembrar onde meus pés pisaram, eu, filho de agricultor de poucas posses, como tantos que vivem nesta condição. Cresci observando meu pai com suor no rosto, nenhum dinheiro no bolso, a labutar teimosamente, acreditando que no próximo ano, na próxima safra, seria melhor. Fez isso por mais de cinquenta anos, consumindo vida e saúde, muitas vezes pela simples e prosaica razão de apreço e amizade pela sua terra, tirando dela sustento, identidade e honra. Após muitos anos de luta, afinal, ele desistiu com o sentimento de ter trabalhado em vão, afinal, nenhum dos sete filhos ficou para guardar os cinquenta e oito hectares de terra que consumiu tanto de seus esforços. Depois de muitos anos dedico-me constantemente a indagar-me das razões e motivos por que me neguei a tornar-me um agricultor e sucessor de seu legado.

Outro motivo que me induziu à execução deste empreendimento foi a atividade de assessoria sindical na área de política agrícola junto à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS). Durante dez anos, acompanhei a luta na busca do reconhecimento político e social desta categoria de agricultores ainda vista com muitas reservas e preconceitos, apesar dos avanços arduamente conseguidos, mesmo em cenários onde é evidente a desproporção das forças políticas em jogo. Outros pretextos não tão telúricos e mais acadêmicos trouxeram-me constantes inquietudes: De onde vem tanta obstinação? Por que os agricultores agem da forma que agem? Que racionalidade orienta suas decisões para atender às necessidades elementares da família? Dessa forma, a academia veio em meu auxílio, possibilitando encontrar na perspectiva analítica orientada ao ator e no conceito de agência parte considerável das repostas que procurava. Possibilitou identificar e problematizar as atuais estratégias de reprodução social e material dos agricultores, especialmente, a partir da disponibilização regular de crédito rural, observadas a partir da perspectiva dos atores envolvidos, ou seja, os agricultores familiares.

Para o *locus* empírico deste estudo foi escolhido o município de Salvador das Missões (RS), conforme localização apresentada no Anexo A, situado na região missioneira do Alto Uruguai, tradicional produtora de grãos, onde os agricultores familiares estão inseridos nos circuitos mercantis através da produção de *commodities* integrada às cooperativas de produção e às empresas integradoras. As propriedades, em sua grande maioria, não ultrapassam a 50 hectares, possuindo condições topográficas adequadas ao uso intensivo de mecanização e insumos químicos que demandam a utilização de pouca mão-de-obra. Esse

modelo produtivo, apesar de aparentar ser hegemônico, traz consigo as contradições próprias do modo de produção capitalista ao não estender oportunidades igualmente a todos, assim sendo, muitos agricultores que não lograram adequar-se e estabelecer as condições da modernização pouco a pouco foram sendo excluídos do processo produtivo. Este fenômeno aprofundou e sedimentou a diferenciação social entre os agricultores familiares, inclusive, potencializada pelos mecanismos de acesso aos recursos da política de crédito rural, ocorrendo justamente oposto do que se imaginava, sendo esta uma das questões centrais a ser analisada por esta dissertação. Entretanto, as transformações da vida social não são assimiladas sem resistência, os atores constituem e esboçam estratégias que julgam adequadas para atender às necessidades imediatas de sobrevivência, reprodução social e material das suas famílias, refletindo distintas dinâmicas sociais. Evidencia que os agricultores familiares utilizam um repertório ampliado e diverso de reações e ações diante das pressões e influências a que estão sujeitos. Estas reações, de alguma forma, procuram preservar seus estilos e modo de vida em um espaço onde figuram cada vez mais as influências externas. A oferta de crédito rural aos agricultores familiares através do PRONAF se constitui em uma tentativa de ampliar as condições de inserção aos mercados através da potencialização das capacidades produtivas das suas explorações. Entretanto, esta tentativa por vezes aprofunda as condições de fragilidade e desigualdade entre os agricultores que não possuem as habilidades gerenciais e produtivas necessárias para manejar com os recursos financeiros disponibilizados que por vezes chegam de forma isolada de outras políticas de apoio.

O PRONAF já destinou mais de R$ 45 bilhões no Brasil entre os anos de 1998 a 2008, sendo que o Rio Grande do Sul ficou com R$ 9,6 bilhões destes recursos. Para o município de Salvador das Missões foram destinados mais de R$ 12 milhões, suscitando algumas reflexões se estes recursos estão de fato sendo uma ferramenta eficaz à viabilização socioeconômica da agricultura familiar. Dessa forma, a problemática de pesquisa emerge para além das virtudes ou possíveis erros do PRONAF nesta década de existência. Para essa abordagem já existe uma vasta literatura produzida, justificando a necessidade do programa como uma das ferramentas necessárias ao desenvolvimento rural ao potencializar as vocações socioeconômicas da agricultura familiar. A importância do PRONAF para a agricultura familiar já foi provada como sendo uma das políticas fundamentais para o seu desenvolvimento. Contudo, os estudos precedentes nesta temática deixaram lacunas que incorporam a visão e a razão com que os beneficiários utilizam os recursos, buscando responder à seguinte problemática: Em que medida o uso dos recursos disponibilizados pelo PRONAF expressos nos projetos financiados auxiliam os agricultores familiares de Salvador das Missões a se reproduzirem e se

fortalecerem como agricultores familiares?

O estudo valeu-se dos aportes analíticos e teóricos de Norman Long (1982, 1994, 2001) e Jan Douwe Van der Ploeg (1990, 1992, 2000, 2003) que o denominaram de "perspectiva orientada ao ator". Esta aposta visa a tornar compreensíveis as relações e as estratégias construídas no circuito de convivência dos agricultores familiares e as distintas representações sociais. Elas expressam a visão de mundo, conexas com os constrangimentos exercidos pelas estruturas sociais que moldam e influenciam as ações dos atores. A abordagem orientada ao ator parte do pressuposto que os agricultores familiares enfrentam as influências recebidas com um repertório de modos alternativos que amparam as ações, buscando resultados prováveis em face das diversas circunstâncias, com o objetivo de decidir pela alternativa que lhes parece ser a mais adequada frente à situação posta. Agregado a esta perspectiva do debate sociológico, o conceito de agência humana desenvolvido por Giddens (2003), um dos elementos centrais da Teoria da Estruturação, pela qual busca atribuir aos atores sociais a capacidade de "fazer a diferença", possibilitando ao ator "ser capaz de atuar de outro modo", e influenciar o fluxo de ações da vida cotidiana expressas na cognoscitividade traduzidas nas formas discursivas e na reprodução de práticas rotinizadas e institucionalizadas. A cognoscitividade está ligada ao inconsciente, ou por condições impremeditadas da ação, quando esta resulta em constrangimentos que não foram racionalmente considerados.

Os agricultores são agentes cognitivos e reflexivos, ou seja, possuem um considerável conhecimento das condições e consequências do que fazem de suas vidas cotidianas. Eles administram, reorientam as influências externas que recebem, exercendo poder (ainda que restrito) mesmo em condições adversas e conflituosas. Esta capacidade permite, em virtude das circunstâncias da realidade, redefinir as possíveis respostas de ação na busca do bem-estar e reprodução social e material da família. Neste debate foi necessário inserir a contribuição de inúmeros autores brasileiros que se debruçaram na produção de conhecimentos da realidade brasileira. A partir dos trabalhos publicados no início da década de 90, foi possível transformar a agricultura familiar em objeto e tema gerador de pesquisas importantes na consolidação de uma categoria social de agricultores ainda invisíveis socialmente. Este movimento teve repercussão social na medida em que parte dos estudos focou suas análises na projeção da dimensão analítica desta categoria de agricultores familiares, Graças a isto conferiu a estes a legitimidade institucional que os movimentos sociais rurais utilizaram e instrumentalizaram como estratégia para inserir os agricultores familiares como atores políticos no cenário do agro rural brasileiro.

O objetivo central deste trabalho consiste em ampliar a compreensão e o conhecimento sobre as formas e usos dos recursos do PRONAF que indica as diferentes razões e aspectos motivacionais que levam os agricultores familiares a utilizar os recursos visando ao seu fortalecimento e à sua reprodução social e material. Agrega-se ainda a necessidade de refletir sobre o "papel" exercido pelos mediadores técnicos e políticos, representados pela EMATER e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) na operacionalização do programa no tocante à participação destes atores sociais na elaboração dos projetos técnicos que canalizam os recursos do crédito do PRONAF, visando a analisar a efetiva capacidade de influenciar os agricultores familiares onde e como aplicar os recursos disponibilizados pelas distintas linhas de financiamento do programa. A escolha do município de Salvador das Missões ocorreu em virtude das peculiaridades produtivas, econômicas e sociais que revelaram condições territoriais específicas de desenvolvimento agrícola e rural. O município já fora objeto de análise realizada por Niederle (2007)[1], no âmbito do projeto "Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local Pluriatividade no Sul do Brasil" – AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003), que geraram os substratos de informações para os trabalhos de Conterato (2004), em Três Palmeiras, Gazolla (2004), realizado no municípios de Constantina, Frederico Westhphalen, Taquaruçú do Sul, Três Palmeiras, Palmitinho e Vista Alegre e Radomski (2006), em Veranópolis, todas localidades situadas no Rio Grande do Sul. Apesar do aprofundamento dos trabalhos dos autores acima citados, a pesquisa AFDL P (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) gerou informações sobre políticas públicas constantes nos questionários que ainda não tinham sido objeto de análise por outros pesquisadores.

Esta dissertação foi mais um dos tantos esforços do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS), através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD), coordenado pelo Professor Sergio Schneider. O GEPAD tem buscado a seu turno reler e interpretar especialmente as teorias européias do desenvolvimento rural, adequando-as e contextualizando-as com a produção teórica da complexa realidade do meio rural brasileiro e, especialmente, produzindo estudos para contribuir no debate acadêmico sobre os vários temas geradores do universo da agricultura familiar.

---

[1] A amostra foi composta de 58 unidades familiares em Salvador das Missões, realizada pela Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), com base no ano agrícola 2001-2002, focalizando: a) a unidade doméstica; b) a unidade de produção e os processos produtivos (fatores de produção, tamanho da propriedade, tipos de cultivos, forma de alocação do trabalho, uso de tecnologias, autoconsumo, capital disponível, etc.); c) o ambiente econômico-institucional; d) a racionalidade do agricultor (operações de investimento, planejamento, alocação dos fatores de produção, etc.) Ver Nierderle (2007).

O presente estudo justificou-se na tentativa de buscar evidências empíricas entre os agricultores familiares, ou seja, as razões pelas quais utilizam os recursos do crédito rural disponibilizado pelo PRONAF na busca da reprodução das suas famílias, observados a partir da perspectiva dos beneficiários do programa. Espera-se ainda que este estudo possa contribuir para a na reflexão do atual estágio da política pública de crédito rural no âmbito do PRONAF, da necessidade de criar mecanismos de participação social, de modo a permitir a inserção às contribuições dos agricultores familiares. Estas contribuições são fundamentais para o aprimoramento do programa, considerando as características das regiões, as distintas e heterogêneas vocações produtivas e sociais dos agricultores familiares e, sobretudo, na qualificação dos projetos financiados, atribuindo novos compromissos aos diferentes atores que ultrapassem a dimensão da simples oferta de crédito rural. No tocante à caracterização do local da pesquisa, o município de Salvador das Missões está situado na região missioneira do Rio Grande do Sul, uma região onde o processo de modernização da agricultura teve influências importantes e devido às características topográficas que permitiram amplo processo de mecanização poupadora de mão-de-obra que repercutiu entre os agricultores de forma desigual. O valor Adicionado Bruto da agricultura representa 37,85% das receitas do município, ficando atrás do setor de serviços com 43,28% (FEE, 2008), fortemente ligado ao setor da agricultura. Por conta da modernização a agricultura do município é consideravelmente mercantilizada nos termos propostos por Ploeg (1990, 1992), especialmente aquela ligada à cultura da soja, que é predominante na região, fazendo rotação de cultivo com trigo e milho. Estas características conferiram traços de desenvolvimento agrícola dependente de contínuos aportes de crédito rural. Conforme os dados do IBGE (2000), o município possui uma população de 2.665 habitantes, 31,89% urbana e, 68,11% rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.813, (PNUD, 2000). O Censo Agropecuário de 1995/1996 encontrou 608 estabelecimentos rurais, dos quais 98,2% (597) são classificados como unidades familiares de produção, conforme classificação do INCRA (2004), sendo que 93,1% destas possuem área inferior a 50 hectares, constituindo, portanto, um universo de propriedades marcadamente de agricultores familiares (NIEDERLE, 2007). Nos últimos anos, em virtude das influências instáveis do mercado mundial da soja, o município adotou políticas para introduzir e desenvolver outras atividades agropecuárias, de maneira especial, focadas na ampliação da produção leiteira e na criação de alternativas aos pequenos empreendimentos rurais. Esta iniciativa consolidou-se em torno do Quiosque de Produtos Missioneiros - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Salvador das Missões (COOPAF – Vida Nova), que visam a se transformar em possibilidades,

especialmente de comercialização direta aos consumidores. Esta opção está sendo buscada especialmente pelos agricultores que possuem propriedades com áreas reduzidas, onde o cultivo da soja oferece poucas condições de retorno econômico em virtude da ausência da produção em escala comercial.

Delimitada a problemática que orienta este estudo, os marcos teóricos pertinentes, enfatizam-se as razões pela opção da modalidade de estudo de caso, sendo que a unidade de análise foram os agricultores familiares e mediadores (sindicalistas, técnicos da extensão rural, agentes financeiros e administradores municipais). Yin (2001) enfatiza que o estudo de caso possibilita o aprofundamento de questões que estejam articuladas entre si, evitando conclusões isoladas. Este instrumento é adequado para estudar as estratégias adotadas pelos agricultores familiares visando à sobrevivência e reprodução social em ambientes onde há interfaces multifatoriais de ordem social, econômica, cultural e ambiental, e visam fundamentalmente a buscar respostas para questões postas do tipo “como” e “por que”. Dessa forma, o estudo de caso optou pela formulação de hipóteses que orientaram a coleta e análise em consonância com o referencial teórico e o universo empírico da investigação. A necessidade de utilizar a estratégia de pesquisa “Estudo de Caso” nasceu do desejo de entender um fenômeno social complexo, na medida em que busca investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Para dar conta da problemática exposta e comprovar ou refutar as hipóteses sugeridas, optou-se por uma pesquisa quanti-qualitativa, sendo que as informações quantitativas utilizadas foram geradas pelo banco de dados da pesquisa do projeto AFDLP (UFRGS, UFPel CNPq, 2003). A pesquisa aplicou 58 questionários fechados no município de Salvador das Missões, formatados pelo software SPSS *(Statistical Package Social Science)*, tendo como referência temporal o ano base 2001-2002. Estas informações foram atualizadas até o ano agrícola 2007-2008, focando a unidade de produção (fatores de produção, tamanho das propriedades, tipos de cultivos, consumo intermediário, uso de tecnologias, racionalidade dos agricultores no uso dos recursos destinados para investimentos e custeio agrícola). Para a busca das informações qualitativas foi adotada a técnica de entrevistas semi-abertas com a utilização de roteiro padronizado, objetivando extrair dos entrevistados o conjunto de valores, das representações sociais, das crenças e motivações que amparam suas decisões na utilização dos recursos alocados para garantir a reprodução social e material dos agricultores familiares. Essa técnica foi acompanhada da observação participante e de registros em diário de campo. Inicialmente a inserção ao universo empírico da pesquisa foi precedida de visitas

exploratórias no mês de fevereiro de 2008. Foram realizadas entrevistas com os agricultores, técnicos da extensão rural, lideranças sindicais, cooperativas de produção, associação de produtores, agentes financeiros e administradores municipais, com o intuito de verificar a consistência da problemática e das hipóteses propostas. Em agosto de 2008, durante doze dias, foram realizadas 22 (vinte e duas) entrevistas com o público determinado, utilizando o critério de "saturação", observando o fenômeno da repetição das idéias e conceitos com indicativo para cessar a utilização desta técnica. As entrevistas foram gravadas, transcritas, e formatadas pelo *software* Nvivo, ferramenta que auxiliou as análises das aproximações das evidências por parte dos entrevistados.

As entrevistas foram codificadas a fim de proteger suas identidades. As entrevistas semi-abertas se constituíram na principal ferramenta de pesquisa por meio de roteiro padronizado de perguntas (Apêndice B), flexibilizado conforme o teor das conversas para aprofundar questões julgadas relevantes. Buscou-se, através das respostas dos agricultores familiares, desvelar o conjunto de idéias que eles utilizam para compor as estratégias e atender às necessidades emergenciais da família, com foco na utilização do crédito rural do PRONAF. Esta ferramenta visa à obtenção de respostas para a problemática posta. Este procedimento também foi adotado com os demais informantes da pesquisa representados pelos técnicos da extensão rural, administradores municipais e lideranças sindicais. As visitas foram acompanhadas pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o que evitou perda de tempo em localizar os agricultores familiares nas várias comunidades do município. Esta prática foi relevante e em certas ocasiões promoveu intenso debate dos agricultores, questionando diretamente a atuação do sindicato na condução dos assuntos relacionados com a representação, evidenciando uma percepção de distanciamento das necessidades dos agricultores. As entrevistas serviram para confirmar, no tocante ao papel atribuído aos mediadores políticos, impressão que se confirmou quando foi analisado com mais vagar o teor das entrevistas. Além disso, utilizou-se de dados secundários de fontes estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) e outras, com o objetivo de conferir consistência aos dados e informações coletadas.

A primeira hipótese estabelece que o desejo de buscar a reprodução social e material das famílias reflete-se nos usos dados aos recursos do PRONAF, como respostas aos mecanismos de adaptação dos agricultores à mercantilização da agricultura em consequência

da fragilização das receitas oriundas das suas atividades, não suficientes para compor as necessidades básicas dos agricultores. Esta hipótese tem como objetivo verificar a importância dada aos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares dos diferentes grupos de enquadramento do programa e quais as razões que influenciam e determinam as diferentes formas de utilização.

A segunda hipótese objetiva aludir que a utilização dos recursos está relacionada com o tipo de agricultor, com o tipo de produto, podendo se transformar em capital de giro e ampliação patrimonial para os agricultores capitalizados ou em verba de manutenção familiar para os agricultores familiares que se encontram em situação produtiva e econômica fragilizadas. O objetivo dessa hipótese é caracterizar os diferentes tipos de agricultores a partir do enquadramento dado pelo PRONAF, seus produtos e rendas da propriedade, bem como os diferentes usos dados aos recursos disponibilizados pelo programa, como estratégias que refletem as formas como administram os recursos.

A terceira hipótese supõe que o ambiente institucional expresso nas intervenções dos mediadores técnicos e políticos, através dos projetos financiados, ampliam as condições de fortalecimento e de reprodução social dos agricultores familiares. O fortalecimento por meio do crédito rural do PRONAF ocorre a uma parcela restrita e seleta de agricultores que já possuem as melhores condições socioeconômicas e onde os projetos elaborados a partir das ações dos medidores lhes permitem um portfólio de alternativas que transformam os recursos disponíveis em capital de giro, permitindo, inclusive, condições de ampliação material.

A dissertação está estruturada em seis capítulos. Além desta introdução, que é considerada o primeiro capítulo, o segundo capítulo contém a fundamentação teórica, onde são apresentados os argumentos dos autores usados como arcabouço analítico, no tocante ao papel do Estado e sua relação com a agricultura familiar, o PRONAF e sua relação com a agricultura familiar, o conceito de mercantilização e mercados e os reflexos na vida dos agricultores familiares. O terceiro capítulo discute a expressão econômica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e em Salvador das Missões, nos aspectos da tomada de financiamentos do PRONAF, a estrutura fundiária, o enfoque dos agricultores em relação ao uso do crédito. O quarto capítulo trata dos determinantes socioeconômicos no uso dos recursos do PRONAF. O quinto capítulo está destinado à análise do papel dos mediadores técnicos e políticos. O sexto está dedicado às considerações finais do estudo, considerando a comprovação ou refutação das hipóteses e sugerindo aprofundamento em áreas julgadas que ficaram a descoberto, apontando os avanços e limites da presente dissertação.

2 TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO

Este capítulo apresenta o referencial analítico/teórico que fundamenta esta dissertação à luz do debate sociológico, procurando compreender as reações e as ações que influenciam e induzem os agricultores familiares a agir da forma que agem no tocante à utilização dos recursos oriundos do crédito do PRONAF. A opção pela perspectiva orientada ao ator foi julgada adequada para desvelar as razões que induzem os agricultores familiares à tomada de decisão frente aos constrangimentos a que são submetidos, demonstrando a capacidade de ator que lê, interpreta e reinventa estratégias visando à reprodução social e ao material e bem-estar da família. O processo criado pelos agricultores familiares para administrar as influências externas a fim de buscar elementos explicativos para a problemática busca refletir se os usos dos recursos disponibilizados pelo PRONAF expressos nos projetos financiados auxiliam os agricultores familiares a se reproduzirem e a se fortalecerem. Para tanto, discutem-se os processos, os conceitos e as noções que desvelam e explicam as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares na busca para criar as condições mínimas e necessárias de sobrevivência, reprodução social e material de suas famílias. Estas possibilidades estão intimamente ligadas e influenciadas pela crescente inserção mercantil das unidades familiares que transformaram as relações sociais e repercutiram na divisão social do trabalho intra-familiar e na autonomia dos processos produtivos.

Procurou-se argumentar que, apesar das mudanças que se processaram no ambiente social em que se produzem e se reproduzem os agricultores familiares, estes criaram estratégias que permitem adequar os recursos existentes mesmo nas condições adversas que, minimamente, garantam a reprodução social e material de suas famílias. Ao fazerem isso, exercitaram a capacidade de ator social que lê, reinterpreta, transforma e incorpora as influências externas, conjugando com os recursos existentes na unidade familiar, desmistificando as premissas de acomodação e conformismo, tão presentes na literatura.

A primeira seção deste capítulo é dedicada à perspectiva teórica orientada ao ator, dedicando a reflexão a respeito do enfoque da reação e ação em relação ao uso dos recursos do crédito, onde os agricultores familiares envidam seus esforços, inicialmente, para atender as necessidades da família em situações cada vez mais mercantilizadas que se evidenciam pela cientifização e externalização dos processos produtivos se configurando em contínuo

processo de perda de autonomia[1] e dependência de insumos externos à propriedade. A segunda seção aborda a relação da agricultura familiar e sua interface com as políticas públicas criadas como condições basilares para a viabilização das iniciativas de inserção social e econômica, discorrendo sobre o papel do Estado no apoio institucional da agricultura familiar. A terceira trata do PRONAF e de sua relação com a afirmação da agricultura familiar como categoria alvo de políticas públicas e ator social relevante que se firmou no cenário do agro brasileiro. A quarta enfatiza o uso do crédito rural nos contextos de mercantilização da agricultura.

2.1 A perspectiva teórica orientada ao ator: o enfoque da reação e ação

A perspectiva orientada ao ator foi desenvolvida inicialmente por Norman Long, tendo como objeto de análise os processos de mudança social ocasionada pela alocação de políticas destinadas a promover o desenvolvimento rural. Seu foco de estudo buscava compreender o surgimento das ações sociais a partir do contato com as influências externas e, especialmente, como estas influências são redesenhadas e incorporadas à vida rotineira e cotidiana dos agricultores. Foi Long (1982) que contestou a pretensa generalização macrossocial, expondo as limitações teóricas e metodológicas da teoria da modernização, dado ao seu caráter totalizante e homogeneizante. Enfatizava o desenvolvimento da sociedade como um processo que ocorre em estágios, evoluindo progressivamente de formas mais simples para formas mais elaboradas, tanto em termos tecnológicos como em termos organizativos e institucionais.

A fazer isso atribuiu vital importância à heterogeneidade existente no meio rural que se expressa nas múltiplas racionalidades que fundamentam as ações, desejos, capacidades e práticas expressas e presentes nos trabalhos de Long (2001). Dessa forma, conferiu aos agricultores a existência de racionalidade em suas ações, desmistificando a pretensa generalização de conformismo e passividade a estes atribuída, comum na teoria social que trata do tema. Neste enfoque, Long e Ploeg (1994) preconizam que as teorias da modernização e as teorias marxistas seguiram caminhos distintos. A primeira teve como inspiração as conjecturas sociológicas norte-americanas do pós-guerra, marcadas pelos tipos

---

[1] Refere-se ao crescente processo de dependência de insumos externos à propriedade, levada a efeito pela necessidade dos agricultores familiares em ganhar dinheiro para cobrir as despesas de manutenção da família. Este processo induz os agricultores a cultivar produtos que tenham “comercio”, situação que fragiliza inclusive a produção de alimentos para o autoconusmo. Ver Gazolla (2004) e Grisa (2007).

antagônicos ideais, sendo a sociedade tradicional rural considerada atrasada e/ou subdesenvolvida, e a segunda, a moderna urbana, industrial/desenvolvida (LARRAIN, 1996). Esta forma de interpretar o mundo procurava isolar as variáveis históricas do “arranque” econômico dos países desenvolvidos, à la Rostow (1974), imaginando que esta “fórmula” poderia ser replicada com sucesso nos países subdesenvolvidos. As teorias neo-marxistas, por sua vez, enfatizam a natureza e o caráter exploratório ao enfocar a tendência expansionista do capitalismo. Apesar de possuir uma variedade de perspectivas e pensamentos, no limite, o recado central era o mesmo, ou seja, os padrões de desenvolvimento podem ser mais bem explicados por um modelo capitalista de desenvolvimento em escala mundial. Mas, os autores mostram que ambos os modelos são contaminados por concepções reducionistas, deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais.

Percebe-se que se trata de concepções notadamente simplistas da realidade do mundo rural. Para esta perspectiva teórica o mundo é concebido com caráter dicotômico, separado e diferente. De um lado segmento agrícola, tradicional, estagnado, de base de subsistência, com baixa capacidade de retorno aos investimentos. Nesta perspectiva, os agricultores familiares são enquadrados como sujeitos desinteressados em maximizar e auferir lucros, e cuja função estava resumida a produzir um excedente mínimo para a população urbana. Do outro, o setor urbano, desenvolvido, industrial e hegemônico. Apesar disso, os agricultores continuam existindo e se reproduzindo social e materialmente, adaptando-se ao modo de produção capitalista, inclusive, modernizando os processos produtivos, modificando e construindo relações socais. Long (1982) faz referência a dois temas que atraíram a atenção de pesquisadores, quais sejam: a idéia de “barreiras” e obstáculos que cerceiam e dificultam a transformação de valores tradicionais dos agricultores em acatar e adotar posturas que levem os agricultores ao desenvolvimento. A outra temática é a tentativa de identificar e isolar os elementos que facilitam o *start* econômico que conduzem à busca da maximização do lucro como objetivo desejado. Long (2001) rechaça o reducionismo interpretativo destas concepções teóricas que focalizaram demasiadamente as análises nas influências externas, e não perceberam que as pessoas possuem acúmulos de práticas que refletem princípios organizativos de vivências adequadas ao atendimento das necessidades mais elementares para a sobrevivência e bem-estar do grupo familiar. Esse conceito pode ser agregado à concepção de unidade de produção e unidade de consumo, uma referência já encontrada nos estudos de Chayanov (1974). A teoria é explicada a partir do grupo doméstico individual. O objetivo primeiro era garantir a satisfação de suas necessidades básicas, e não a acumulação do lucro apregoada pela lógica capitalista, assim sendo, o campesinato não pode ser considerado como

uma variante incipiente do capitalismo, haja vista o princípio da unidade familiar é do equilíbrio entre necessidades de subsistência e a negação do trabalho além da capacidade operativa do grupo doméstico.

Chayanov enfoca duas questões fundamentais para entender a extensão de seus trabalhos sobre as unidades de produção camponesa, a saber: a ausência de salários e por se constituir em uma unidade de produção e uma unidade de consumo simultaneamente. Devido à ausência de salários e renda da terra, os conceitos utilizados pelo capitalismo não têm nexo neste contexto. O trabalho na unidade camponesa é indivisível, e não-fracionado, utilizado para o pagamento de salários, daí nasce a teoria da economia familiar camponesa, tendo como referência o equilíbrio entre a capacidade de produção e a necessidade de consumo, que a realidade atual demonstra que este equilíbrio fora rompido. A contribuição de Long permitiu a Ploeg ampliar a projeção dos estudos da temática conseguindo articular um conjunto de proposições teóricas capazes de formular outra perspectiva analítica ao atribuir um papel relevante dos agricultores familiares nos processos de desenvolvimento rural. Na percepção de Ploeg et al. (2000), devido a este quadro de crise das formas tradicionais do modelo agrícola produtivista, foi possível atribuir outro papel e função aos agricultores, e permitiu a retomada e valorização dos espaços locais e busca da sustentabilidade na agricultura, possibilitando atribuir uma conotação diferenciada “a arte da localidade” e “a arte da agricultura” ao produzir estilos diferenciados de agricultura.

O uso desta perspectiva teórica como elemento analítico das mudanças e transformações do meio rural e, por conseqüência, dos agricultores possibilitou uma nova dinâmica aos estudos rurais brasileiros que ainda está apenas no começo, indicando a existência de um vasto campo para estudos. Dessa forma, a ampliação e a ocupação dos espaços políticos da agricultura familiar repercutiram em mudanças institucionais no tocante á elaboração de políticas públicas a esta categoria de agricultores, anteriormente fora do escopo de interesses do Estado. A perspectiva orientada ao ator utilizada nesta dissertação como ferramenta teórica e ensaio aspira a introduzir a visão e a compreensão dos agricultores familiares a respeito do universo de avaliação dos efeitos do PRONAF em suas vidas a partir da tomada do crédito, expressos nos projetos produtivos elaborados. Esta opção procura desmistificar algumas premissas da teoria social ao problematizar a capacidade do homem e por extensão da sociedade em mudar a trajetória de seu desenvolvimento ao atribuir a capacidade de construir sua própria história diante das múltiplas condições que exigem constantes adaptações. A concepção de Long (1982, p. 67) enfatiza que “[...] a flexibilidade social é um elemento crucial em todos os sistemas sociais que permite aos membros da

sociedade adaptar-se a condições radicalmente diferentes". As contribuições teóricas de Long e Ploeg se constituem em elemento chave de ruptura das concepções reducionistas que enfatizavam a ausência de capacidade dos agricultores em constituir suas próprias estratégias de administrar os desafios da vida cotidiana, tendo como substrato suas experiências que auxiliam qual a melhor opção a adotar. Ao fazer este movimento os agricultores exercitam a autonomia e poder ao utilizar seus próprios recursos (informação, relações sociais). Niederle (2007, p. 34) interpreta que "[...] este poder reflete os diversos projetos e as capacidades dos agentes de implantá-los, negociá-los ou simplesmente impô-los dentro de uma rede de agentes interligados, direta ou indiretamente, em determinado tempo e espaço".

Se realmente acreditamos que os agricultores familiares não interpretam, reinterpretam ou processam com algum grau de acerto as influências que recebem, faltam-nos elementos que auxiliem a explicar os processos de tomada de decisão que os levam a escolher o que plantar, como plantar, qual o tempo adequado. Além disso, ainda conseguem se reproduzir social e materialmente aos milhares em processos continuamente reinventados em clara adequação aos desafios. As previsões pessimistas de seu inexorável desaparecimento em vários regimes políticos e econômicos não se confirmaram. Muitos se adaptaram e prosperaram moldando-se às circunstâncias às quais foram submetidos. O meio rural é social e ambientalmente heterogêneo e maleável por excelência, e exige dos atores formas diversas de adaptação. As teorias que adotaram um corte determinista ofereceram poucas possibilidades aos atores de influenciar os processos de mudança social. Partia do pressuposto que a sorte já estava lançada e o destino já estava dado. Um exemplo disso é a concepção pessimista dos marxistas sobre as probabilidades de sobrevivência dos camponeses diante do avanço da industrialização, e da penetração do capitalismo na agricultura. Esta vertente teórica enfatizava a incapacidade de sobrevivência diante de cenários adversos ante a impossibilidade de competir com outras formas de produção e induziu Lefebvre (1999, p, 17) a afirmar que "o tecido urbano prolifera, estende-se, e corrói os resíduos da vida agrária". A realidade se encarregou de negar parte desta premissa.

Ao analisar a racionalidade dos agricultores alguns autores acreditam que os agricultores familiares agem como empresários na tentativa de ampliar os lucros, outros, como a exemplo de Gualda (2007), defendem que é um grupo social caracterizado pelo atraso, pela irracionalidade e pelo apego à tradição, como fatores impeditivos para a viabilização do desenvolvimento e da adoção de estratégias modernizadoras. Obviamente este raciocínio não condiz com a realidade global da agricultura familiar, dado que muitos agricultores moldaram-se ao modo de produção capitalista, incorporando inovações do

progresso técnico. A esta dimensão deve-se agregar que a agricultura familiar não é apenas uma forma de produção agrícola. Necessita incorporar à análise a compreensão dos modos de vida ao prestar atenção nas relações sociais dentro e fora do estabelecimento familiar, assim como à forma como esses estabelecimentos familiares se vinculam historicamente ao mercado (PAREDES, 2006). O estudo de Ellis (2000) invoca os meios de vida como portfólio *(livelihood*[2]*)* que ultrapassam a dimensão da estrutura física e incluem o capital natural representado pela terra fértil, fontes de água, o capital humano ou mão-de-obra familiar disponível, as habilidades, a experiência, a criatividade e por fim o capital financeiro que corresponde aos diversos ativos de crédito aos quais tem acesso a unidade de produção familiar. Schultz (1995), depois de muitos anos de insistência em pesquisa em extensão rural, descobriu que havia racionalidade objetiva nas ações dos agricultores.

Long (2001) enfatiza que as pessoas são partes ativas e atuantes nos processos de desenvolvimento, ao criarem formas para administrar as influências externas. Por certo, elas não são imunes aos constrangimentos e pressões recebidas, mas, não há como afirmar que não esboçam nenhum tipo de reação. As influências são transformadas, adaptadas e convertidas em proveito do grupo e refletem o grau de compreensão das mudanças sociais ocorridas. Se não fosse dessa forma, como se poderia explicar a sobrevivência da cultura camponesa em várias partes do mundo? Ainda em que pese sobre ela toda a sorte de previsões de seu desaparecimento. Dessa forma, a utilização da perspectiva orientada ao ator, preconizada por Long e Ploeg (1994), reveste-se de marco teórico e analítico adequado que visa a compreender a racionalidade que os agricultores adotam na tentativa de atender às necessidades urgentes, as motivações das suas ações na preservação de seus estilos de vida. Fazem isto, relacionado-as com as estruturas sociais que constrangem ou potencializam a ação dos atores. Long e Ploeg (1994) afirmam que os indivíduos têm capacidade de tomar decisão com base nos conhecimentos construídos que os orientam nas formas de agir.

A perspectiva do ator enfatiza que existem diferentes agricultores que divulgam formas múltiplas e diversas de buscar seus objetivos que se expressam em inúmeras estratégias de como administrar suas propriedades, de como conduzir suas atividades e de como reagir aos constrangimentos recebidos. Isto posto, torna-se necessário levar em conta os

---

[2] Frank Ellis (2000, p.10) conceitua portfólio como o conjunto disponível de bens naturais, físicos, humanos, financeiros e de capitas sociais, mobilizados pelos indivíduos em interface com as instituições de mediação e com relações sociais construídas na busca pela sobrevivência. O conceito gira essencialmente em torno de recursos (como terra, as culturas, sementes, mão-de-obra, conhecimentos, gado, dinheiro, relações sociais, e assim por diante), mas esses recursos não podem ser desligados das questões e problemas de acesso e das mudanças políticas, econômicas e circunstâncias socioculturais. Ver Chambers e Conway, 1992.

interesses, as identidades e as perspectivas adotadas pelos atores independente da trajetória das suas intervenções. Dito de outra forma significa que, ao analisar suas histórias, recordações e concepções de tempo e espaço e ao reforçar a capacidade de análise e de intervenção dos atores que questionam eficácia das intervenções de cima para baixo, fato comum das políticas públicas para o meio rural, segundo os postulados de Long e Ploeg (1989). Monsma (2000), ao analisar os objetivos das escolhas, enfatiza que, independente de como as pessoas racionalizam, elas possuem metas e criam formas de como transformá-las em realidade, mesmo em ambientes de dificuldades.

> Não importa de onde vêm os objetivos das pessoas, uma vez que conhecemos (ou pressupomos) as metas dos atores, podemos elaborar modelos descrevendo as estratégias mais racionais para a sua realização em contextos variados. ...”[...] O que importa é que as pessoas têm metas claras e agem intencionalmente na procura dessas metas, mesmo se não pesam as alternativas antes de escolher um rumo de ação” (MONSMA, 2000, p. 85).

As metas propostas são buscadas mesmo que elas não estejam ordenadas e sistematizadas da forma como nós concebemos e conhecemos, mas, são levadas a efeito impulsionadas pelas práticas acumuladas no decurso histórico dos acontecimentos e incorporadas ao cotidiano das pessoas. Existem dificuldades em conectar a prática e a teoria resultantes em parte da tendência de supervalorização de conhecimentos formalmente construídos e submetidos a princípios aceitos e reconhecidos das instituições acadêmicas potencializadas, por vezes, pelos obstáculos em problematizar de maneira crítica e aberta a sua relação com os valores e decisões tomadas em contextos socioculturais distintos e ao não considerar os conhecimentos gerados pelo senso comum. Há uma crença de que apenas os conhecimentos testados, sistematizados e validados em bases científicas sejam suficientes para a solução de problemas e que as populações rurais pouco podem contribuir para a produção de conhecimentos. A perspectiva do ator se conecta às proposições da Teoria da Estruturação, formulada por Antonhy Giddens (2003), auxiliando a compreensão das ações dos atores, especialmente, ao elaborar seus fundamentos na produção e reprodução da sociedade. Esse universo interage com a contingência da internalização e aplicação das regras e no uso dos recursos em contextos que muitas vezes geram resultados impremeditados.

A “estrutura” pode ser externalizada como elementos normativos e funcionais da sociedade e também se expressam pelos códigos de significação que se utilizam de recursos impositivos, derivados da coordenação das atividades dos agentes humanos, e dos recursos alocativos, oriundos do controle de produtos materiais ou de aspectos com referências ao

mundo material. A noção de estrutura para essa interpretação é o fundamento do processo e está ligada diretamente às práticas padronizadas e recorrentes, portanto, históricas. Assim sendo, os indivíduos vivem e se organizam por meio de processos dinâmicos de interação social. Significa dizer que todos nós temos potenciais que podem ser desenvolvidos ao longo da vida. Contudo, há que considerar que existem limites e constrangimentos para as ações dos indivíduos que influenciam as trajetórias e os resultados buscados. Giddens (2003) considera ainda que haja razões e motivos que apoiam os atores a agir da forma que agem, ou seja, a ação social propriamente dita se expressa onde está presente a racionalidade (agir com auxílio da razão prática), a reflexividade (capacidade de gerir a própria vida) e a intencionalidade indireta (efeitos impremeditados da ação). O autor insiste que os seres humanos são agentes cognitivos e possuem conhecimento das condições e das consequências do que fazem.

A cognoscitividade está ligada ao inconsciente e é incorporada à prática da vida cotidiana, significa dizer que os atores têm ciência do que estão fazendo e externalizam essa compreensão através de esquemas interpretativos e discursivos. Giddens (2003), ao introduzir o conceito de agência, questiona a relação de cima/baixo ao enfatizar que "[...] um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada conduta, ter atuado de modo diferente [...]" (p. 10), em virtude de o indivíduo ser dotado de capacidade reflexiva das suas ações. A capacidade de atuar de outro modo tem a ver com as alternativas de poder disponíveis que, por vezes, podem estar comprometidas em virtude de circunstâncias específicas em que a ação depende da disposição e da capacidade do indivíduo em agir ou não buscando fazer a diferença. Essa racionalidade é explicitada por Long (1982), ao referir que

> A abordagem é essencialmente orientada para os atores e supõe que estes enfrentam uma série de possíveis modos alternativos de comportamento ou cursos de ação com resultados prováveis, e que escolherão a alternativa que na sua opinião oferece um lucro máximo, ou valor. (p. 148).

A limitação de atuar fazendo a diferença é o mote que impulsiona os atores sociais individuais e coletivos a efetivamente decidir. É o fator que faz com que indivíduos supostamente destituídos de capacidades possam se transformar em atores sugeridos por Long e Ploeg (1994). Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e elaborar maneiras de enfrentar a vida, mesmo sobre as mais extremas formas de coerção, dentro dos limites da informação, incerteza e outras restrições (tais como físicas, normativas ou político-econômicas).

Os atores sociais são "detentores de conhecimento" e "capazes" de agir e tomar as

decisões que julgam adequadas para resolver problemas, aprendendo como intervir no fluxo de eventos sociais do seu entorno, ao avaliar os resultados das suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas. A agência humana não se refere somente às intenções que as pessoas têm ao fazer determinadas coisas, mas quais são efetivamente as capacidades objetivas em primeiro lugar de realizá-las, considerando as informações à disposição e o dispêndio em praticá-las.

A ação depende da capacidade do indivíduo "fazer a diferença" em relação a um estado pré-existente de afazeres (ocupações) ou curso de eventos. Os atores (agentes) exercitam algum tipo de poder, mesmo aqueles em posições claramente subordinadas. É importante enfatizar que a agência não é simplesmente atributo de um ator individual. Uma agência, a qual nós reconhecemos, é quando as ações particulares fazem diferença para um estado de afazeres de qualquer natureza ou no curso de eventos que acarretam relações sociais, podendo se tornar efetiva somente através delas. A agência então necessita da capacidade de organização e não é somente do resultado de possuir certas habilidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas carismáticas e discursivas.

A agência humana é mola mestra da perspectiva orientada ao ator ao conferir a este a capacidade de escolher e decidir a partir das suas experiências historicamente acumuladas. Estes elementos teóricos postos desmistificam a visão de passividade atribuída aos agricultores familiares, diante dos constrangimentos e limitações. Eles maximizam a utilização dos recursos que estão disponíveis, racionalizando as possíveis opções e escolhendo as que lhes parecem ser as mais razoáveis. Ao fazerem isso, externalizam consciência e a noção de preferências. Long (1982), a esse respeito, nomeia que

> "[...] deixamos implícitas uma consciência por parte do ator quanto às condições que afetam suas escolhas, e para analisar as estratégias da tomada de decisão temos que focalizar suas metas, sejam elas de maximização do lucro, uma idéia de lucros satisfatórios ou vários objetivos não-econômicos de significação a curto e longo prazo. Também temos que examinar as informações existentes, as percepções que o ator possui das alternativa e resultados, os efeitos de vários insumos de recursos...[...]". (p.149).

É importante a lembrança de Long para os motivos não-econômicos que levam aos atores a escolher e decidir pelas formas explícitas de suas ações, assim como as percepções dos possíveis resultados. Esta análise não permite deduzir que as decisões levam em conta apenas a dimensão economicista como motivadora do processo de mudanças. Cândido (2003)

enfatiza ser um fato incontestável que as populações rurais, apesar das dificuldades, têm desenvolvido desde os tempos imemoriáveis suas próprias estratégias para produzir os meios de subsistência de que necessitam, assim como as necessárias e adequadas formas para reproduzi-las que garantem os processos de auto-reprodução da família (ALMEIDA, 1986), mesmo diante de condições de extrema adversidade.

A contribuição de Giddens foi relevante para os trabalhos de Long e Ploeg, a partir dos conceitos de agência e de estrutura que os auxiliou na articulação de suas proposições teóricas que influenciaram na elaboração dos fundamentos da perspectiva orientada ao ator. Estes autores atribuíram aos agricultores familiares um papel que antes lhes fora negado, qual seja, a capacidade de analisar, escolher e decidir, ainda que as escolhas sejam limitadas por falta de recursos de análises críticas ou materiais. Mesmo assim, eles não devem ser vistos como indivíduos cheios de rotina que simplesmente deixam-se guiar por regras externas pré-estabelecidas. Deve-se orientar e levar a "[...] sério as justificativas das pessoas, estudemo-las em sua pluralidade, acompanhemos os relatos das explicações" recomenda sabiamente Dodier (1993, p. 104). Significa dizer, usar da necessária e fundamental premissa de dar voz aos atores para que possam expressar sua compreensão a respeito das coisas que os cercam. Long e Ploeg ao reafirmarem a importância da agência presente nos estudos de Giddens (2003) utilizaram-na para delinear as condições heterogêneas e estratégias assumidas na agricultura. Esta premissa permitiu a Ploeg e outros (2000) defender que desenvolvimento é um processo multifacetado, complexo e contraditório que confronta diversas questões complicadas, tais como: relacionar a heterogeneidade ao problema de agregação com as implicações analíticas dos universos micro e macrossocial.

Este quadro de referências ainda não está claro no debate sociológico do desenvolvimento rural brasileiro. Esta foi uma das ambições do programa de pesquisa da *Agricultural University of Wageningen*[3], por décadas em abordar alguns destes problemas teóricos e metodológicos, visando a proporcionar outras possibilidades interpretativas aos processos de desenvolvimento[4]. Apesar de não ser tão bem-articulada na literatura sobre desenvolvimento até recentemente, a perspectiva orientada ao ator se converteu em

---

[3] Atualmente denominada "Wageningen University" é a maior universidade europeia em ciências da vida (nutrição, saúde, da natureza e do meio ambiente). Pelo quarto ano consecutivo, lidera a lista entre as 14 melhores instituições de ensino superior da Holanda. Disponível em http://www.wageningenuniversiteit.nl/UK/ . Acesso em maio de 2009.

[4] A perspectiva orientada ao ator tem sido a base teórica de muitos trabalhos dos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – GEPAD/UFRGS, coordenado pelo professor Sergio Schneider. Ver Gazolla (2004), Conterato (2004), Niederle (2007), Perondi (2007), Paredes (2006), Radomski (2007).

contraponto para a análise de certas mudanças estruturais que resultam do impacto de forças externas. É teoricamente insatisfatório basear uma análise predominantemente apenas no conceito de determinação e influências exteriores. As formas de intervenção externa necessariamente entram nos ambientes dos mundos de vida *(life-worlds)* dos indivíduos e dos grupos sociais afetados e são mediados e transformados por estes atores e estruturas locais.

Ploeg e outros (2000) argumentam que o ponto chave do trabalho é a busca do entendimento da heterogeneidade como ponto de partida para a análise. Ele, entretanto, não analisa a variação do ponto de vista do desvio de algum modelo médio, ótimo ou genérico, baseado tanto nos princípios de mercado (comuns na microeconomia, nas teorias neomarxistas, ou em outros critérios normativos a exemplo do funcionalismo estrutural). A perspectiva orientada ao ator, pelo contrário, começa com a suposição de que diferentes agricultores definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento de cultivo na base de diferentes critérios, interesses, experiências e das perspectivas das relações sociais existentes em uma expressão daquilo que Nunes (1978, p. 41) assegura que "[...] a realidade está sempre sendo negociada entre atores que apresentam interesses divergentes". A perspectiva orientada ao ator é o contraponto para a análise estrutural e permite enfocar no julgamento da explicação presente nas respostas diferenciadas dos agricultores para as circunstâncias estruturais similares, mesmo que aparentemente as condições possam parecer semelhantes e homogêneas (LONG, 2001). Dessa forma, o autor evoca que os modelos adotados para as ações diferenciais emergentes são de certo modo criações dos próprios atores, demonstrando sua capacidade de agir, buscando fazer a diferença na medida em que reagem às influências a que são submetidas, conforme Long e Ploeg (1994):

> Estes atores sociais não são, simplesmente categorias sociais (baseadas em uma estratificação de classe ou qualquer outro critério de classificação), ou recipientes passivos de processos de intervenção, mas participantes ativos, que processam informações e constroem estratégias em sua relação com diferentes atores locais ou com instituições e agentes externos vindos de fora. (p. 64).

Estes fatores fazem emergir formas sociais de organização social como produto das interações e negociações e conflitos sociais entre os diferentes tipos de atores que derivam em mudanças estruturais resultantes das forças externas. Contudo, o foco das análises deve se resumir no resultado destas mudanças. Neste sentido, a interpretação da dinâmica entre estrutura e ação social enfatiza a relevância de interação local/territorial dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural. O conceito de atuação adquire importância

central, não apenas como derivação de iniciativas individuais, mas como produtos de relações sociais: assim as ações efetivas demandam a geração/manipulação de estratégias de redes de afinidades sociais que dão suporte às demandas específicas. Assim, Long e Ploeg (1994) demonstram a existência de outras habilidades dos atores ao explorar como efetivamente os sujeitos sofrem a ação, mas, também confirmam a sua capacidade de internalizar as mudanças externas, podendo, inclusive, superá-las, transformando-as em seu favor e proveito.

Long (2001) e Ploeg e outros (2000) demonstram que as políticas públicas, quase sempre, homogeneízam a realidade rural, dando pouca margem de manobra em assegurar aos agricultores que utilizem suas próprias estratégias para administrar e vencer as dificuldades cotidianas, conjugando os recursos que estão ao alcance, os saberes acumulados historicamente com os recursos externos recebidos. Ao não fazer isso, os projetos e planos milagrosos que visam a transformar a realidade têm poucas possibilidades de lograr êxito, dado que os atores criam formas de resistência para defender seus modos de vida, inclusive, ficando indiferentes a eles. Scott (2002) demonstrou isso estudando os camponeses da Malásia que, mesmo em situação de subordinação, conseguiram desenvolver formas de "resistência cotidiana" que influenciaram o curso das suas relações sociais. Ainda a respeito das intervenções vindas de fora, Ploeg (1992) desconfia da eficácia destas ao reforçar que o enfoque da homogeneização insiste em não considerar a heterogeneidade e a diversidade da realidade do meio rural. As intervenções planejadas as quais Ploeg e outros (2000) definem como o problema central para análise e compreensão dos processos pelos quais entram nos "mundos da vida" dos indivíduos e grupos afetados passam a se tornar parte dos recursos e restrições das estratégias sociais que os atores desenvolvem. Desta maneira, os fatores são internalizados e frequentemente passam a significar coisas bem diferentes para os distintos grupos de interesses ou para os diversos atores individuais.

Davis (2006) afirma que os impactos da desruralização acentuam a fragilização das redes locais de segurança das populações rurais, deixando-as vulneráveis à maioria dos choques exógenos (problemas climáticos, inflação, taxas de juros, preços agrícolas). Além disso, criam dificuldades garantir-lhes a sobrevivência imediata e a manutenção de seus modos de vida pela fragilidade, tensionamento e fragmentação do tecido social. Mas apesar destas dificuldades as populações rurais encontram e obtêm o mínimo vital para sobreviver, reproduzir-se socialmente e garantir a reprodução de sua cultura e modos de vida e ainda prosperar. Os agricultores desenvolveram, através do tempo, projetos específicos e práticas sobre como sua lavoura pode e deve ser organizada e conduzida que se encaixam nas premissas de Bourdieu (1996), onde os indivíduos são agentes na medida em que atuam e

agem impulsionados e movidos pelo “senso prático”. É a caracterização de um sistema adquirido de preferências, de classificações, e de percepções que reagem em situações específicas de maneira calculada ou não, inseridas em um processo em que os comportamentos e valores foram internalizados através do processo de socialização e da vivência da prática dos indivíduos. Muitas vezes, os projetos (que vinculam modelos para a ação) são respostas para outros projetos formulados, por exemplo, por agências de Estado ou agronegócios que não fazem parte do repertório de planejamento dos agricultores o que redunda em não-adesão, como expressão de resistência às intervenções recebidas.

O resultado destas práticas reflete na heterogeneidade da agricultura ao produzir estilos específicos de agricultura, cada um sendo resultantes dos projetos e desejos dos agricultores que refletem as demandas e das formas construídas para atendê-las. Pelo acima exposto, acredita-se que a utilização dos conceitos de agência e da perspectiva orientada ao ator são elementos teóricos que auxiliam a compreender e explicar os motivos e a racionalidade das ações dos agricultores familiares. As estratégias adotadas na utilização dos recursos oriundos do PRONAF visam, no primeiro momento, a garantir o bem-estar das suas famílias em resposta aos constrangimentos a que estão sujeitos.

Ao contrário do que tem sido propalado pela literatura a respeito da passividade dos agricultores, eles analisam, reinterpretam e decidem sobre quais as melhores alternativas que devem ser tomadas a fim de garantir a sobrevivência, a reprodução social e material, mesmo em condições adversas e cada vez mais mercantilizadas. A reprodução social é um processo que resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata da reprodução dos grupos humanos. Ela também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É um processo contraditório e intricado que, fundado pelo trabalho, dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal. Autores como Bourdieu (2007) enfocam suas análises nas influências do sistema educacional, traduzindo-o como estratégia de reprodução cultural e social compatíveis com os capitais que almejam ser reproduzidos, que podem ser econômicos ou simbólicos. Marx, (2002, 2004) por sua vez, envida seus esforços teóricos e analíticos nas formas de reprodução do capital, das classes sociais e da força de trabalho.

A reprodução social e material dos agricultores está relacionada com o papel desempenhado pelo Estado, que se externaliza através do escopo de políticas públicas, que visam a prover condições mínimas para o desenvolvimento da agricultura familiar, tema que tratado na seção a seguir.

2.2 A Agricultura familiar e as políticas públicas: o papel do Estado

Nesta seção pretende-se desenvolver algumas referências analíticas às políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar, no começo da década de 90, como objeto de política pública no Brasil, a partir especialmente da construção conceitual e do reconhecimento como ator social através da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tendo como ponto de partida a institucionalização do programa de crédito foi possível pensar outras bases de apoio para potencializar os negócios da agricultura familiar, incluindo uma parcela de agricultores que historicamente esteve ausente dos interesses e ações do Estado. Esta preocupação se configura na expressão das intervenções planejadas e referidas por Ploeg e outros (2000), com o objetivo de transformar a realidade dos agricultores familiares, neste caso em especial, refere-se à disponibilização de políticas públicas de crédito rural que combinam com o mérito em transformar a agricultura familiar como tema de estudo. Agregado a isso, a agricultura familiar passa a ser alvo de interesse e foco da academia neste período, suscitados principalmente a partir da criação do PRONAF, em 1996.

Os estudos acadêmicos produzidos inicialmente auxiliaram a construir a definição de agricultura familiar e na elaboração de agenda política para cobrir as demandas deste segmento. Dessa forma, muitos dos estudos produzidos a seguir tiveram o caráter avaliativo sobre a extensão dos impactos e do caráter institucional do PRONAF, para a promoção do desenvolvimento rural. No Brasil, as primeiras discussões sobre a agricultura familiar a pleitear a necessidade de políticas públicas “diferenciadas” a fim de transformar o segmento em uma das ferramentas estratégicas com vistas a elaborar uma proposta de desenvolvimento rural foi articulada inicialmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), oficialmente consagrada e publicizada no 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 1995, ao iniciar o debate e a afirmar a necessidade de formular um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e lograram influir alguns pesquisadores a transformar em temática de pesquisa nas áreas de estudo da política e do campo da ação social. Todavia, é a partir dos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992) que o termo “agricultura familiar” aparece na literatura como objeto de análise teórica, ao referir que nos Estados de capitalismo avançado há muito tempo oficializaram suas escolhas, priorizando a agricultura familiar como um dos indutores do

desenvolvimento rural e foco de atenção. Para tanto, este devia promover mudanças estruturais, principalmente a reforma agrária, devido ao seu caráter social, econômico, produtivo e distributivo. Na percepção de Veiga (1991), ao adotar a perspectiva analítica e histórica é evidente a constante oposição e dificuldades de coexistência entre as formas "familiares" e "patronal" de produção no setor agropecuário brasileiro, como expressão de uma realidade que

> Durante muito tempo, muita gente achou que a agricultura caminharia como a indústria, no sentido de fortalecimento da forma patronal em detrimento da forma artesanal [...]. Mas o que aconteceu foi o inverso. Durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 1930 ao início da década de 1970) foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado primeiro mundo. (p. 188).

O autor argumenta que a partir da década de vinte os estados de capitalismo avançado adotaram outro comportamento em relação à agricultura familiar, ao canalizar incentivos (intervenções no mercado de preços agrícolas) para cumprir o papel de produzir alimentos em abundância a custos baixos para as populações urbanas que cresciam continuamente estimuladas e atraídas pelo crescente processo de industrialização ao "[...] remunerar o trabalho do agricultor e não garantir a rentabilidade de seus investimentos em níveis comparáveis à rentabilidade dos investimentos industriais, comerciais, bancários etc." (VEIGA, 1991, p. 196). Esta opção potencializou a vocação produtiva da agricultura familiar, ao mesmo tempo criou as condições basilares necessárias para o desenvolvimento dos outros setores. No caso brasileiro, autores como Oliveira (1988) e Delgado (2001) admitem que por vezes o Estado foi coagido a agir por conta das pressões políticas dos movimentos sociais organizados visando a fortalecer a agricultura familiar através de políticas específicas.

A criação do PRONAF é uma consequência e expressão resultante destas ações. Mas é necessário clarificar que a agricultura familiar não se constitui e ainda não é o eixo central na promoção do desenvolvimento brasileiro. No conjunto dos trabalhos de Veiga (1991, 1994, 1996) está presente a insistente defesa da necessidade de criar políticas públicas adequadas para promover o desenvolvimento rural integrado e articulado que contemple a heterogeneidade do meio rural para que possa associar as diversas políticas agrárias e agrícolas vitais para o fortalecimento da agricultura familiar. Conjuntamente a isto deve-se promover novas oportunidades geradas a partir dos empregos rurais não-agrícolas, a fim de promover o desenvolvimento rural articulado. A intervenção estatal no mercado dos preços agrícolas foi, na visão do autor, o principal fator que determinou a sobrevivência e expansão

econômica da agricultura familiar nos países de capitalismo avançado. Para a compreensão do acontecimento da agricultura familiar no cenário brasileiro é notória a contribuição analítica de Abramovay (1992), ao interpretar o fenômeno do surgimento do agricultor familiar moderno, ao recuperar as especificidades históricas e culturais em relação ao camponês. Ao remeter a análise relacional com o mundo das trocas mercantis, Abramovay (1992) ainda argumenta que por meio da intervenção do Estado foi possível transformar a agricultura tradicional do campesinato, caracterizada pela subutilização das potencialidades produtivas associado à aversão ao risco como fatores impeditivos à racionalização, buscando o lucro em agricultores familiares profissionalizados.

Na concepção do autor, o agricultor familiar na sociedade moderna se caracteriza por um tipo de produção que está "[...] altamente integrada com o mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais que não pode nem de longe ser caracterizada como *camponesa*", (ABRAMOVAY, 1992, p. 22, grifo do autor). Abramovay ainda enumera duas contribuições importantes, uma, ao caracterizar a agricultura familiar como sendo: aquela em que a gestão, a propriedade e o trabalho estão sob o controle da família (conceito adotado nesta dissertação), ressalvando que ainda não tem um conceito firmado entre os estudiosos sobre o tema. A outra, em enfatizar o interesse e a necessidade do Estado em promover e garantir a permanência da agricultura familiar através de políticas públicas. O autor concorda com Veiga (1991), ao afirmar a importância da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista contemporâneo, opção já consolidada, uma vez que "[...] é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados" (ABRAMOVAY, 1992, p. 210).

Carneiro (2008) chama a atenção ao enfatizar que a família do agricultor familiar deve ser o universo de observação. Defende que o recorte de análise não deve se reduzir às relações de trabalho, ao sustentar a existência de uma rede de relações sociais diversificadas e complexas. Ao negar esta dimensão, corre-se o risco de igualar a exploração familiar como qualquer outra, dado que a ótica apreendida é a maior ou menor inserção no mercado e a utilização de mão-de-obra familiar e, por conseqüência, aos mecanismos de remuneração ou não do trabalho dos membros da família.

Jean (1994) é enfático ao afirmar que a agricultura familiar tem se mostrado capaz de reproduzir-se e permanecer mesmo na sociedade capitalista como "[...] é um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna". (p. 2). O agricultor familiar, segundo o autor, é definido como aquele que é proprietário da terra, empresário privado e ainda um trabalhador assalariado. Entretanto, ele não acumula as três rendas, "[...] teve que

doar a renda fundiária e o lucro capitalista à economia e à sociedade para sobreviver, buscando apenas um salário mínimo para subsistir". (p. 5). Esta é possivelmente umas das prováveis razões de sua sobrevivência, tornando-se funcional ao modo de produção capitalista na medida em que subsidia outros setores, motivo que tem justificado a intervenção do Estado. No Brasil, é recente a intervenção do Estado dirigida à agricultura familiar, atuando fundamentalmente na oferta de crédito rural interpretado como positivo nas concepções de Abramovay e Veiga (1999), ao criar os avanços necessários para produzir um ambiente institucional favorável e indispensável à ampliação de outras políticas públicas necessárias para o desenvolvimento rural no Brasil. Essa opção política definiu como principal eixo de ação do PRONAF o crédito para "[...] fornecer *apoio financeiro* às atividades agropecuárias exploradas por agricultores familiares e suas organizações [...]", (MA/SDR/DATER, 1996, p. 16, grifo nosso), comprovando que a principal estratégia fora e ainda é ampliar a base de crédito aos agricultores familiares como um elemento central para a geração de renda e para a ampliação das possibilidades produtivas da agricultura familiar, explicam Abramovay; Magalhães e Schröder (2006). O viés adotado pelo Relatório FAO/INCRA (1994) para viabilizar os agricultores familiares tinha como meta a ser perseguida a oferta de crédito, em condições adequadas para que pudessem

> "[...] simultaneamente promover o sucesso econômico dos agricultores familiares que já dispõem de condições básicas à atividade empresarial e minimizar a marginalização dos que se encontram em situações mais problemáticas, a estratégia governamental para a agropecuária precisa estar baseada numa delimitação do público alvo a ser atendido prioritariamente". (p. 5).

O enunciado também invocava uma opção econômica e um público-alvo prioritário e determinado: os agricultores familiares que já estavam em melhores condições produtivas e financeiras. Os demais deveriam ser socorridos por políticas compensatórias, em virtude da conjuntura e não seria razoável alocar recursos para estes agricultores diante da exclusão evidente. Esta opção concentrou os recursos do programa nos estados mais ricos da federação explicitados por Aquino e outros (2003; 2005). Para efeitos de demarcação e elaboração de políticas de Estado, a institucionalização da agricultura familiar no Brasil teve como marco referencial o estudo da FAO/INCRA (1994), ao estabelecer conceitualmente o termo e, sobretudo, ao elencar um conjunto de diretrizes que deveriam ser consideradas fundamentais para a formulação de políticas públicas para este grupo de agricultores. Ao adotar os preceitos defendidos por Lamarche (1993), o documento institucionalizou as definições de agricultura

familiar e patronal, hoje tão presentes no debate do agro brasileiro. Estes estudos se transformaram em argumentos teóricos para as primeiras tentativas de criação de um programa de crédito rural para a agricultura familiar. Dessa forma, as possibilidades de viabilização da agricultura familiar induziram a pensar um novo desenho das políticas formuladas para o mundo rural, onde os seus atores têm outro papel a ser considerado, quer seja no sucesso ou no fracasso delas. Em 1995, surge o primeiro esboço dessa tentativa com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), repassando recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Apesar de ter apresentado resultados insignificantes e serviu de marco institucional-legal e embrião daquilo que viria a se transformar posteriormente no PRONAF (MATTEI, 2005).

Schneider, Cazella e Mattei (2004) afirmam que anteriores a estes eventos ocorreram alguns fatores que influenciaram os rumos do desenvolvimento rural, e repercutiram nos governos, através da pressão política do movimento sindical dos trabalhadores rurais sob comando da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT). Articularam um amplo movimento nacional (as Jornadas Nacionais de Luta, e mais tarde o Grito da Terra Brasil[5]) a fim de criar alternativas ante a abertura comercial com os países do MERCOSUL, visando à "reconversão e reestruturação produtiva" dos agricultores familiares que ficariam desprotegidos em virtude da integração regional. O PRONAF, valendo-se das experiências anteriores, foi oficialmente criado em 1996[6]. Este acontecimento consolida o apoio necessário do Estado à agricultura familiar, aspiração tão presente e reclamada nos trabalhos de Abramovay e Veiga, visando à indispensável intervenção massiva e sistemática do Estado para promover as virtudes da agricultura familiar, como um dos fatores geradores de desenvolvimento rural. Sem este apoio, dificilmente a agricultura familiar tem condições de sobreviver às exigências do mercado. Conterato (2004) chama a atenção deste fato, ao analisar os agricultores familiares especializados e mercantilizados de Três Palmeiras (RS) e conclui que em muitas situações

> As políticas públicas para uma agricultura que segue o padrão de desenvolvimento agrícola [...] tornam-se tão importantes que para muitos agricultores familiares seja a única condição para viabilizar as atividades produtivas, uma vez que as rendas, principalmente a agrícola, não

[5] As Jornadas Nacionais de Luta criadas em 1994 agregavam várias organizações e movimentos sociais do campo, buscando políticas públicas para a agricultura familiar, e auxiliaram a criação do PRONAF em 1996.

[6] Disponível em: http://www5.bcb.gov.br/normativos/1.961. Acesso em: 2008.

possibilitam o *auto-financiamento*. (p. 28, grifo do autor).

Esta postura coloca os agricultores como sujeitos submissos e subordinados ao modo de produção capitalista e dependente das políticas públicas, contestado por Perondi (2007) sobre o caráter regulacionista dos autores ao não explorar e enfatizar com mais veemência o papel de agentes sociais dos agricultores. A adoção do enfoque marxista e estruturalista adotado pelos autores como referencial de análise não cogita espaço para a atuação reativa dos agricultores, ao não atribuir a estes o papel de atores políticos, deixando-os, à mercê da ação política do Estado. Hipótese atualmente, questionada, por acreditar que os agricultores são sim atores políticos e possuem visão de mundo, interpretam e reinterpretam os constrangimentos e influências a que estão afeitos, mesmo em condições de adversidade.

Nas estratégias estão inclusas a utilização dos recursos do PRONAF para atender outras necessidades que não são contempladas nos projetos de crédito elaborados, demonstrando que os agricultores possuem outras aspirações. Graziano da Silva (1994) enfoca a análise, defendendo a necessidade de adoção de políticas públicas de cunho social para potencializar a agricultura familiar conjugadas com políticas de reforma agrária de caráter compensatório, em alusão ao proposto por Ignácio Rangel (1962), que previa a recomposição da economia natural através de lotes familiares para produzir e garantir a subsistência à população sobrante, não absorvida pela industrialização capitalista da agricultura. Graziano ainda argumenta que o produtivismo agrícola resolveu o problema da oferta de alimentos, como expressões do progresso técnico e da modernização conservadora da agricultura, todavia, a questão social ainda continua em aberto na busca de agenda política de debates e de soluções. O Estado tem uma função imprescindível para a consolidação da agricultura familiar, racionalizando os recursos públicos, reorientando, regulamentando o desenvolvimento multissetorial, disponibilizando políticas de pesquisa, extensão e de serviços públicos para os estratos mais empobrecidos da população rural. Entretanto, na opinião de Abramovay; Magalhães e Schröder (2006), o Estado, no desejo de promover a agricultura familiar, ainda atua de forma muito limitada, em virtude da pulverização dos recursos empregados, e não congrega os esforços das instâncias (federal, estadual e municipal), o que reduz a capacidade de construir um ambiente capaz de oferecer possibilidades às populações rurais de ampliar as oportunidades de reprodução social. Esta fragmentação de esforços e de recursos foi encontrada nos trabalhos de campo que discutidos no capítulo quinto desta dissertação.

A erradicação da pobreza visando ao desenvolvimento do meio rural necessita de

ações múltiplas que passam necessariamente por políticas públicas que levem em conta a heterogeneidade do meio rural, o que necessariamente remete à revalorização do Estado, dado que o mercado por si só não tem essa capacidade e nem mesmo é o seu principal objetivo. Esta concepção defende a necessidade de facilitar o acesso aos recursos produtivos básicos para a agricultura familiar, produzir tecnologias adequadas, ampliar a capacidade da agricultura em gerar empregos para os agricultores e assalariados. Ao mesmo tempo, é necessário construir alternativas de renda que ultrapassem o âmbito da produção estritamente agrícola, ao valorizar a diversidade étnica, social e ambiental, além de promover o fortalecimento das organizações sociais dos agricultores para poder efetivamente transformar o meio rural em um projeto de vida (CHONCHOL, 2004). Conjuntamente a estes esforços devem-se inserir os desejos e as aspirações dos agricultores, bem como suas formas interpretativas de como eles veem e descrevem o mundo, e quais as repercussões deste conjunto de interferências refletem em suas vidas cotidianas. O meio rural tem sido um espaço de constantes intervenções, visando a transformar a agricultura em uma das ferramentas possíveis para a promoção do desenvolvimento que, via de regra, ignoram os conhecimentos dos agricultores que lá vivem.

O Relatório do Banco Mundial (2007) preconiza que a agricultura é uma das principais ferramentas para retirar as pessoas da pobreza. Os estados devem promover políticas públicas diferenciadas, de acordo com a necessidade das populações. Estas providências são essenciais para tornar a agricultura dos pequenos proprietários (familiares) sustentável e produtiva a partir dos incentivos de preços, qualidade e quantidade dos investimentos públicos, de iniciativas que promovam a melhoria de funcionamento dos mercados. Além disso, deve possibilitar o acesso facilitado aos serviços financeiros, concatenado com a redução aos riscos àqueles que não dispõem de seguros, de condições que auxiliem a sedimentar as organizações sociais dos agricultores, do acesso à ciência e tecnologia, visando à promoção da agricultura sustentável e provedora de serviços ambientais. Este debate começa a tomar corpo na sociedade brasileira. O documento, contudo, ainda aposta que parte das soluções está centrada na manutenção do ritmo do desenvolvimento do produtivismo agrícola como estratégia que proporciona o crescimento econômico nacional, argumento este amplamente questionado e criticado pela literatura especializada, como um dos princípios, elementos geradores de desigualdade e exclusão social no meio rural brasileiro. A criação do PRONAF em 1996 repercutiu na produção de estudos acadêmicos que focaram suas análises na tomada de crédito como principal estratégia na potencialização dos empreendimentos dos agricultores familiares, tema que será tratado na próxima seção.

BOX I

O BOM NOME É UM PATRIMÔNIO QUE MERECE CUIDADO!

E. P. H. tem cinquenta e oito anos. É um agricultor do Grupo “C” e possui uma propriedade de 11 hectares na comunidade de Saraiva, localizada no município de Salvador das Missões (RS). Vive em uma casa humilde, é pai de oito filhos, dos quais três trabalham na Alemanha (possuem cidadania alemã). Dos que ficaram, não tem certeza se um deles vai seguir a sua profissão e manter a propriedade.

Seus instrumentos de trabalho são rudimentares e suas mãos falam da penosidade da sua labuta, a tal chamada modernização da agricultura, na correta acepção do conceito, ainda não chegou para ele.

Ele é um exemplo do agricultor familiar que desistiu de acessar o crédito oferecido pelo PRONAF, por considerá-lo arriscado demais frente às condições em que vive, considerando as possibilidades de retorno das suas atividades. Prefere ir tocando a sua vida, sem se envolver com banco, ele lhe tirava o sossego e o sono, dizia.

Plantou soja em quatro hectares e desafortunadamente fora atingida por três secas nos últimos cinco anos. As secas têm sido frequentes na região. Plantava soja pela simples razão de ser um produto que tem “comércio”, pela absoluta necessidade de dinheiro, mas é muito trabalhoso, admite.

- Teve um ano, uma vez, que eu apliquei setenta e dois litros de *roundup* nas minhas costas, e cadê o lucro? Péssimo, nada, nada, a seca levou tudo, não tinha PROAGRO, porque minha lavoura já tinha sido atingida outras vezes, protesta.

Das vezes que acessou o PRONAF teve que se desfazer de suas vacas para pagar as dívidas e para manter o nome de bom pagador e não “sujar o nome”. Ele é um agricultor, assim como sua mulher, ainda não contam com a ajuda dos recursos da aposentado, o que fragiliza muito a sua situação econômica, inclusive para atender às necessidades elementares da família. Não conta a ajuda de assistência técnica e nem de qualquer outra instituição e devido ao isolamento, é invisível.

- Não recebi nenhuma ajuda de ninguém! Diz ele. Mesmo assim encontrou uma alternativa para continuar vivendo e proporcionar estudos para os filhos que ainda estão com ele e manter a dignidade.

Ele agora planta “aipim” e vende descascado e embalado na cidade de Cerro Largo, que fica distante 25 quilômetros de sua propriedade. Duas vezes por semana ele e sua mulher levantam às quatro horas da manhã e descascam, lavam e embalam manualmente cerca de 100 quilos de aipim, que são transportados de carroça (cerca de 8 km) até a comunidade próxima, onde sua mulher pega o ônibus e leva para ser vendido em Cerro Largo.

Isto lhes garante uma receita de quinhentos reais ao mês. Contou-me que está tendo problemas com a fiscalização da saúde e da fazenda municipal do município, por causa da venda do produto da sua “empresa” referente às exigência da inspeção sanitária e da cobrança de tributos.

2.3 A institucionalização de uma política de crédito: reconhecimento da agricultura familiar como expressão de um ator político

Existe uma correspondência direta entre a afirmação da agricultura familiar como ator político e social e a institucionalização do PRONAF, traduzida como uma das expressões da pressão e das negociações políticas dos movimentos sociais da agricultura familiar com o governo, segundo postulam Abramovay e Veiga (1999) que culminou na criação PRONAF. Este programa veio atender uma antiga aspiração das organizações sindicais (a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, especialmente) e dos movimentos sociais que buscavam a criação de políticas diferenciadas para a agricultura familiar historicamente alijada do sistema de crédito rural brasileiro, de acordo com a análise de Schneider (2003). Conseguiram, dessa forma, incluir este pleito na agenda pública (FUKS, 2000, 2006) contemplando as demandas da agricultura familiar como uma expressão de esforço do "trabalho social" postulado por Lenoir (2006), empreendido na busca do reconhecimento, afirmação e da legitimação públicas, bem como a necessidade de agir sobre ela, ao mesmo tempo, busca dar-lhe a visibilidade social.

Após treze anos de criação do PRONAF, é inegável que a ação dos movimentos sociais obteve avanços significativos, inclusive com a promulgação da Lei 11.236/2006, conhecida como a "Lei da Agricultura Familiar", ao estabelecer formalmente como "categoria produtiva". Estabeleceu dessa forma, entre outras linhas de ação, as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares, prevendo a compatibilização com outras políticas públicas consideradas essenciais para a viabilização da agricultura familiar, como as políticas dirigidas à constituição de fundo de aval, infra-estrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro agrícola, habitação rural, legislação (sanitária, previdenciária e tributária), cooperativismo, associativismo, educação, capacitação, profissionalização, negócios e serviços rurais não-agrícolas e agroindustrialização, (PICOLOTTO, 2008).

A lei representa a institucionalização jurídica da agricultura familiar e consagra a classificação dos tipos de agricultura brasileira: a patronal e a familiar, propostos pelo Relatório FAO/INCRA (1994), e remete a tipificação do agricultor familiar, conforme os parâmetros adotados para efeito de enquadramento das operações de crédito rural utilizadas pelo PRONAF. A afirmação da agricultura familiar ocorrida através da capacidade de

mobilização conseguiu abrir espaço de disputa de poder para construir outros modelos para promover mudanças (GOHN, 1995) que influenciaram a elaboração de políticas públicas e um novo olhar do Estado para setores antes marginalizados e sem visibilidade social. Bobbio (1992) consagra este movimento ao de "direito de produzir direitos", sendo este o mote central para a afirmação social e política de grupos que estão fora do escopo de interesses do Estado.

A institucionalização do PRONAF reafirmou a condição de ator dos agricultores familiares ao canalizar as demandas direcionadas na obtenção de políticas de crédito rural como alvos da ação do Estado. Como parte desta estratégia, o governo federal e os representantes da agricultura familiar elegeram o crédito rural diferenciado como principal fator para o desenvolvimento da agricultura familiar, conscientes que a partir desse instrumento seria possível implantar um novo modelo de desenvolvimento agrícola e rural para o país ao criar as condições adequadas para a viabilização socioeconômica dos agricultores familiares. Entretanto, as políticas complementares necessárias para consolidar e potencializar os recursos tomados, muitas delas ficaram apenas no debate, ou cuja implementação ocorre de forma lenta. Esta indefinição permite questionar a amplitude e eficácia das estratégias focadas apenas na disponibilização do crédito, que no ultimo decênio deixou de aplicar 14 bilhões dos orçamentos federais em virtude da estagnação dos tomadores de crédito. Este fenômeno pode ser interpretado como sintoma de exaustão da política de crédito e demonstra o conjunto de reações demonstradas pelos agricultores familiares ao não acessar os recursos por não considerarem atrativos.

Os autores que investigaram o tema da agricultura familiar e fixaram suas análises na tomada de crédito via PRONAF (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999, KAGEYAMA, 2003, SCHNEIDER; CAZZELA; MATTEI, 2004, MATTEI, 2001, 2005, GUILHOTO et al., 2005), centrando as reflexões na importância dos instrumentos de oferta crédito defendem como condição *sine qua non* para alavancar a agricultura familiar, apesar da lógica produtiva em grande parte reproduziu o padrão de desenvolvimento agrícola predominante. Gazolla (2004) comprova esse fenômeno ao estudar que a alocação dos recursos do PRONAF para o custeio e investimentos na Região do Alto Uruguai (RS) que, segundo o autor, pouco contribui para o surgimento de um novo conceito de ruralidade que, além de exacerbar a diferenciação social[1]

[1] Conterato (2004) faz distinções entre diferenciação da agricultura e diferenciação social. A primeira se dá pelo uso de diferentes sistemas de produção utilizados na agricultura que se modifica, se transforma e se alterna ao logo do tempo. A segunda refere-se aos agricultores familiares, refletindo as estratégias adotadas por eles na busca da reprodução social e econômica.

e especialização[2] produtivas entre os agricultores não promoveu a criação substancial de novas oportunidades sociais para o meio rural. Este processo ocorre na medida em que a concepção de desenvolvimento ainda está fortemente limitada à dimensão agroeconômica (ASSIS; SILVA, 2003). É inegável que o crédito é um elemento importante para a geração de renda e para a ampliação das possibilidades produtivas, assim como a consolidação da capacidade de devolver os recursos tomados. O crédito transformou-se no principal eixo de ação do PRONAF para "[...] fornecer *apoio financeiro* (grifo nosso) às atividades agropecuárias exploradas por agricultores familiares e suas organizações [...]" (MA/SDR/DATER, 1996, p. 16), comprovando que a principal estratégia para viabilizar as atividades da agricultura familiar foi ampliar a base de crédito rural aos agricultores. A respeito de privilegiar o crédito, González-Vega (1998) acredita que

> O crédito não converte em empresário agrícola quem não tem essa capacidade [...] Por isso se equivocam aqueles que supõem que o crédito pode ser substituto de outros motores do desenvolvimento (a formação de capital humano, o desenvolvimento dos mercados, a adoção de políticas adequadas e a construção de infra-estrutura). O crédito só pode complementar esses outros ingredientes do desenvolvimento rural. (p. 8-9).

Contudo, no Brasil, o surgimento do PRONAF é um divisor de águas na trajetória das políticas públicas e caracteriza a virada histórica da ação dos movimentos sociais abrindo passagem para transformar os agricultores familiares em atores políticos, ao legitimar as especificidades de um determinado segmento da agricultura, a agricultura familiar, explicitado por autores como Schneider, Cazella e Mattei (2004). Abramovay (2006) anotam que esse movimento possibilitou a obtenção do engajamento e reconhecimento da dimensão analítica e científica auferida pela intelectualidade acadêmica, ao fazer do PRONAF elemento central na profusão de estudos institucionais, figurando entre os temas do desenvolvimento rural amplamente estudados (MATTEI, 2007), cujas contribuições visam melhorar a eficácia do programa na tentativa em se transformar em um dos elementos de desenvolvimento rural. O crédito pode ser um elemento para a promoção de inovações produtivas ou organizativas,

---

[2] De acordo com Conterato a especialização dos sistemas de cultivo significa que um número extremamente pequeno de culturas, não mais do que três (soja, trigo e milho), passaram a constituir a base econômico-produtiva da agricultura familiar da região do Alto Uruguai. No entanto, será fundamentalmente a soja a principal cultura comercial adotada pelos agricultores familiares a partir da modernização da base tecnológica. Isso não significa, porém, que outras culturas, tipicamente de subsistência, tenham desaparecido por completo, como a batata, a mandioca, o arroz, o feijão, etc., apenas tiveram suas áreas reduzidas. Assim, o próprio uso da expressão especialização produtiva não significa monocultura absoluta, mas sim predominante em relação à área destinada e o volume produzido. *(ibidem).*

sem isso, Abramovay (2005) afirma que significa manter os vínculos tradicionais de mercado, que pouco valoriza o trabalho dos agricultores e seus produtos, conduzindo-os a uma situação de monotonia que não favorece os processos dinâmicos do desenvolvimento rural, reafirmados pelo autor.

A alocação de crédito, por vezes de forma arbitrária, intervencionista e inflexível não se converte em ferramenta capaz de gerar processos de melhoria das condições de vida dos agricultores, em virtude de estes reagirem de forma diversa visando a preservar seus modos de vida, ou por possuírem outras prioridades e necessidade que não estão na ordem dos projetos formulados que, por vezes, não raras, são contraditórios às intervenções recebidas, e induzem os agricultores familiares a agir adequando-as a sua realidade e interesses. As análises focadas no PRONAF crédito parecem indicar que o programa não teve como objetivo romper com o modelo existente, molda-se a ele, canalizando os recursos aos agricultores familiares em melhores condições socioeconômicas, proporcionando a estes mais uma alternativa em virtude de estes já possuírem propriedades estruturadas e atividades produtivas consolidadas.

Estes "agricultores caprichosos", segundo a denominação de Gazolla (2004), conseguem ampliar suas possibilidades de reprodução social e material, inclusa a possibilidade de não mais depender do crédito. No entanto, a junção entre os juros baixos aliada à possibilidade de acessar o seguro do PROAGRO[3], auxilia-os a constituir um fundo de reserva que funciona como capital de giro para outras atividades e suporte econômico em tempos de crise que diminui os riscos ou se converte em oportunidades de negócios de ampliação patrimonial (compra de terras, máquinas e equipamentos). Além disso, funciona como verba de manutenção familiar para os agricultores que se encontram em situação que margeia a pobreza e a exclusão social, sem, contudo, transformar as bases produtivas e sociais geradoras de exclusão, mas que em um espaço não muito longo de tempo acaba por excluí-los em virtude da baixa liquidez econômica das suas unidades de produção.

Guanzirolli (2007) postula o acerto do PRONAF ao privilegiar os agricultores consolidados ou em ascensão, ao referir que não teria sentido em disponibilizar recursos para os agricultores carentes, sustentando que o crédito não teria condições de modificar a

---

[3] Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, seguro agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que oferece cobertura para adversidades climáticas, tais como: chuva excessiva, seca, granizo, tromba d'água, doenças sem controle fitossanitário adequado, geada e inundação, mediante o pagamento de 2 a 4% de prêmio sobre o valor financiado, ressarcindo as despesas com insumos de até 65% da previsão de receita líquida do empreendimento, limitada em até R$ 2.500,00 (PROAGRO MAIS), para os mutuários enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=107245333&method=detalharNormativo .Acesso em: maio 2008.

realidade social destes agricultores. Esta visão é compartilhada por Corrêa e Ortega (2002), ao enfatizarem que a lógica da política de financiamento da agricultura brasileira foi de concentrar os recursos em agricultores capitalizados. Esta opção é uma realidade em vários estudos produzidos, evidenciando a existência de um contingente considerável de agricultores que estão fora do acesso ao crédito por serem considerados inviáveis economicamente. Este fator se agrava devido à necessidade contínua de insumos externos à propriedade que exige aportes sistemáticos de crédito rural, evidenciando o processo crescente de mercantilização da agricultura, tema que será desenvolvido na seção seguinte.

2.4 O uso do crédito rural no contexto da mercantilização da agricultura

A adaptação via inserção mercantil transformou as relações produtivas no meio rural através da mercantilização da agricultura. Ainda se percebem evidências de que o modelo de desenvolvimento continua centrado no produtivismo agrícola, como a principal estratégia para desenvolver os empreendimentos da agricultura familiar, cujo objetivo principal é a produção para o mercado. A inserção nos mercados transformou a visão e a racionalidade das populações rurais, na medida em que elas vão se integrando à “sociedade envolvente” (MENDRAS, 1978). As influências mercantis repercutem na lógica organizativa das unidades familiares de produção por meio da ampliação das relações sociais em um mundo cada vez mais mediado pela circulação de mercadorias, mercantilizando e monetarizando a condução dos processos produtivos com o objetivo de ampliar as relações com o mercado. A esse respeito, Niederle (2007) argumenta que

> A extensão da mercantilização da agricultura é resultado direto da luta entre o capital, Estado e agricultores. A disputa expressa nos mercados é pelo controle dos principais recursos utilizados nos processos produtivos e, desta forma, pelo domínio dos próprios mercados. (p. 44).

A necessidade de produção de produtos voltados para atender à demanda do mercado visa a transformar a base produtiva e determina quais os produtos que oferecem maior capacidade de valor de troca. Esta opção exige dos agricultores a adoção de racionalidade técnico-administrativa, o uso de tecnologia e de insumos que os auxiliem a retirar da terra a maior produtividade possível para cobrir adequadamente os custos dos investimentos. Esse processo retira a autonomia dos agricultores na medida em que transferem gradual ou

abruptamente os recursos produtivos (insumos, crédito, assistência técnica) e tarefas (preparo do solo, plantio e colheita terceirizados) a atores externos. Sobre este tema é precisa a observação de Ploeg (1992):

> "[...] as tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o mando do próprio agricultor, passam a ser coordenadas agora mediante a troca mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das relações técnico-administrativas. Esta externalização crescente não somente afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução". (p. 170).

Dessa forma, os agricultores familiares estarão presos a um *continuum* processo de externalizaçao produtiva na compra de insumos, crédito e tecnologia, tornando-os dependentes destes elementos. A mercantilização da agricultura nos termos propostos por Ploeg (1990, 1992) insere-se no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura com vistas a obedecer às leis do mercado e das relações entre os agentes econômicos. Dessa forma, as relações estabelecidas ao interpretar os cenários da agricultura familiar devem ser entendidos tendo as expressões da externalização e da cientifização do processo produtivo. Ploeg (1992) postula que estes fenômenos expressam a perda de autonomia dos agricultores resultante da inovação tecnológica e exigência de progresso técnico. A interpretação de Gazolla (2004) sugere que

> A mercantilização da agricultura familiar é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução social dos agricultores familiares. Este é, na atualidade, a instituição que, em grande medida, governa a produção e a reprodução da agricultura familiar moderna. (p. 30).

Ploeg (1990, 1992) argumenta que, através do processo de mercantilização da agricultura, as unidade familiares de produção vão sendo incorporadas aos mercados tornando-as as estruturas centrais que determinam sua (re)produção. Ploeg (1990, 1992) enfatiza que a mercantilização se expressa pela cientifização sistemática das práticas agrícolas através de ferramentas da ciência (especialmente da química e da biologia), onde o capital adquire maior capacidade de controlar e explorar diretamente o trabalho e a produção agrícola. Este fenômeno se refere aos mecanismos pelos quais os agricultores familiares internalizam os produtos oriundos do progresso técnico expresso nas necessidades de incorporação tecnológica (gestão, máquinas e equipamentos, sementes melhoradas,

fertilizantes químicos e pesticidas agrícolas). Isto é representado pelo aumento do consumo intermediário: gastos e despesas para cobrir as necessidades de condução do empreendimento. Este é um processo que repercute intensamente na organização e divisão social do trabalho, sendo um procedimento que ocorre de forma difusa, produzindo estilos distintos de agricultura enfatizados por vários autores (PLOEG, 1993; PERONDI, 2007; NIEDERLE, 2007; NIEDERLE e SCHNEIDER, 2008).

Outra expressão da mercantilização preconizada por Ploeg (1990, 1992) é a externalização dos processos produtivos, onde um número crescente de tarefas é separado da produção agrícola e é incorporado à indústria como resultado do aumento da divisão do trabalho entre indústria e agricultura e entre diferentes explorações agrícolas. As tarefas que antes eram de domínio do agricultor passam a ser coordenadas e influenciadas pelo intercâmbio mercantil e pelo sistema de relações técnico-administrativas (entre agroindústria e agricultor), cabendo aos agricultores o papel de produtor de matéria-prima. O processo de externalização das tarefas também dificulta que a exploração agrícola garanta a reprodução de seus elementos. Enquanto o processo de reprodução dos fatores de produção e insumos está sob domínio do agricultor, com os quais ele vai iniciar um novo ciclo, eles têm valor de uso; eles entram no processo de produção como valor de uso, mesmo o agricultor produzindo para o mercado. Esse agricultor utiliza valores de uso, em parte para realizar os valores de troca, em parte para iniciar ciclos subsequentes de produção. Na medida em que aumenta o processo de externalização das tarefas, os próprios objetos de trabalho, instrumentos e, progressivamente, o trabalho, entram no processo de produção na qualidade de mercadorias, assumindo ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Ploeg (1992) afirma que o resultado do processo crescente de dependência da agricultura de produção para o mercado, da contínua circulação de mercadorias, da necessidade crescente de insumos e de inovação tecnológica externos à propriedade exige a transformação das atividades organizativas e produtivas em espaços cada vez mais curtos. Transforma os agricultores familiares em consumidores que necessitam manter um contínuo e renovado vínculo com o mercado, comprando bens indispensáveis ao processo produtivo (máquinas, insumos, crédito, assistência técnica).

A reprodução social e econômica está irremediavelmente atrelada às relações com o mercado, e revela substancial perda de autonomia, onde as forças do mercado irão definir o que deve ser plantado com vistas às possibilidades de retorno econômico, substituindo o valor de uso pelo valor de troca, uma vez que este processo irá influenciar a sua capacidade de sobrevivência. Considerando que o mercado é o principal indutor e organizador dos processos

produtivos dos agricultores familiares, como evidências dos mecanismos de mercantilização, torna-se problemática a reprodução social e material, via receita das atividades agrícolas somente. Em geral, os agricultores familiares enfrentam condições de desvantagem para a comercialização de seus produtos, uma vez que seus produtos possuem baixo valor agregado, estão isolados e distantes dos consumidores, fragmentados e sofrem constantes intervenções no mercado (concorrência de produtos importados, grandes produtores com acesso privilegiado aos serviços e canais de comercialização). Em suma, comprovam o que os trabalhos de Abramovay (1992) e de Ploeg (1990, 1992) aventavam, ou seja, que a agricultura familiar necessita da integração mercantil para garantir a sobrevivência e reprodução social. A conjuntura atual demonstra a impossibilidade de a agricultura familiar ficar isolada do mercado. O dilema apresentado é como criar processos produtivos que não a deixem totalmente subordinada a este, o que demonstra a necessidade de intervenções sistemáticas do Estado.

Niederle (2007, p. 33) argumenta que essas demandas são redirecionadas na medida em que "[...] a mercantilização reflete a pressão que as estruturas de mercado exercem sobre os atores, mas ela também pode representar uma estratégia deliberada dos próprios atores". Para aqueles que não possuem e, sta condição, a mercantilizacão precariza as condições objetivas da reprodução social (CONTERATO, 2004). Esta estratégia constitui a existência de graus e estágios diferenciados de mercantilização, conforme a premissa de Ploeg (1990) do caráter imprevisível, não-linear e não-homogêneo da mercantilização, em virtude de os agricultores possuírem distintas formas de relações de trocas mercantis. Deduz-se, a partir dessa constataçãoque os agricultores estabelecem formas peculiares de como melhor administrar as influências e constrangimentos a que estão submetidos, considerando o leque de alianças elaboradas, agindo de acordo com a compreensão e recursos obtidos, desconstruindo a noção de passividade atribuída aos agricultores. Entretanto, deve-se salientar que a opção por estas alternativas depende das condicionantes sociais que limitam as possibilidades de agir.

A mercantilização é a expressão do processo de negociação e disputa que ocorre entre os atores sociais (individuais e coletivos; locais e externos) no qual está em jogo o manejo dos recursos que ocorrem nos processos reprodutivos e, por consequência, na constituição e no domínio dos próprios mercados, onde os agricultores empenham esforços e estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, em face às condições socioeconômicas da unidade familiar (NIEDERLE, 2007), em decorrência de seu caráter heterogêneo e diferenciado. A experiência brasileira vem demonstrando que a

mercantilização da agricultura é uma realidade que interfere, inclusive, no aumento do orçamento público para financiar as necessidades produtivas da agricultura familiar, ao mesmo tempo, procura ampliar a base de crédito aos agricultores.

A mercantilização influencia as estratégias que os agricultores familiares adotam para administrar os recursos do PRONAF irá variar de acordo com o perfil socioeconômico. Dessa forma, os recursos do PRONAF, transformam-se em mais um “espaço de manobra” (PLOEG, 2003), onde os agricultores mobilizam um conjunto de estratégias para manter a autonomia relativa da unidade de produção. Neste caso, motivado pela oferta de recurso a juros reduzidos que se converte em alternativa para reduzir as incertezas e riscos das atividades. Esta tese reforça a diferenciação social e produtiva, traduzida em concentração fundiária e especialização produtiva entre os agricultores familiares encontrada nos trabalho de Gazolla (2004, Conterato (2004) e Mattei (2008).

A mercantilização da agricultura não atinge todos os agricultores da mesma forma, ela também é heterogênea e retrata a diversidade do meio rural e da agricultura. Este fator permite o surgimento de estilos de agricultura conforme o proposto por Ploeg (1994, p. 17) e definido como “[...] um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc., portados por um grupo de agricultores em uma região específica, que descreve o modo com que a *farming praxis* é levada adiante”.

O próximo capítulo dedica-se a apresentar os números da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e em Salvador das Missões, no tocante à expressão do PRONAF como principal financiador dos empreendimentos dos agricultores familiares.

3 AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPANSÃO DE UM ATOR SOCIAL

No capítulo anterior foram apontadas as evidências de ator dos agricultores familiares ao interpretarem e transformarem as influências externas recebidas, tornando insuficientes as análises que não consideram as estratégias que os agricultores usam para buscar o bem-estar de suas famílias e criar as condições necessárias de reprodução social e material das unidades de produção. Este capítulo está destinado a caracterizar os diferentes tipos de agricultores, produtos e as distintas formas de utilização dos recursos do PRONAF; tendo como hipótese - guia a suposição de que os usos dos recursos do PRONAF, na busca de fortalecimento econômico, estão intimamente ligados ao tipo de agricultor, ao tipo de produto que determinam as estratégias na utilização dos mesmos, podendo se transformar em capital de giro ou manutenção do grupo familiar. O crédito rural pode ser visto como um elemento que gera riqueza ou se consagra como expressão de política compensatória

A primeira seção aborda a expressão socioeconômica e social da agricultura familiar no Rio Grande do Sul com relação ao número de estabelecimentos, à ocupação territorial, à participação na composição do Produto Interno Bruto, à participação dos agricultores familiares nas principais cadeias produtivas, às peculiaridades históricas que produziram um tipo diferenciado de agricultor familiar. Na segunda seção, o enfoque é a expressão do PRONAF no Rio Grande do Sul, destacando como um dos principais tomadores de crédito nas diversas modalidades oferecidas pelo programa, resultante da capilaridade de instituições (bancos, sindicatos e órgãos de assistência técnica) que auxiliam na operacionalização e alocação dos recursos por meio do enquadramento via Declaração de Aptidão ao PRONAF e dos projetos elaborados. A terceira seção apresenta o município de Salvador das Missões, sua localização geográfica, os aspectos da composição das atividades econômicas, a estrutura fundiária e o número de habitantes.

A quarta seção discorre sobre a expressão do PRONAF no município em número de contratos e em montante de recursos contratados no período de análise, a importância do crédito rural em Salvador das Missões no financiamento e no suporte das atividades agropecuárias da agricultura familiar. A quinta seção destina-se a analisar o enfoque dos agricultores familiares na tomada de crédito, evidenciando as justificativas e as estratégias na utilização dos recursos do PRONAF através dos projetos de financiamento, por meio do material empírico coletado relacionando-os com os diferentes tipos de agricultores e produtos

por eles produzidos.

Foram utilizadas como recurso metodológico as fontes de dados primários levantados pela Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003) e dados secundários gerados por instituições públicas como a FEE, IBGE, MDA/SAF, além das entrevistas realizadas com os agricultores familiares de diversas comunidades de Salvador das Missões, lideranças sindicais e gestores públicos que auxiliam na concretização da política de financiamento do PRONAF.

3.1 O agronegócio da agricultura familiar no Rio Grande do Sul

O público da agricultura familiar encontra-se hoje classificado em diferentes grupos, conforme estudo da FAO/INCRA (1994). Os resultados do Censo Agropecuário do IBGE (1995-1996)[1] mostram que, do total de 4.859.864 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 4.139.369 pertenciam à agricultura familiar, o que representa 85% dos estabelecimentos do país, ocupando 30,5% da área, ao passo que a agricultura patronal detinha 68% da área, com 11% do total de estabelecimentos. De acordo com o Censo de 2006, os números estatísticos de estabelecimentos ampliaram para 5.204.130 (IBGE, 2006)[2]. Esse fenômeno pode ter ocorrido em função dos processos de regularização fundiária, ampliação de assentamentos através da reforma agrária e da ampliação dos projetos de crédito fundiário. No Rio Grande do Sul eram 429.958 estabelecimentos, 395.584 (92% dos estabelecimentos e, 33% da área) classificados como agricultura familiar.

No censo de 2006, o total de estabelecimentos aumentou para 442.564. Os dados compilados não permitem distinguir o número de estabelecimentos da agricultura familiar. A expressão da agricultura familiar no Rio Grande do Sul foge à regra, quando se compara com as demais regiões do Brasil, em face das suas peculiaridades históricas. Aqui o complexo do agronegócio familiar possui um peso significativo na economia gaúcha, chegando a 50,1% no ano de 2003 (GUILHOTO, 2005). Enquanto no Brasil o agronegócio participa com aproximadamente 33% do agronegócio total, no RS a participação encontra-se ao redor de 55%.

Em termos de projeção econômica, o estudo de Guilhoto (2005) enfatiza e reforça a

---

[1] Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996. Acesso em: abr. 2009.

[2] Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=p&o=2&i=P. Acesso em: jan. 2009.

dimensão produtiva e econômica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, à qual chamou “agronegócio familiar”, participando com cerca de 97% das lavouras de fumo, 74% do milho, 58% da soja, 89% do leite, 74% das aves, 71% da indústria de abates de aves, 70% da indústria do abate de suínos. A pesquisa revela que no período estudado (1995 a 2003) a agricultura familiar gerou 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e 27% do PIB gaúcho.

Os números oficiais demonstram que a política de financiamento através do PRONAF está cumprindo seu papel, no tocante à promoção para a evolução do agronegócio familiar que cresceu em média 23,5% de 1995 a 2003, em virtude da política de expansão do crédito rural, de acordo com o trabalho de Guilhoto (2005), ao estudar o desempenho do programa no Rio Grande do Sul e pelo estudo de Mattei (2005), que analisou o impacto do PRONAF no tocante à captação de recursos e às repercussões na economia dos cem municípios brasileiros que mais acessaram os recursos como uma das ferramentas de desenvolvimento. O desempenho da agricultura familiar no Rio Grande do Sul é uma das expressões das características regionais que auxiliam a explicar parte deste êxito, tendo como origem o modelo de colonização adotado ao privilegiar pequenas propriedades e das influências da cultura europeia que produziram um tipo peculiar de agricultor familiar a partir do substrato dos colonos imigrantes, especialmente, os alemães e italianos.

Além disso, a agricultura familiar tem um histórico de organizações sociais de representação que angariaram ocupar espaço na esfera política na busca de condições basilares para a viabilização das suas iniciativas, que mesmo sob condições adversas, especialmente agravadas pela insuficiência de terras e de capital, restrições de acesso aos recursos do crédito rural, baixa disponibilidade tecnológica e fragilidade da assistência técnica, para o conjunto do segmento, problemas estes atualmente superados em grande parte, especialmente no Rio Grande do Sul.

Este conjunto de elementos permitiu desenvolver características de uma agricultura familiar diferenciada, altamente competitiva e integrada ao mercado e logrou incorporar os avanços tecnológicos exigidos pela modernização que transformaram as relações produtivas e sociais no meio rural, onde a profissionalização e especialização produtiva (GAZOLLA,2004), como uma das expressões de mudanças no meio rural. Contudo, este processo ocorreu de forma desigual e heterogênea, tendo como consequência a exclusão de muitos agricultores familiares das atividades ao não conseguirem se adequar à realidade do modelo de produção imposto.

3.2 A agricultura familiar e a expressão do PRONAF no Rio Grande do Sul: Dez anos de aporte de recursos

A disponibilização dos recursos do PRONAF para a agricultura familiar no Rio Grande do Sul foi um fator que auxiliou a potencialização das iniciativas em investimentos produtivos, comprovada pela ampliação do número de contratos e de recursos tomados. O crédito tornou-se um elemento fundamental para que os agricultores familiares pudessem financiar a aquisição de novas tecnologias, para o aperfeiçoamento dos recursos de produção e modernizar a infraestrutura produtiva a fim de criar as condições para o desenvolvimento dos empreendimentos com vistas à geração de renda e suporte para o desenvolvimento rural.

Além disso, o PRONAF é um fator importante para o fortalecimento das instituições sociais (STRs, cooperativas, assistência técnica, movimentos sociais, instituições financeiras) que interagem na operacionalização do programa, na elaboração dos projetos e na aplicação dos recursos captados. É necessário ressaltar que a utilização sistemática de crédito rural confirma a existência de uma agricultura familiar mercantilizada, consumidora e dependente de agroquímicos, máquinas e equipamentos externos às propriedades, que reproduz o mesmo modelo produtivista da agricultura patronal, a focar suas atividades voltadas primeiramente a atender as demandas do mercado. Nestas condições, a oferta de crédito do PRONAF torna-se uma necessidade constante, transformando-se em “circulo vicioso” sem a qual os empreendimentos dos agricultores familiares não podem ser viabilizados em virtude da incapacidade em gerar retorno econômico adequado das atividades desenvolvidas que sejam compatíveis, de tal modo que permita o refinanciamento dos empreendimentos. Estas deficiências originam formas diversas de utilização do crédito rural com sentidos e significados bem distintos, de acordo com as características dos agricultores, que podem ser canalizados para atender demandas emergenciais, objetivando suprir as necessidades básicas da família, diante da impossibilidade de suprimento pelas atividades financiadas, o que será tratado mais adiante nesta dissertação, ou para a ampliação de ativos patrimoniais.

As informações da Tabela 3 confirmam que os agricultores familiares do Rio Grande do Sul acessaram 27,24% dos recursos e, 24,43% do total de contratos em relação aos números do Brasil no período de 1998 a 2008. No decênio estudado foram aplicados cerca de 9,6 bilhões de reais, na tentativa de viabilizar os projetos e negócios da agricultura familiar gaúcha.

Tabela 3 - Distribuição do número de contratos e montante de recursos do PRONAF – Rio Grande do Sul e Brasil - (1998-2008).

	Contratos	% dos Contratos	Montante (R$)	% do Montante (R$)
Brasil	9.356.445	70,56	35.396.938.952,29	72,76
Rio Grande do Sul	2.754.357	24,43	9.645.092.333,44	27,24
Total	12.110.802	100,00	45.042.031.286,73,	100,00

Fonte: MDA/SAF (2009).
Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel_anoagricolauf.asp . Acesso em: abr. 2009.

As informações compiladas pelo MDA/SAF demonstram através dos dados da Tabela 3.1, a relação de contratos e montante de recursos em relação ao Brasil. O Rio Grande do Sul chegou a 335 operações para cada mil em 1999/2000, e R$ 274,50 na safra 2003/2004 para cada R$ 1.000,00 contratados, atestando a capacidade dos agricultores acessarem os recursos do PRONAF, em virtude da existência de uma complexa rede de agentes financeiros e sociais (mediadores técnicos e políticos) que auxiliam a operacionalização do programa. O Rio Grande do Sul, ao contrário de outros estados do Brasil, já superou a fase de tornar o PRONAF uma política acessível aos agricultores. Agora é o momento de avaliação dos resultados efetivos. A partir da Safra 2003/2004, o Governo Federal tomou uma série de medidas visando a deslocar os recursos para as outras regiões mais pobres do Brasil (especialmente Norte e Nordeste), que tiveram impactos relativos, mas na Safra 2007/2008 os números indicam a retomada da concentração dos recursos para os estados da região Sul. A média do decênio 1998/2008 comprova que o Rio Grande do Sul tem canalizado 22,7% do volume de contratos e 21,4% do montante contratado.

Tabela 3.1 – Relação de contratos com os montantes de recursos contratado pelo Rio Grande do Sul/ Brasil – 1998-2008 (1:1000).

Ano	Contratos	Montante (R$)
1998/1999	243,78	229,83
1999/2000	335,26	253,36
2000/2001	319,30	252,54
2001/2002	290,05	274,50
2002/2003	279,67	273,77
2003/2004	194,25	211,47
2004/2005	216,55	220,19
2005/2006	179,65	183,90
2006/2007	169,75	171,08
2007/2008	204,68	227,37
Média Geral	227,43	214,14

Fonte: MDA/SAF (2009).
Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel.asp. Acesso em: abr. 2009.

A Tabela 3.2 comprova que houve uma ampliação de 7,9 vezes no número de

contratos (de 42.487 para 337.533), e a evolução dos recursos disponibilizados foi de 21,5 vezes no período estudado (de R$ 95.695.802,03 para R$ 2.063.365.754,83). Os dados revelam que o programa veio preencher a lacuna aberta havia anos no cenário de financiamento da agricultura brasileira ao inserir uma parcela de agricultores que tradicionalmente estavam fora do circuito de interesses do crédito rural tradicional operado pelos agentes financeiros.

Tabela 3.2 - Número de contratos, recursos anuais liberados e médias por contrato das operações do PRONAF para o Rio Grande do Sul - (1998-2008).

Ano Agrícola	Número de contratos	Montante (R$ 1,00)	Média por Contrato
1998/1999	42.487	95.695.802,03	2.252,35
1999/2000	310.592	544.584.618,33	1.753,38
2000/2001	285.169	547.624.808,11	1.920,35
2001/2002	270.593	600.963.626,93	2.220,91
2002/2003	252.886	650.599.888,46	2.572,70
2003/2004	270.037	949.608.194,87	3.516,59
2004/2005	354.078	1.350.093.569,59	3.812,98
2005/2006	343.680	1.399.822.482,13	4.073,04
2006/2007	287.302	1.442.733.588,16	5.021,66
2007/2008	337.533	2.063.365.754,83	6.113,08
Total	2.754.357	9.645.092.333,44	3.501,76

Fonte: MDA/SAF (2009). Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel_anoagricolauf.asp? . Acesso em: abr. 2009.

O Estado, no intuito de criar as condições para o desenvolvimento de outros setores, segundo Abramovay (1992), Oliveira (1988) e Delgado (2001), buscou potencializar as formas familiares de trabalho e produção, principalmente, porque a agricultura familiar é funcional a estes setores, produzindo alimentos e matéria-prima a baixo custo. Entretanto, a simples disponibilização de crédito não é garantia de viabilização e sobrevivência dos agricultores familiares, especialmente quando se relaciona com a capacidade de retorno dos empreendimentos que, via de regra, são deficitários, pois os custos de produção não são cobertos pela remuneração dos produtos comercializados. Assim, o trabalho dos agricultores não é remunerado, transferindo, dessa forma, parte de seus esforços para outros setores, (indústria, comércio e serviços). Apesar da ampliação do orçamento, os recursos cobrem menos de 20% da demanda global de custeio agrícola e pecuário e 12,7% das necessidades de investimentos dos 4,139 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, de acordo com a análise de Anjos et. al. (2004), ao considerar os dados do Censo Agropecuários 95/96. Estes números trazem em si uma contradição, dado que 25% do orçamento dos Planos Safras da agricultura familiar não foram acessados nos últimos dez anos, pela ausência de interessados em acessar os recursos, sugerindo a exaustão e esgotamento da ampliação da

base dos agricultores familiares tomadores de crédito rural que se recusam a tomar os recursos por julgá-los inadequados ou incompatíveis com a capacidade em auferir resultados econômicos dos empreendimentos financiados.

Nas últimas quatro safras tem-se observado a ampliação da média de recursos contratados que passou de R$ 3.812,98 para R$ 6.113,08, considerando as modalidades de custeio e investimento. A Tabela 3.3 também confirma que a partir da safra 2004/2005, houve significativa ampliação de recursos orçamentários e, também, queda do número de contratos, indicando sintomas de limite no aumento de novos beneficiários, apesar de sabidamente haver uma legião de agricultores familiares que nunca acessaram o sistema oficial de crédito rural. Os dados ainda demonstram que uma das estratégias adotadas pelos agentes financeiros fora ampliar o volume de recursos por financiamento que passou de R$ 2.252,35 para R$ 6.113,08, no período estudado, fator este que contribui para a manutenção e ampliação dos montantes emprestados, mas, por outro lado, potencializa a capacidade de endividamento dos agricultores. Este fator se alinha com as prerrogativas propostas pelo PRONAF em disponibilizar. O endividamento dos agricultores familiares não é o resultado das taxas de juros cobrados, mas da incapacidade de resposta dos sistemas produtivos em função dos riscos ambientais e de mercado.

A Tabela 3.3 demonstra as informações referentes à distribuição dos recursos no Rio Grande do Sul, por grupos de enquadramento, sendo que os estratos dos grupos “D” e “E” representaram 36,44% dos contratos, concentrando 56,97% dos recursos tomados no período. Os agricultores dos grupos “A”, “A/C”, “C” e “B” acumularam 50,44% dos contratos para os quais se destinaram 29,45% dos recursos, comprovando que o programa financia os agricultores mais capitalizados e melhores, em consonância com o argumento de Petrelli (2004), ao afirmar que o programa estaria privilegiando a propriedade familiar "eficiente" em detrimento dos mais fragilizados, comprovando a opção explícita em viabilizar este grupo de agricultores. Esta opção confirma um dos objetivos inicialmente propostos pelo programa.

Esta realidade foi também observada por Corrêa e Ortega (2002), ao estudarem a distribuição de recursos por região do Brasil, demonstrando a concentração de recursos para a região mais desenvolvida (Região Sul). Isto pode estar atrelado à presença maciça de agroindústrias que pressionam com o objetivo para alocar recursos para financiar os produtos de suas respectivas cadeias produtivas (carnes, leite, soja, fumo, milho), seguindo a lógica da agricultura brasileira em financiar os agricultores mais capitalizados e em melhores condições produtivas (GASQUES et al., 2005). Mattei (2005) acredita que maior concentração também se deve à maior organização social dos agricultores familiares que tradicionalmente lutam

pelo fortalecimento e disponibilização de crédito rural, além de outras políticas, embora haja outros fatores explicativos desta realidade.

Tabela 3.3 - Número de contratos e montante de recursos de financiamento por grupos de enquadramento do PRONAF para custeio e investimentos - RS - (1998-2008).

Grupos	Número de Contratos	%	Montante (R$ 1,00)	%	Média por Contrato (R$)
Grupo A	23.928	0,87	267.655.719,67	2,78	11.185,88
Grupo A/C	5.925	0,22	13.715.908,87	0,14	2.314,92
Grupo B	531	0,02	613.500,00	0,01	1.155,37
Grupo C	1.358.993	49,34	2.558.550.693,92	26,5	1.882,68
Grupo D	887.973	32,24	4.050.330.750,72	41,9	4.561,32
Grupo E	115.718	4,20	1.444.163.586,73	14,9	12.480,03
Outros*	361.289	13,12	1.310.062.173,63	13,5	3.626,08
Total	2.754.357	100,00	9.645.092.333,54	100,	3.501,76

*Financiamentos concedidos para agroindústria, operações com recursos da exigibilidade bancária (sem enquadramento), não identificado/não registrado e variáveis.
Fonte: SAF/MDA (2009).Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/relolauf.asp998/1999. Acesso em: abr. 2009.

Esta constatação está em consonância com os objetivos estabelecidos na criação do programa que fora financiar os agricultores de maior renda (MAPA/SDR/DATER, 1996), com o intuito de torná-los competitivos, cujo objetivo foi inseri-los no mercado. Para os agricultores familiares dos grupos com menor renda (“A”, “B”, “A/C” e “C”) deveriam ser disponibilizadas políticas sociais compensatórias de assistência social. A opção política de apoiar os agricultores capitalizados foi uma estratégia que visava a fortalecer “[...] aqueles que apresentavam potencialidades de serem transformados em “empresas familiares viáveis”, através da incorporação de tecnologia e da racionalidade econômica voltada para atender as demandas do mercado” (CARNEIRO, 2000, p. 133-134).

Este fator sedimentou distorções regionais na distribuição dos recursos. Os agricultores familiares assentados pelo Banco da Terra, atualmente, chamado de Plano Nacional de Crédito Fundiário – PNCF (Grupos A e A/C) receberam o valor médio de R$ 11.185,88 entre custeio agrícola e investimentos em infraestrutura para glebas que, muitas vezes, por se tratar de terras nuas não possuem nenhum tipo de instalações produtivas, habitacionais e de infraestrutura (estradas, moradias, celeiros, estábulos). Este valor pode ser considerado insuficiente para atender a esta demanda. Este grupo de agricultores vem apresentando dificuldades em saldar as prestações do financiamento da terra em virtude de apresentarem deficiências técnicas na condução dos projetos, agravadas por terras inadequadas para a exploração agrícola que comprometeram a capacidade de retorno das atividades desenvolvidas. Os agricultores familiares dos Grupos “D” e “E” acessaram um

valor maior por contrato, R$ 4.561,32 e R$ 12.480,03, respectivamente no período, por apresentarem as melhores condições em termos de capacidade de pagamento e um leque maior de garantia aos agentes financeiros. Esses números comprovam o enunciado de Abramovay et al. (2007), segundo o qual, os recursos acabam por beneficiar aos agricultores em melhores condições socioeconômicas.

Os dados ainda evidenciam 531 operações contratadas no Grupo B, cuja renda anual é de até R$ 5.000,00. Esta linha tradicionalmente não é oficialmente operacionalizada no Rio Grande do Sul, mesmo assim teve uma liberação de mais de R$ 600 mil, o que leva a refletir sobre um público que pode ser ampliado, mas que ainda não é alvo de interesse das representações dos agricultores e das instituições que trabalham com a problemática da pobreza do meio rural. Copetti (2008, p. 152), ao pesquisar o acesso do PRONAF no município de Alegria (RS), diz "[...] que a demanda por PRONAF B é grande, e o atendimento efetivo marginal". Ainda segundo Copetti, (Tabela 3.4), ao pesquisar o acesso ao PRONAF no Brasil no período de 1999 a 2008, pôde suscitar reflexões importantes no tocante ao número de tomadores de crédito e a crescente disponibilização de recurso está dando sinais de esgotamento. Este fenômeno pode estar ocorrendo por uma série de fatores, tais como: a elevação da inadimplência, os problemas climáticos que têm sido frequentes, especialmente no Rio Grande do Sul, o corte do rebate de R$ 200,00 (para as operações aos beneficiários que já fizeram seus empréstimos), a burocracia dos agentes financeiros, a exigência de garantias contratuais e a obrigatoriedade de licenciamento ambiental das propriedades.

Observa-se que nos últimos anos há uma estagnação do número de contratos e aumento do volume contratado, elevando a disponibilidade de recursos por contrato. Por este viés, significa dizer que há um contingente expressivo de agricultores que poderiam acessar os recursos e não o fazem por não considerar atrativo. Os recursos cobrem menos de 20% da demanda global de custeio agrícola e pecuário e, 12,7% das necessidades de investimentos dos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil (ANJOS et al., 2004). Entretanto, do total disponibilizado por safra foram efetivamente contratados em média 75,61% dos recursos. Apesar desta contradição, cerca de R$ 14 bilhões deixaram de ser acionados pelos agricultores. Os números relatam que, apesar da disponibilidade de recursos do crédito rural do PRONAF não serem suficientes teoricamente para atender a demanda, o que se observa é que 25% dos recursos não estão sendo utilizados. Dessa forma, deve-se investigar este fator na tentativa de compreender quais as razões e causas que influenciam os agricultores familiares em não optar em acessar os recursos do crédito.

Tabela – 3.4 - Recursos disponibilizados e contratados do PRONAF para o Brasil – Safras de 1999/2000 a 2007/2008.

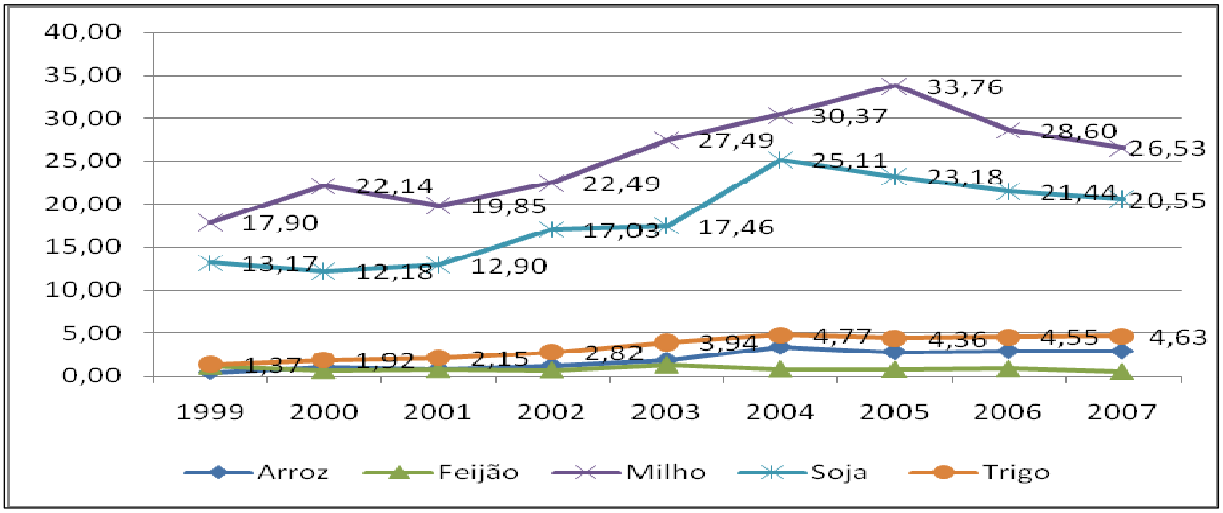
Ano Safra	Disponibilizado (R$ 1,00)	Aplicado (R$ 1,00)	Disponibilizado /aplicado R$ (1,00)	% Aplicado	N. de Contratos
99/2000	3.280.000.000,00	2.149.434.466,14	(1.130.565.533,86	65,53	926.422
00/2001	3.976.000.000,00	2.168.486.228,50	(1.807.513.771,50)	54,54	893.112
01/2002	4.196.000.000,00	2.189.275.083,64	(2.006.724.916,50)	52,18	932.927
03/2003	4.174.000.000,00	2.376.465.864,08	(1797.534.135,92)	56,93	904.214
03/2004	5.400.000.000,00	4.490.478.228,85	(909.521.771,75)	83,16	1.309.168
04/2005	7.000.000.000,00	6.131.600.933,40	(868.399.066,60)	83,16	1.635.051
05/2006	9.000.000.000,00	7.611.929.143,94	(1.388.070.856,06)	87,58	1.913.043
06/2007	10.000.000.000,00	8.433.207.648,22	(1.566.792.351,78)	84,33	1.692.516
07/2008	12.000.000.000,00	9.078.243.975,49	(2.921.756.024,51)	75,65	1.650.622
Total	59.026.000.000,00	44.629.121.571,66	(14.396.878.428,34)	75,61	11.857.075

Copetti, (2008). Fonte MDA/SAF, (2009).
Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/1998/1999&cboAnoTermino=2007/2008. Acesso em: abr. 2009.

A Figura 3 faz referência à "escolha" das principais culturas agrícolas (arroz, feijão, milho, soja e trigo) financiadas pelo PRONAF no Rio Grande do Sul, pelos agricultores familiares. Mostra que a flutuação dos financiamentos está ligada à disponibilização de recursos pelos agentes financeiros que buscam alocar recursos para as culturas tradicionalmente financiadas na região, como estratégias de diminuir os riscos das operações contratadas. Esse procedimento já havia sido relatado por Schneider, Cazella e Mattei (2004), a respeito da especialização produtiva gerada pelo PRONAF, os quais enfatizam que

> A especialização produtiva gerada pelo PRONAF é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que este financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as instituições bancárias tem tradição de financiamento e de operacionalização (p. 6).

Essa realidade também foi observada por Conterato (2004) na região do Alto Uruguai, analisando os efeitos do que chamou de "*sojicização*", onde a soja se tornou o carro chefe da modernização e da mercantilização da agricultura, que ocorreu associado com a necessidade de especialização e perícia produtiva decorrentes da crescente cientifização (PLOEG, 1990; LONG, 2001), convertendo-se numa das principais estratégias de reprodução social dos agricultores.



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: http://www.bacen.gov.br . Acesso em: maio 2009.

Figura 3- Distribuição do volume de recursos contratados pelo PRONAF para principais culturas no Rio Grande do Sul - Ano Fiscal 1999-2007. (%).

Outra evidência da Figura 3 é que as culturas de milho variaram de 17,90% a 33,76%, a soja de 12,18% a 25,11% do volume destinado à contratação dos custeios agrícolas no período estudado, e revela que os agricultores centram seus esforços em culturas tradicionais na busca do ingresso de receita através de *commodities*, reconhecidamente com mais facilidades de comercialização. O trigo representa 1,37% a 4,77% dos volumes de custeio contratado e é utilizado como alternativa de cultivo de inverno, sendo uma cultura que devido à retirada de estímulos por parte do governo, tradicionalmente enfrenta problemas de comercialização. Essas opções estão relacionadas com as condições produtivas das regiões que se especializaram em determinadas culturas, criando dificuldades para introdução de alternativas geradoras de renda. Isto ocorre pela indisponibilidade de recursos para financiar outras culturas, ou devido à resistência dos agricultores familiares em arriscar-se em atividades sem tradição de cultivo e dificuldades de comercialização em suas respectivas regiões.

Outra referência que pode ser admitida com relação à cultura do milho está relacionada com a demanda das agroindústrias (frangos e suínos) que pressionaram a ampliação dos recursos do PRONAF entre 2002 e 2005. Mais recursos representam maiores áreas cultivadas e maior produção e consequente queda de preços aos agricultores, em virtude da estabilização da demanda e procedente redução de recursos para o financiamento da cultura nos anos seguintes. No caso da soja, é a partir de 2005 que se observa a maior valorização em termos de preços pagos ao produto com uma relativa estabilização dos preços

“casado” exatamente com as variações observadas no volume de recursos do PRONAF para esta cultura. A variação desta *commodity* puxa para cima os recursos do PRONAF influencia a capacidade de tomar decisão dos agricultores familiares em busca de alternativas para fazer escolhas.

Gazolla e Schneider (2005) pesquisaram a aplicação dos recursos do PRONAF no município de Palmitinho, no Rio Grande do Sul, concluindo que o PRONAF, na região do Alto Uruguai, pode ser caracterizado em “duas caras” nítidas e distintas. Uma evidencia a potencialização e a inserção da agricultura familiar nos moldes produtivistas, especialmente na produção e no cultivo de grãos caracterizados por produtores especializados e diferenciados, conforme encontrado no trabalho de Gazolla (2004). Essa escolha produtiva deixa pouca margem para o plantio de produtos básicos para autoconsumo, a fim de viabilizar estabilidade de segurança alimentar para os agricultores e suas famílias, uma vez que o foco é a produção para o mercado. A outra “cara” disponibiliza recursos do crédito para que as camadas de agricultores mais fragilizados o utilizem para a produção de alimentos básicos “pro gasto”, segundo a expressão cunhada por Grisa (2007), e manutenção da família. Significa dizer que os agricultores familiares possuem poucas alternativas disponíveis e necessitam se submeter ao modelo imposto, muitas vezes pelo processo de endividamento crônico que compromete sua autonomia e dignidade, expressa nas palavras de Abramovay (1981, p. 135): “[...] o que torna sua emancipação, seu retorno à condição de livre produtor mercantil é quase impossível”. A seção seguinte trata das especificidades do município de Salvador das Missões, local em que foi realizado o estudo, buscando caracterizar as dimensões da estrutura fundiária e populacional, sua vocação produtiva, bem como a amplitude e expressão do PRONAF, como ferramenta de financiamento dos agricultores.

3.3 O município de Salvador das Missões

A colonização da área que hoje constitui o município de Salvador das Missões foi iniciada em 1906, pelos pioneiros Nicolau Nedel Filho e José Antônio Franzen, de origem germânica. O município pertencia inicialmente ao município de São Luiz Gonzaga, e depois, mais tarde, foi incorporado ao município de Cerro Largo. Em 1963 foi criado o Distrito de Salvador das Missões e em 1992 ocorreu a sua emancipação política. O município está localizado na região missioneira do Rio Grande do Sul e caracteriza-se por uma dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportadora. O setor primário representa 37,85% do Valor

Adicionado Bruto (VAB) da economia municipal, onde a cultura da soja é expressiva. Este fator repercute na vulnerabilidade da economia local frente às instabilidades dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Os agricultores familiares desta região são altamente tecnificados e foram bastante afetados pela modernização da agricultura, consolidando suas atividades centradas no binômio soja-trigo, na mecanização, na quimificação intensiva e na integração às cooperativas de produção ou a empresas (NIEDERLE, 2007). Em virtude disso, é uma região identificada pelo alto nível de externalização produtiva decorrente da desintegração dos recursos produtivos das unidades familiares que, acrescidos de outros fatores, têm repercutido no aumento da precariedade econômica das unidades familiares de produção que exigem políticas públicas de apoio.

Esse fenômeno resultou em especialização, concentração produtiva e diferenciação social entre os agricultores. A base da economia é a produção de grãos, especialmente a soja como principal estratégia de geração de renda, inclusive em propriedades com menos de 10 hectares onde quase a totalidade da área é cultivada com a leguminosa e que, nas últimas safras, vem sofrendo perdas sucessivas em virtude da escassez de chuvas na região, fator que influencia e fragiliza as condições socioeconômicas destes agricultores, excluindo-os do processo produtivo.Atualmente, as cooperativas de produção, a prefeitura e demais organizações municipais promovem tentativas de introdução de atividades da produção de leite frente às constantes crises do setor da soja, no anseio de diversificar a base produtiva dos agricultores e diminuir a dependência de uma única cultura. Os agricultores familiares procuram diversificar suas bases de produção, contudo, reproduzem a mesma lógica da produção de monocultura integrada às cooperativas que por vezes, são contratadas das empresas que realizam a industrialização do leite, a fazer o fomento da produção que, em períodos de crise, mantêm a sua remuneração, mas repassam as quedas dos preços aos agricultores que ficam sem alternativas de comercialização do produto em outro local, em virtude da ausência de compradores.

Os agricultores familiares têm adotado o cultivo da soja, mesmo nas propriedades pequenas como única garantia de comercialização disponível, ficando à mercê da oscilação de preços, comum no mercado de *commodities*, ao mesmo tempo em que não se sentem seguros em promover mudança da matriz produtiva, dificultada pela tradição do saber-fazer de muitos anos de cultivo, pela estrutura produtiva adequada à cultura e pela indisponibilidade de recursos dos agentes financeiros locais em financiar a cultura. Dessa forma, a prefeitura municipal e a EMATER organizaram, juntamente com os agricultores familiares, alternativas de geração de renda e de comercialização com a construção do Quiosque de Produtos

Missioneiros, que ocorre através da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Salvador das Missões (COOPAF – Vida Nova), fundada em março de 2007, com recursos oriundos do MDA, em demonstração que é possível coordenar as políticas públicas para que possam atuar conjuntamente, a fim de melhor aproveitar os recursos investidos.

Salvador das Missões está distante 510 km da capital do Estado. A população total do município era de 2.665 de habitantes, 31,89 urbana, 68,11% rural (IBGE, 2003)[3]. Os dados do IBGE apontam a incidência de 15,43% de pobreza[4]. O município possui 608 estabelecimentos rurais, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1995/1996), dos quais 98,2% (597) são classificados como unidades familiares de produção, de acordo com os critérios adotados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2004), sendo que 93,1% destas possuem área inferior a 50 hectares (Tabela 3.5), constituindo, portanto, um universo de propriedades marcadamente de agricultores familiares, de acordo com o estudo de Niederle (2007). O IDH é de 0,813 ,segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)[5].

Tabela 3.5 - Estratos de área dos imóveis rurais em Salvador das Missões.

Estratos de área em hectares	Nº de casos	%
0 a 5	3	5,2
De 5,01 a 10	7	12,1
De 10,01 a 15	14	24,1
De 15,01 a 20	12	20,7
De 20,01 a 30	13	22,4
De 30,01 a 50	5	8,6
Mais de 50,01	4	6,9
Total	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE)[6], o município de Salvador das Missões ocupa o 359º lugar do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, (R$ 33.803,00), 0,02% de participação e renda *per capita* de R$ 13.067,00 (144º posição). Na composição do Valor Adicionado Bruto (VAB), a agropecuária representa

[3]Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: abr. 2009.

[4] A linha de indigência é onde estão os domicílios cuja renda média do chefe alcança até ¼ (25%) do valor de um salário mínimo, e outra, onde estão os domicílios em que a renda média do chefe alcança ½ (50%) do salário mínimo, e uma linha de pobreza, onde estão os domicílios em que a renda média do chefe alcança ½ (50%) do salário mínimo. Mais em Rocha (1998a; 1998b; 2000) e Romão (1993).

[5] Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/. Acesso em: jan. 2009.

[6] Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios. Acesso em: jan. 2009.

37,95%, a indústria 18,77% e os serviços 43,28% (FEE, 2008)[7].

3.4 A importância do PRONAF em Salvador das Missões

Os dados gerados pela pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel (2003), mostrados na Tabela 3.6, informam a importância que o crédito rural representa para as unidades familiares do município de Salvador das Missões, onde 63,8% dos agricultores familiares acessaram o sistema financeiro para financiar as atividades de custeio e/ou investimentos (máquinas, equipamentos ou infraestrutura). Essa realidade pode evidenciar o modelo de agricultura externalizada preconizado por Ploeg (1990, 1992), percebida pela elevação do consumo intermediário na agricultura familiar retratado por Kageyama et al. (1990) que, amparado pelo acesso ao crédito rural, auxilia a transformar base técnica e social dos agricultores.

Tabela 3.6 –. Financiamentos concedidos aos agricultores familiares de Salvador das Missões (2001/2002).

	Nº de casos	(%)
Sim	37	63,8
Não	21	36,2
Total	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

O município de Salvador das Missões captou R$ 12.071.499,70 do PRONAF (0,14% do volume Rio Grande do Sul), no período de 1998 a 2008, totalizando 3.539 financiamentos no período (0,12%), sendo R$ 8.824.928,83 em 522 projetos de investimentos com a média de R$ 6.219,48 por contrato e R$ 3.246.570,51 em 3.017 projetos de custeio com a média de R$ 2.925,06 por contrato. A Tabela 3.7 apresenta dados que demonstram que os financiamentos de custeio representaram 85,2% das operações e, representam 73,1% dos recursos destinados às lavouras de soja e milho que são predominantes na região. Os financiamentos de custeio representam uma opção mais segura dos agentes financeiros devido ao fato de estes serem caracterizados por operações de ciclo curto e importam na diminuição dos riscos da carteira de produtos de crédito rural do banco. Os projetos de investimentos representam 14,7% dos contratos e 26,8% dos recursos canalizados para as atividades da

[7] Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/. Acesso em: jan. 2009.

pecuária leiteira, suínos, aves e máquinas e equipamento agrícolas, no decênio 1998 a 2008.

Tabela 3.7 - Número de contratos e montante de recursos de financiamento de custeio e investimentos por grupos do PRONAF em Salvador das Missões (1998-2008).

ANO	Custeio				Investimento				Total	
	Contr.	%	(R$)	%	Contr.	%	(R$)	%	Contr.	(R$)
98/1999	-	-	-	-	-		-	-	-	-
99/2000	6	16,2	17.857,52	3,2	31	83,7	104.974,00	85,4	37	122.831,52
00/2001	291	94,4	344.139,28	40,2	17	5,5	92.323,00	21,15	308	436.462,28
01/2002	274	79,1	324.338,88	36,5	72	20,8	221.741,64	40,6	346	546.080,52
02/2003	245	69,60	325.305,64	33,0	107	30,40	530.594,38	61,9	352	855.900,02
03/2004	221	67,1	471.244,71	18,6	108	32,8	416.307,56	46,9	329	887.552,27
04/2005	272	90,0	735.100,96	36,6	30	9,9	249.339,44	25,3	302	984.440,40
05/2006	642	92,3	2.082.280,92	56,2	53	7,6	448.582,85	17,7	695	2.530.863,77
06/2007	421	88,0	1.441.376,22	11,9	57	11,9	562.298,07	28,0	478	2.003.674,29
07/2008	645	93,21	3.083.285,06	83,2	47	6,79	620.409,57	16,7	692	3.703.694,63
TOTAL	3.017	85,2	8.824.929,19	73,1	522	14,7	3.246.570,51	26,8	3.539	12.071.499,70

Fonte: MDA/SAF (2009). Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel. Acesso em: abr. 2009.

A Tabela 3.8 evidencia as fontes de financiamento dos agricultores em Salvador das Missões, enfatizando a ampla preferência pelas modalidades oferecidas pelo PRONAF em 67,3% das operações, comprovando a vasta aceitação do programa entre agricultores da amostra, 20% das operações se deram através de outras linhas de crédito disponibilizadas pelos bancos. Essa informação demonstra que há uma parcela importante dos financiamentos agrícolas destinada aos agricultores fora dos parâmetros das linhas do PRONAF, buscando atividades com outras linhas de financiamento que oferecem outras possibilidades de diversificação das fontes de renda. Este fator pode ser o indicativo da insuficiência ou problema no foco dos recursos do PRONAF para atender à demanda dos agricultores familiares no município.

Tabela 3.8 - Fonte de financiamento dos agricultores familiares de Salvador das Missões (2002-2003).

Fontes de financiamento	Nº de casos	%
PRONAF	39	67,30
Bancos	12	20,00
Outros	4	7,30
Cooperativas	2	3,60
Fundo Municipal	1	1,80
Empresas Integradoras	-	0,00
RS-Rural	-	0,00
Total	58	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003) (NIEDERLE, 2007).

Segundo informações obtidas junto à gerência do Banco do Brasil de Cerro Largo, o

PRONAF cumpre uma função social importante e auxilia os agricultores a permanecerem em suas atividades sem o qual muitos agricultores familiares já teriam desistido. Apesar de externar que o programa apresenta algumas deficiências, especialmente no tocante ao processo formativo dos agricultores e à necessidade de assistência técnica adequada aos projetos financiados. A necessidade de assistência técnica está atrelada prioritariamente a transformar a base técnica dos agricultores, por julgar suas práticas e procedimentos inadequados, diante das transformações ocorridas para viabilizar os empreendimentos, conforme o teor expresso na entrevista:

> *O programa, como está, ajuda os agricultores a continuarem sendo agricultores?*
>
> "[...] Ajuda sim, pois, se não existisse o programa com certeza os pequenos agricultores já teriam abandonado e ido embora!" Agora o que poderia melhorar? Uma assistência técnica efetiva, que hoje é facultativa poderia fazer uma diferença muito grande. A gente nota a diferença no caso dos cooperados que recebem assistência técnica que é totalmente diferente daqueles que não recebem assistência técnica. Isso é uma coisa básica. Outra coisa, eles necessitariam de um gerenciamento para saber quanto custa um litro, ou seja, qual o custo de um litro de leite, o custo de um hectare de milho. Eles não sabem. Então além desta assistência técnica eles teriam que ter um assessoramento gerencial. Mas como fazer isso"? (I 01, Gerência do Banco do Brasil, Cerro Largo).

A Tabela 3.9 informa como estão distribuídos os contratos e os recursos entre os diferentes tipos de agricultores familiares de Salvador das Missões. Nota-se a concentração dos recursos dos agricultores familiares nos Grupos "D"e "E". Estes representaram 39,44% dos contratos e 59,17% dos recursos liberados, confirmando os objetivos propostos pelo programa em financiar os agricultores mais capitalizados. Estes números indicam a concentração, especialização produtiva apregoada por Gazolla (2004) e tendem a beneficiar os agricultores em melhores condições econômicas (ABRAMOVAY et al., 2007). Os agricultores familiares dos Grupos "C" e "A/C", oriundos do Banco da Terra[8], (atualmente PNCF), tiveram 47,8% dos contratos e apenas 23,8% do montante de recursos contratados. Estes agricultores enfrentam muitas dificuldades em compor receitas suficientes para honrar os compromissos com o pagamento das prestações dos financiamentos em virtude de investimentos feitos em propriedades com deficiências de infraestrutura produtiva.

---

[8] A implementação do Banco da Terra, com a criação do Fundo de Terra e da Reforma Agrária, ocorreu mediante a Lei Complementar número 93, de 04/02/98, regulamentada pelo Decreto nº 3.027/99, com a finalidade de financiar os imóveis rurais diretamente aos agricultores interessados e também a infraestrutura comunitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp93.htm. Acesso em: maio 2009.

Tabela 3.9 - Número de contratos e montante de recursos dos financiamentos de custeio por grupos de enquadramento do PRONAF no município de Salvador das Missões (1998-2008).

	Contratos	%	(R$)	%
Grupo E	147	4,87	1.142.659,78	12,9
Grupo D	1.043	34,57	4.074.371,94	46,1
Grupo C	1.427	47,30	2.074.803,69	23,5
Grupo A/C	15	0,50	29.629,23	0,3
Sem Enquadramento	385	12,76	1.503.464,19	17,0
Total	3.017	100,00	8.824.928,83	100,0

Fonte: Dados MDA/SAF (2009).
Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel_anoagricolamunicipioespecificomes.asp? Acesso em: abr. 2009.

Pelos dados expostos, é possível deduzir que o PRONAF para os agricultores familiares de Salvador das Missões tornou-se um elemento basilar, sem o qual as atividades agropecuárias não podem ser desenvolvidas em face da impossibilidade de refinanciamento interno das unidades de produção pela ausência de capital de giro que, por vezes, atinge até mesmo os agricultores que possuem estruturas produtivas adequadas, "[...] é compreensível que esta forma de agricultura tenha desenvolvido uma necessidade crônica de crédito na impossibilidade de refinanciamento interno das unidades de produção" (NIEDERLE, 2007, p. 99). Situação esta confirmada pelo entrevistado:

> *O senhor é um tipo de agricultor que não precisaria mais do financiamento, por que ainda continua pegando do PRONAF?*
>
> "[...] Nós precisamos, sim, pelo seguinte, né, nós temos patrimônio, mas não temos capital. Aparentemente nós tamo bem, mas as contas, prá conseguir manter as contas em dia, nós precisamo desse valor prá justamente dar o giro do ano tem que incluir o financiamento, se nós não conseguisse o financiamento, praticamente não poderia viver sozinho, né"! (I 06, agricultor do grupo D).
>
> *Você chegou a usar o recurso do PRONAF para quitar dívidas imediatas, inclusive alimentação?*
>
> "[...] Já fizemos isso, reembolsamos depois compramos o que estava proposto, né, mas logo na liberação dos recursos tivemos sim que usar prá cobrir buracos. Não tinha outro jeito"! (I 11, agricultora do grupo A, assentada pelo PNCF).

Nestes termos, o crédito entra na contabilidade das unidades familiares de produção como elemento financiador de capital de giro, reserva técnica e econômica para os mais capitalizados e, para os agricultores fragilizados, financia, inclusive, o autoconsumo e a subsistência das famílias, conforme expresso nos relatos acima. A esse respeito, Guanzirolli (2007) defende que o crédito deveria concentrar seus recursos na potencialização dos

agricultores familiares em melhores condições produtivas, em virtude da capacidade destes em promover iniciativas que melhorem substancialmente as condições de gerar desenvolvimento econômico, enquanto os agricultores pobres deveriam ser alvo de políticas de amparo social. Na visão deste autor não há sentido em canalizar recursos do crédito rural para os agricultores fragilizados, em virtude de estes não possuírem atividades produtivas eficientes, não possuírem renda monetária e os valores tomados no crédito rural que por serem irrisórios, não têm capacidade de transformar suas condições produtivas e sociais.

3.5 Os agricultores familiares de Salvador das Missões e o PRONAF

O crédito utilizado para a potencialização e fortalecimento dos agricultores familiares depende do tipo de agricultor e do tipo de produto que, a seu turno, refletem as estratégias de como os recursos são aproveitados pelos diferentes tipos de agricultores. Estes foram identificados através das entrevistas no trabalho de campo, caracterizando os tipos de agricultores, conforme enquadramento no PRONAF, seus principais produtos que constituem a base das receitas e fonte de renda da unidade familiar, as estratégias utilizadas e as justificativas que amparam as decisões tomadas pelos agricultores familiares. Dessa forma, foi possível auferir os possíveis usos dados aos recursos que podem se transformar em capital de giro, ampliação patrimonial ou para atender demandas elementares (doença na família, dívidas pessoais, compra de alimentos, etc.). As estratégias também se refletem nas formas de organização do trabalho, na construção de vínculos sociais, buscando criar alternativas que possibilitem a reprodução e manutenção do grupo familiar.

Preliminarmente, o crédito disponibilizado pelo PRONAF foi pensado e desenhado para apoiar a expansão da produção agrícola, concepção amplamente criticada por vários autores do desenvolvimento rural. Entretanto, os diferentes usos dados pelos agricultores familiares encontrados no trabalho de campo trazem um importante ponto de reflexão, mesmo que o recorte produtivista esteja presente nos parâmetros do crédito, e se externalizem nos projetos financiados. Os agricultores, não obstante, não pensam apenas na produção ou nas atividades produtivas unicamente desconexas das necessidades elementares do grupo familiar.

A busca do bem-estar da família parece apresentar-se como expressão ontológica dos agricultores familiares, na busca do equilíbrio entre produção e consumo, uma lembrança antiga à racionalidade chayanoviana, fenômeno que pode se constituir num elemento explicativo ao crédito rural, por possuir diversas e heterogêneas destinações. As políticas

públicas, ao focar seus interesses no desenvolvimento agrícola, consagraram uma das estratégias adotadas pelo Estado para a viabilização econômica da agricultura familiar centrada na expansão monetária do crédito rural e na ampliação do número dos tomadores. Os dados da Tabela 3.10, referente aos financiamentos concedidos para Salvador das Missões, indicam que 39,4% dos contratos de custeio e 41,4% dos investimentos que concentram 59,1% e 64,9% dos recursos foram destinados aos agricultores dos Grupos "D" e "E", ao passo que 47,8% dos contratos de custeio e 58,4% dos investimentos que representam 23,8% e 35,0%, respectivamente, dos recursos designados para os Grupos "A", "A/C" e "C". Os dados indicam a consagração do viés concentrador adotado pelas políticas públicas de crédito rural no Brasil presente no trabalho de Gasques et al. (2005), e que se reproduz em Larga medida entre os agricultores familiares de Salvador das Missões. Esta constatação dá fôlego às discussões àqueles que defendem a ineficácia em ofertar crédito a segmentos de agricultores empobrecidos e em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 3.10 – Distribuição de contratos e montante de recursos contratados no município de Salvador das Missões (1998-2008).

Custeio	Nº de Contratos	Montante (R$)	% Contrato Custeio	%Montante Custeio
Exigibilidade Bancária (MCR 6.2)	385	1.503.464,55	12,8	17,0
Grupo A/C	15	29.629,23	0,5	0,3
Grupo C	1.427	2.074.803,69	47,3	23,5
Grupo D	1.043	4.074.371,94	34,6	46,2
Grupo E	147	1.142.659,78	4,9	12,9
	3.017	8.824.929,19	100	100
Investimento	**Nº de Contratos**	**Montante (R$)**	**% Contrato Invest.**	**%Montante Invest.**
Grupo A	62	486.234,48	11,9	15,0
Grupo C	243	649.523,87	46,6	20,0
Grupo D	193	1.572.904,68	37,0	48,4
Grupo E	23	534.907,48	4,4	16,5
Mini-produtores	1	3.000,00	0,2	0,1
	522	3.246.570,51		
Total geral	3.539	12.071.499,70	100	100

Fonte: Dados MDA/SAF (2009).Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel_anoagricola . Acesso em: maio 2009.

Dessa forma, os recursos têm sido claramente canalizados para a restrita parcela de agricultores em melhores condições socioeconômicas, em virtude da capacidade de oferecer garantias de pagamento ao crédito tomado e recebem, inclusive, tratamento diferenciado pelos agentes financeiros, conforme relata a entrevistada:

> "[...] A agilidade em atender demanda por parte do agente financeiro é muito maior para os consolidados porque tem um capital de giro maior. Os

> agricultores familiares mais simples são os que mais sofrem no agente financeiro, principalmente. Eles já enfrentam um problema quando vai encaminhar a proposta. Primeiro, eles já olham pro agricultor já percebendo que ele não tem capacidade de acessar o teto de recursos, então, problematizam o projeto. É desigual essa relação, é desigual"! (I 11, agricultora do grupo A, assentada pelo PNCF).

Dessa forma, os agricultores familiares com menores condições econômicas são preteridos e alijados do acesso aos financiamentos. Este processo ocorre devido ao fato de estes agricultores não possuírem um portfólio consistente de relacionamento com o agente financeiro, através de "cadastro positivo" (depósito em caderneta de poupança, aplicações financeiras, compra de produtos bancários), sendo os que mais sentem dificuldades, quando há frustração de safra que os impedem de honrar adequadamente com os pagamentos dos financiamentos, especialmente quando os empreendimentos não foram cobertos pelo seguro agrícola (PROAGRO). Os que possuem capacidade gerencial transformam parte desses recursos em capital de giro para as atividades da propriedade, podendo combinar os recursos do crédito com outras poupanças da unidade familiar, além dos ingressos de outras rendas e políticas públicas complementares. Esta manobra permite comprar os insumos em situação de barganha e os auxiliam a reduzir os custos internos de produção da propriedade, conforme os testemunhos dos entrevistados:

> *O senhor acha que os recursos do PRONAF funcionam melhor para os agricultores em melhores condições?*
>
> "[...] os produtores que já estão um pouco mais capitalizados tem aquele poder de barganha de fazer uma compra antecipada quando o preço tá um pouco mais em conta, ou tem como jogar mais prá frente, inclusive, com venda da produção, né, eles tem mais poder de barganha"! (I 05, liderança da administração municipal).
>
> "[...] Essas caras são mais gerentes, mais administradores e veem nisso uma possibilidade de crescer mais"! (I 04, técnico da extensão rural).

Muitos desses agricultores já possuem condições econômicas que lhes permitem, inclusive, abrir mão da utilização do crédito do PRONAF, contudo, o acesso aos financiamentos tende a se transformar, de acordo com Ploeg (2003), em "espaço de manobra" motivado pela oferta de recursos a juros subsidiados, ao não utilizar os recursos próprios na condução das atividades, além da possibilidade de fazer o seguro agrícola das lavouras. As entrevistas a seguir confirmam esta idéia:

> *O senhor é um tipo de agricultor que já poderia caminhar sozinho, caso não*

> *tivesse acesso aos recursos do PRONAF ia fazer tanta diferença?*
>
> "[...] eu poderia caminhar sozinho sim, mas a gente procura garantir um pouco a renda, né, porque tem que trabalhar com uma certa reserva, né! [...] daria prá pensar em largar de mão os financiamentos do PRONAF, mas optei porque o juro é barato! Isso ajuda a equilibrar o agricultor, é uma segurança boa"! (I 03, agricultor do grupo D).
>
> "[...] eu tenho condições de plantar sem esse dinheiro, mas com o financiamento posso plantar melhor e por causa do seguro, eu nem precisaria mais desse dinheiro, com ele ajuda, o juro é barato e tem o PROAGRO! Ele é um reserva eu não tenho que gastar do meu"! (I 09, agricultor do grupo D).

Este fator esclarece uma das causas que leva à concentração do crédito entre os agricultores em melhores condições produtivas, ao mesmo tempo, cria dificuldades de acesso ao crédito aos agricultores fragilizados, e mesmo que consigam acessar os recursos, já estão com a situação financeira particular comprometida. Neste caso, o crédito apenas adia a falência dos agricultores na medida em que parte dos recursos não são canalizados para o processo produtivo. Essa constatação está presente no relato da agricultora entrevistada:

> *Em sua opinião, acredita que o PRONAF, da maneira como ele financia, ajuda a manter a propriedade e a manutenção da família?*
>
> "[...] Isso depende, mas muitos pegam o dinheiro prá uma coisa e depois fazem outra, mas na verdade pegam prá tapar furo, prá cobrir o que fica prá traz, pendências de anos anteriores. Eles pegam uma parte para os gastos deles, plantam mal, *plantam prá sobrar para pagar as dívidas particulares, (cooperativas, supermercados, bancos).* "[...] fazem um financiamento prá pagar outro. "[...] tem muita gente que faz até crédito pessoal de 2,8% de juro ao mês, ou às vezes fazem custeio pecuário prá manter o crédito em dia". "[...] é uma das estratégias prá manter as contas em dia, e principalmente os menores, que inclusive vende os bens que tem prá manter o PRONAF em dia". (I 07, agricultora do grupo D).

Ao contrair financiamentos a juros de mercado, os agricultores nestas condições anulam por completo os possíveis benefícios do PRONAF, no tocante à oferta de juros baixos. Revela ao mesmo tempo as situações de fragilidade, indicando que há, inclusive, a mercantilização do consumo dos alimentos necessários à manutenção da família. Nestes casos, o crédito rural exacerbou as condições de fragilidade através do endividamento crônico dos agricultores, inclusive, induzindo-os a contrair outros financiamentos ou vendendo os ativos financiados para manter os contratos do PRONAF com os pagamentos em dia, comprovado no conteúdo da entrevista:

> "[...] Me aconteceu duas vezes, uma vez vendi duas vacas, e outra vez uma

> vaca prá não prorrogar, pelo menos não fiquei devendo, prá mim não é negócio, por isso não quis mais"! (I 10, agricultor do grupo C).

As condições dos agricultores que não acessam aos recursos do PRONAF não são melhores em virtude de que muitos já se encontram em processo acelerado de exclusão e optam por não mais buscar o PRONAF, como estratégia de financiamento, a fim de não se tornar devedores, ou já estão inadimplentes e não tem mais acesso aos recursos. A política de crédito do PRONAF, nestas condições, encontra dificuldades em penetrar no universo dos agricultores, ao desconsiderar a capacidade de ator social que analisa, faz escolhas, dentro de um quadro de informações que possui e circunscrito a um sistema de classificações e preferência movidas pelo senso prático, conforme havia sido tratado por Bourdieu (1996). Dessa forma, os agricultores desviam parte dos recursos para atender os interesses imediatos "[...] prá pagar um rancho[9], um percentual desse dinheiro acaba sendo desviado prá pagar um rancho, uma conta que esteja mais pendente, prá atender as necessidades mais básicas mais urgentes", (I 05, Secretário da Agricultura) e ocorre quando o agricultor consegue acessar os recursos. Ou então, se recusando a entrar no sistema, como estratégia deliberada na busca de fazer a diferença mesmo que isso traga consequências, impremeditadas segundo as concepções teóricas de Giddens (2003).

O trabalho de Gazolla (2004) apontou que os recursos do PRONAF geram uma relação perversa de efeitos nas famílias rurais e nas unidades de produção, ao enfatizar a dependência dos agricultores em relação às necessidade de contrair empréstimos anualmente para financiar as atividades da propriedade, sintomas da mercantilização da esfera financeira da agricultura familiar de acordo com Ploeg (1990, 1992). Diante da possibilidade de tornarem-se potenciais devedores, muitos agricultores, com receio da inadimplência, optam por não acessar ao crédito na tentativa de manterem-se socialmente dignos, conforme os argumentos apresentados por Neves (2005), ao enfatizar o desejo de manter a honra do bom nome, comprando o que necessitam, utilizando apenas os recursos da família. Isto não significa algo necessariamente negativo, representa a propriedade dos agricultores em fazer escolhas.

> *Qual o modo que o senhor (a) tem feito pra financiar suas atividades da propriedade, já que o senhor não pega financiamento do PRONAF?*
>
> "[...] eu dou um jeito de comprar à vista. [...] daí eu compro do jeito que dá e a vista e daí pronto não fico devendo nada prá ninguém. To pensando em

[9] Denominação comum no Rio Grande do Sul para as compras de gêneros alimentícios, geralmente efetuados uma vez ao mês.

> continuar assim não vou trabalhar com banco. [...] me sinto bem em não ficar devendo! Eu desisti por que eram seis anos que a gente ganhava os duzentos real de rebate, e depois não ia ganhar nem mais o rebate, daí desisti, eu vi que não era lucro, eu vi que não adiantava". (I 10, agricultor do grupo C).

Um dos fatores que tem explicado a diminuição da atratividade do PRONAF é a retirada dos R$ 200,00 do rebate que funcionava como uma espécie de remuneração por acessar o programa e auxiliava na cobertura dos custos dos agricultores (idas ao STR e bancos, abertura de conta bancária), por vezes são recursos que eles não possuem para cobrir estas despesas, especialmente os agricultores familiares pobres. Esta constatação também fora encontrada por Copetti (2008), ao estudar as dificuldades de acesso ao PRONAF no município de Alegria (RS). O trabalho de campo demonstrou que a forma de utilização dos recursos do crédito pode estar diretamente relacionada com o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, as atividades desenvolvidas por eles e as estratégias adotadas para suprir as necessidades consideradas emergenciais ou que possam ser convertidas em oportunidades. Ploeg (2003) denominou esta manobra de "*calculus*", na definição de estilos de agricultura que representam uma estratégia, uma leitura da realidade, como uma resposta que auxilia a tomada de decisão numa situação específica, considerando a gama de recursos disponíveis. Na adoção da ideia de "*calculus*", pode-se deduzir que os destinos dados aos recursos do PRONAF tendem a assumir sentidos e significados distintos que vão ao encontro das características dos diversos tipos de agricultores. Neste ponto, é oportuna a advertência de Schneider (2003), ao acrescentar:

> "[...] essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem". (p. 109).

Para estes agricultores, uma parte dos recursos do crédito do PRONAF vai para outras prioridades, como pagamento de dívidas, compra de ranchos, "[...] muitas vezes em função das dificuldades, das emergências e dos apertos, às vezes, há um desvio de recursos, a não aplicação correta conforme determinação dos projetos". (I 05, Secretaria da Agricultura). Esta informação é confirmada pelo agente da assistência técnica, ao garantir que

> "[...] Não é muito valor, mas eles desviam um pouco prá finalidade deles. A

> gente vê muito, principalmente, no custeio, porque não temos controle da aplicação. Às vezes os agricultores têm problema na família, tem problema de saúde. O agricultor não tem dinheiro e acaba saindo dali, que às vezes é usado até prá fazer o rancho"! (I 04, técnico da extensão rural).

Este comportamento é motivado, em parte pelo "*cálculo*" dos agricultores em ponderar as possibilidades, se serão ou não alvo da fiscalização dos agentes (bancos, e assistência técnica). A fiscalização é esporádica, utilizando critérios de sorteio, limitados em 5% dos financiamentos e quando ocorre denúncia[10], conforme a afirmação da gerência do Banco do Brasil de Cerro Largo, "[...] Nós fazemos fiscalização por amostragem e quando acontecem denúncias fazemos visitas dirigidas". Esta estratégia permite aludir que os atores (agricultores) agem racionalmente, intencionalmente (agir com auxílio da razão prática), e com reflexividade, ou seja, a capacidade de gerir a própria vida, concordando com o enunciado de Giddens (2003), ao considerar a disponibilidade e o domínio das informações que possuem. A intromissão externa foi internalizada conforme apregoado por Ploeg e outros (2000) e adquiriu sentido bem diferente para os distintos atores individuais. Este fator permite atribuir a capacidade de discernimento dos agricultores que procuram decidir com base nas melhores possibilidades de acerto.

O relato também revela a precariedade da renda destes agricultores e indica a pertinência e adequação das ações tomadas frente às emergências a que estão expostos. Os agricultores do Grupo "D" e "E" possuem um portfólio ampliado de possibilidades e muitos deles são especializados e profissionais relatados nos trabalhos de Abramovay (1992) e de Wanderley (2003) e adotaram a racionalidade econômica e gestão enfatizadas por Jean (1994) e por Navarro (2001), "[...] A propriedade tem que ser encarada como uma empresa que tem que ter tudo na ponta da caneta, as contas são feitas em cima da produção por hectare e não por animal". (I 06, agricultor do grupo D). Estes agricultores aceitaram o caráter utilitarista da terra de acordo com as descrições de Woortmann (1990), transformando em ativos que necessitam de investimentos que possibilitem a ampliação da produtividade com o objetivo de buscar compensação econômica dos recursos investidos "[...] a terra não faz milagre ela te dá o retorno do que você investe nela", (I 06), possuem propriedades estruturadas e crédito facilitado, "[...] o banco me ofereceu, a gente tem dinheiro lá. Se eu quero um financiamento eu vou lá no banco e eles me dão, tenho crédito", (I 12, agricultor do grupo D). Estes

---

[10] Conforme o exposto nas normas do Manual de Crédito Rural (MCR 2-7) que trata dos critérios adotados para os processos de fiscalização da aplicação dos recursos financeiros do crédito rural. Disponível em: http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorMCR:idvDenorMCR. Aceso em março 2009.

elementos permitem investimentos em máquinas e equipamento, podendo fazer deles ferramentas para gerar mais renda com a venda de serviços. Ao possuir reservas de capital, logram comprar os insumos de que necessitam em situações mais adequadas e vantajosas. Estas condições permitem, inclusive, ampliação patrimonial, comprando as terras dos vizinhos que, por vezes, estão em situação falimentar.

> "[...] Muita gente já desistiu, eu tenho 80 hectares que já comprei de quatro, que simplesmente abandonaram, venderam prá mim e eu vou seguindo. [...] financiei este trator e investi este recurso em outra terra". [...]. Paguei o trator, o trator já tava pago. "[...] é uma maneira que colono tem de comprar e eu, usei o investimento. Eu comprei de quatro colonos que foram prá cidade. Eu usei o dinheiro que era barato, a gente conseguiu comprar mais coisas, terra e até fazer os filhos estudar". (I 12, agricultor do grupo D).

A racionalidade adotada pelo agricultor na utilização dos recursos do crédito rural demonstra que ele transformou estes recursos em oportunidades de negócios, focando sua estratégia na compra das propriedades daqueles que se encontram em situação de insolvência, ou utilizando os recursos para pagar os estudos dos filhos. Estratégias semelhantes foram encontradas no trabalho de Pretto (2005, p. 113), ao listar um rol de situações emergenciais para onde os agricultores decidem canalizar os recursos do PRONAF, tais como para o pagamento de médicos, dentistas ou até mesmo para as despesas de casamento dos filhos. Na verdade, estes agricultores não necessitariam mais do crédito rural, mas o utilizam atraídos pelo juro subsidiado. A crescente necessidade de dinheiro é percebida como uma das grandes dificuldades dos agricultores e, para suprir esta demanda, buscam estratégias diferenciadas para acessá-lo. Essa realidade se constata pela entrevista de uma agricultora, ao se referir à situação dos agricultores familiares de Salvador das Missões e vê com preocupação a escalada de deteriorização econômica dos agricultores:

> *Como a senhora percebe a situação econômica dos agricultores familiares aqui em Salvador das Missões?*
>
> "[...] Não estão bem porque vem muito aqui pedir se tem mais financiamento, se tem alguma coisa, então você percebe que estão em dificuldade. Hoje tu vais ao banco e vê que pelo menos 50% dos agricultores estão correndo atrás de financiamento, de algum recurso pra pagar em parcela, prá pegar logo uns três ou quatro mil, tipo custeio pecuário[11]. A

[11] A estratégia de buscar o custeio pecuário significa que os agricultores que optam por mais esta modalidade, estão impedidos de contratar mais de um financiamento nas linhas tradicionais do PRONAF, que pode ocorrer em virtude da ausência de recursos no agente financeiro local nas linhas específicas. Os agricultores que adotam esta tática se fragilizam ainda mais pelo aumento do índice de endividamento e porque a linha de financiamento do custeio pecuário não tem amparo do PROAGRO. Entretanto tem sido uma estratégia usada pelos agricultores

> maioria está assim, eles não estão bem, eles não precisariam disso se estivessem. A gente percebe porque eles vêm aqui pegar mais uma DAP prá o custeio pecuário". (I 07, agricultora do grupo D).

A fragilização das fontes de renda que repercute, inclusive, na mercantilização do consumo alimentar dos agricultores familiares é evidenciada, relacionando com o local onde estes gastam o dinheiro recebido das várias fontes de renda que possuem e podem estar incluídos os recursos do crédito rural. A Tabela 3.11 ilustra que a maioria dos agricultores (58,6%), circula suas rendas no mercado do centro urbano da cidade a que pertence, e 24,1% nas comunidades onde residem. Esta característica também foi encontrado no trabalho de Gazolla (2004, p. 130) em que "[...] uma boa parte deste percentual de gastos é com alimentação, através da compra nos supermercados, nos quais os agricultores realizam o chamado "rancho" mensal". Essa constatação representa a fragilização dos meios de vida dos agricultores, na medida em que a renda das atividades por eles desenvolvidas não oferece as condições de retorno econômico satisfatório, inclusive para a composição do consumo de alimentos.

Tabela 3.11 – Em que LOCAL o senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham em Salvador das Missões. (não importa a fonte deste dinheiro)?

Local onde gasta o dinheiro	Nº de casos	%
No centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito	34	58,6
Na própria comunidade onde residem	14	24,1
Outra localidade	7	12,1
Na cidade-polo mais próxima (cidade maior da região)	3	5,2
Total	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

Segundo Gazolla (2004), a fragilização da base de segurança alimentar é uma das expressões da perda de autonomia e constante mercantilização do consumo (até mesmo de produtos alimentares básicos) dos agricultores familiares que constatam até mesmo o que segue

> "[...] uma constante mercantilização do consumo alimentar que se desenvolve com a compra direta dos alimentos pelos agricultores de feirantes, fruteiros e vendedores ambulantes de gêneros alimentícios que percorrem as comunidades, muitos inclusive, com dias da semana agendados para a venda de produtos aos agricultores". (GAZOLLA, 2004, p. 131).

---

para suprir a necessidade de dinheiro para honrar compromissos de dívidas particulares, doenças na família e despesas emergenciais, como o exemplo do relato do agricultor em que "[...] Teve uma vez que precisei de dinheiro por causa de uma batida de carro, daí eu tive que pegar uns dois mil, de custeio pecuário tirado para as vacas. Passei três, quatro anos pagando o carro do outro. (I 13, agricultor do Grupo C).

Essa movimentação cresce especialmente nos períodos de liberação dos recursos dos financiamentos, conforme o observado a campo junto aos supermercados e confirmado por uma liderança dos agricultores em Salvador das Missões, ratificando a fragilização da produção voltada para atender à demanda do autoconsumo.

> *Os agricultores usam os recursos dos custeios para dívidas imediatas, inclusive alimentação?*
>
> "[...] Exatamente, muitos necessitam desse dinheiro pra comprar "ranchos". Sem isso passariam fome e alguns passam. Eles ocupam o dinheiro prá essas coisas"! (I 07, agricultora do grupo D).

Essas deficiências comprometem aquilo que Ploeg (1990, 1992, 2006) chamou de reprodução autônoma, onde os agricultores elaboram e reproduzem as condições necessárias para reprodução interna, a partir dos recursos localmente disponíveis. No Rio Grande do Sul, as diversas regiões de tradição colonial (alemães, italianos, poloneses) são historicamente caracterizadas pela existência da agricultura familiar diversificada, desenvolvida em sistemas de policultivos. Além disso, realizava-se o processamento de produtos de origem animal e vegetal. A chamada agroindústria caseira[12] era voltada para a elaboração e a produção de alimentos para o consumo da família, o que atualmente perdeu muito da sua importância, como resultante da perda de capacidade de reprodução e do saber/fazer (a artesanalidade dos agricultores, segundo Ploeg, 1990). Isto culminou com a dependência da aquisição no mercado local dos alimentos básicos para compor a alimentação diária mercantilizando o consumo e fragilizando ainda mais as condições objetivas de reprodução social e material da família. Os agricultores que estão em melhor situação e estrutura produtiva consolidada diversificam buscando outras fontes de ingresso através da produção de leite que nos últimos anos, teve um forte incremento, mas, no entanto, já apresenta problemas, característica do excesso de produção com a consequente queda do preço do produto que indica possíveis dificuldades em honrar os compromissos com os financiamentos, mas que poderão ser cobertos por outra atividade.

> *Essas culturas (soja e leite) têm dado o retorno esperado?*

---

[12] Compreende-se como agroindústria caseira a atividade de processamento de produtos de origem animal e vegetal realizada na unidade produção familiar pelos membros da família, sem instalação ou equipamentos especiais, aproveitando o saber fazer dos agricultores que, nos últimos anos, vêm recebendo apoio com a disponibilização de linha de crédito no âmbito do PRONAF. (GAZOLLA, 2004).

> "[...] eu tô satisfeito né, no que até hoje a gente investiu, estamos com uma produção boa lá, já estamos bastante organizado com o investimento! Aumentemo bastante a produção a cada ano. Estamos recebendo R$ 0,68 o litro, mas agora tem esse problema de superprodução que se pegar as notas já caiu 6 centavos agora[13]. É todo o ano igual. O leite mantém tudo as despesas, a soja sobra. Paguemo tudo as prestação do PRONAF com o leite. O lucro dos trinta hectares de soja sobra. Isso dá a reserva né"! (I 03, agricultor do grupo D).

O relato demonstra que a conjugação de produção de leite e soja é uma estratégia utilizando a produção de leite para cobrir as despesas mensais de manutenção da família e da propriedade, e a produção de soja é revertida como reserva técnica de dinheiro. Ainda é muito presente a influência da cultura da soja como principal alternativa para a geração de excedentes econômicos. A *"sojicização"* da agricultura pode ser considerada como o principal fator que impulsionou a mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai e as profundas alterações na paisagem rural e territorialização da cultura, conforme o argumento de Conterato (2004). Outro fator é referido por Veiga (2001, p. 11), ao afirmar que "[...] os espaços que foram dominados por certos tipos de agricultura de ponta são os que menos favorecem o dinamismo regional, mesmo que possam exibir níveis de "eficiência" (no sentido convencional, isto é no pior sentido)". (Destaque no original). Tanto o leite como a soja expõem os agricultores a uma situação de fragilidade, em virtude da oscilação dos preços, característica do mercado de *commodities.* Os sistemas produtivos do leite estão embasados no incremento de ganhos de escala de produção via progresso técnico (melhoramento genético, nutrição animal e equipamentos), que reproduz a lógica do desenvolvimento produtivista (CARNEIRO, 1997) e com externalização na compra de insumos com crescentes custos de produção que, muitas vezes, não são compensados com a remuneração, confirmando a observação de Abramovay e outros (2007), que o aumento da produtividade não significa necessariamente aumento do retorno financeiro à atividade. Entretanto, os agricultores ficam sem saída, diante da necessidade de continuar investindo. Pode-se afirmar

---

[13] A sazonalidade na produção de leite é uma das características da atividade através de picos de produção, especialmente, nos meses de inverno (a formação de safra é de abril a outubro). O Rio Grande do Sul teve significativa ampliação na produção de leite nos últimos anos, com forte redução do número de produtores. O preço pago aos agricultores nos meses de agosto e setembro de 2008 caiu ao patamar de R$ 0,30 ao litro, motivo que levou os agricultores familiares a se mobilizarem, promovendo boicote nos portões das principais empresas processadoras do produto no Estado, visando a melhorar os preços recebidos. Disponível em: http://www.guiadigital.info/index.php?not=1&pesq_not=1&mostra=7465. Acesso em: dez. 2008. O mercado gaúcho comporta apenas em torno de 40% da produção, os outros 60% necessitam ser alocados a mercados de outros estados ou comercializados via exportação. Nos anos recentes tem sido crescente a produção de leite como estratégia dos agricultores em fugir da cultura da soja, devido à queda dos preços no mercado internacional e em virtude do aumento do preço dos insumos agrícolas, além das secas que têm sido frequentes na região do Alto Uruguai, aumentando os riscos da atividade.

que ocorre a substituição de uma monocultura por outra, reproduzindo a mesma lógica de vinculação do ingresso contínuo de crédito, mantendo a dependência, a qual fica claramente expressa no relato a seguir:

> *A contínua dependência de insumos externos e crédito à propriedade, isso não é um problema?*
>
> "[...] nós temos que produzir o máximo por hectare, nós defendemo que a terra não faz milagre ela dá o retorno do que tu investe nela também. Não adianta tu achar que tu vai produzir pasto ou grão sem o insumo, né, sem tu botar na terra o ela exige prá produzir tal cultura. Eu acho que a dependência ela existe e sempre vai existir cada vez mais, porque a terra exige mais. Se tu planta milho tu tem que tirar 9.000 ou 10.000 quilos por hectare, porque não é mais igual a trinta ou quarenta anos atrás que tu plantava milho prá tirar 1800 quilos por hectare, então não é possível fazer isso sem insumo, essa é a realidade. Então você tem de investir"! (I 06, agricultor do grupo D).

O Quadro 3 sintetiza os diferentes tipos de agricultores familiares de Salvador das Missões, identificados através das entrevistas, relacionado-os com os produtos e fontes de renda e as diferentes estratégias e justificativas empregadas na utilização dos recursos do PRONAF. Os agricultores enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "C" cultivam milho, hortaliças, soja, produção de leite, produtos artesanais (a partir da cana e do amendoim) e eventualmente prestam serviços de pedreiros, assalariamento por pequenos trabalhos eventuais, como alternativas que os ajudam a compor o orçamento da família. As estratégias utilizadas na busca de dinheiro passam pela subutilização de insumos abaixo da recomendação técnica dos projetos de custeio, complementado com as indenizações do PROAGRO (quando ocorre sinistro, via de regra, são os que mais sentem as frustrações de safra por problemas climáticos). Os recursos oriundos dessas transações são utilizados para o pagamento de dívidas particulares, compra de gêneros alimentícios e gastos emergenciais. A entrevista a seguir expressa esta realidade:

> "[...] Com certeza já sentimos isso bastante. Estes (os agricultores familiares) já estão há anos com sucessivas frustração de safras e aí eles estão com a economia da propriedade e poder aquisitivo bem fragilizado. Então, muitas vezes eles vêem isso como uma corda de salvação e vai acabar o problema ainda maior. Eles não consegue deslanchar, eles pegam, mas não dentro de normalidade, dentro da função mais correta. Muitas vezes vem aí com problemas de capital que não é aplicado corretamente. Usam prá tapar furo, de repente prá pagar um rancho, um percentual desse dinheiro acaba sendo desviado prá pagar um rancho, uma conta que esteja mais pendente, prá atender as necessidades mais básicas mais urgentes". (I 05, Secretário da Agricultura).

As propriedades destes agricultores apresentam deficiência de infraestrutura produtiva e em virtude disso possuem pouco acesso a instrumentos de mecanização que lhes permitem ampliar a capacidade produtiva do trabalho que vise a aumentar os rendimentos. São agricultores que estão na margem da exclusão. Alguns foram atingidos pelo lago da Barragem São José[14] e foram deslocados para outras localidades.

Grupos do PRONAF	Produtos/Fonte de renda	Estratégias	Justificativas
Grupos A, A/C	Milho, soja, horticultura, frutas, frango caipira, leite, prestação de serviços (pedreiro, trabalho assalariado, empreitadas).	Utilização de insumos abaixo das recomendações técnicas dos projetos (custeio), expectativa de receitas cobertas pelo PROAGRO em virtude de perdas por problemas climáticos.	Frustração de safras, preços baixos, pagamento de dívidas particulares, gastos emergenciais, compra de gêneros alimentícios.
Grupos C	Soja, cana (rapadura, melado), horticultura, frutas, mel, leite, prestação de serviços (pedreiro, trabalho assalariado).	Utilização de insumos abaixo das recomendações técnicas dos projetos (custeio), expectativa de receitas cobertas pelo PROAGRO em virtude de perdas por problemas climáticos.	Frustração de safras, preços baixos, pagamento de dívidas particulares, gastos emergenciais, compra de gêneros alimentícios.
Grupos D e E	Soja, trigo leite, suínos, milho, prestação de serviços (aluguel de máquinas, transportes).	Refinanciamento de máquinas e equipamentos, compra antecipada de insumos, aplicações financeiras (poupança), empréstimo de valores, venda da produção em períodos de entressafra.	Redução de custos das lavouras, formação de reserva econômica para situações de emergências e aproveitamento de oportunidades de negócios.

Fonte: Dados de campo (2008).

Quadro 3 – Grupos de agricultores, estratégias e justificativa no uso dos recursos do crédito rural em Salvador das Missões.

Os agricultores familiares dos grupos “D” e “E” devido ao fato de possuírem um portfólio mais consistente de alternativas financeiras a seu favor em virtude das possibilidades de ingresso de renda com as lavouras de soja, que auferem relativo ganho de escala (alguns

[14] Uma ressalva importante: Alguns agricultores do Grupo “A” (PNCF e Banco da Terra) entrevistados foram desalojados de seus lotes em virtude da construção da Hidrelétrica São José, que vai ocupar uma parte das terras dos municípios de Salvador das Missões e de Rolador e foram indenizados de forma satisfatória. Este processo permitiu aos agricultores o pagamento com os débitos dos financiamentos dos programas, e ainda comprar lotes em outros locais. Das 57 famílias desalojadas pelo lago da represa, apenas 13 delas compraram terras em Salvador das Missões e proximidades, para continuar com as atividades agrícolas. Relato da advogada da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Jane Berwanger, que atua na defesa dos interesses dos agricultores.

agricultores possuem lavouras de até 80 ha – próprias e arrendadas), produção de leite, integração de aves e suínos, geralmente empreendimentos com bom nível tecnológico, combinados com a prestação de serviços de máquinas, conseguem criar um fundo de reserva que lhes dá outras possibilidades de manutenção e ampliação produtiva das propriedades.

Dessa forma, as estratégias usadas permitem a compra antecipada de insumos que lhes conferem barganha nos preços, facilidades de acesso a financiamentos, em virtude da movimentação econômica junto aos bancos através das aplicações financeiras. Este conjunto de alternativas faculta a estes agricultores a possibilidade de possuir reservas técnicas de recursos que proporcionam condições de transformar estes recursos (até mesmo com aqueles oriundos do crédito rural) em oportunidades de negócios, inclusas as possibilidades de ampliação patrimonial encontradas no trabalho de campo. Significa dizer que os agricultores deste grupo utilizaram com propriedade sua condição de agência e ator, reflexivo e cognoscitivo, transformaram as influências externas em pontos favoráveis a sua reprodução social e material, em confirmação dos conceitos expressos de Giddens (2003), Long (1994, 2001) e de Ploeg (1990, 1994). Estes autores enfatizaram que os agricultores familiares não são “tábuas rasas”, eles reorientam e reinterpretam as representações simbólicas e práticas, conferindo novos sentidos e novas interpretações e ações às intervenções externas, embora, admita-se que essa capacidade não se reflete em todos os agricultores de forma homogênea. O que se percebe é que a dependência dos recursos do PRONAF atinge todos os grupos de enquadramento, o que varia são as funções atribuídas aos recursos disponibilizados.

Estas constatações permitem confirmar a opção adotada pelo PRONAF, ao preferir os agricultores que já possuem capital social e econômico e que, nestes casos, comprovam a potencialização na utilização dos recursos que consolidam a diferenciação e especialização produtiva já estudada nos trabalhos de Gazolla (2004) e Conterato (2004) realizados na Região do Alto Uruguai, consolidam a exclusão social dos agricultores empobrecidos, como uma das expressões visíveis da mercantilização da agricultura resultante dos cultivos *(commodities)* voltados para as estratégias de inserção mercantil. Este dilema se configura na precisa observação anotada por Martins (1979), que o capitalismo, ao mesmo tempo que cria as condições necessárias para a inclusão de alguns poucos escolhidos, movimenta outra gama de artimanhas que promovem a exclusão de muitos transformando-se em uma máquina de triturar gentes.

Procurou-se demonstrar, neste capítulo, as diferentes estratégias adotadas pelos agricultores familiares na condução das ações visando a encontrar alternativas para a reprodução material de suas famílias, considerando os limites e recursos que estão

disponíveis. Este processo é favorável aos agricultores capitalizados (Grupos “D”e “E”), com mais de uma renda (prestação de serviços agrícolas, transportes), com mais de uma atividade produtiva (soja, milho, leite, suínos). Nestes casos, o crédito rural os fortalece, inclusive com ampliação patrimonial. Para os agricultores dos Grupos “C” e “A/C” as rendas das atividades originárias das culturas de milho, soja, frango caipira, rapadura, hortaliças e da venda de serviços não são suficientes para a manutenção da família e da propriedade e utilizam parte do crédito para cobrir estas demandas. São os mais atingidos pela frustração das safras e queda dos preços agrícolas. Esta realidade é percebida pelo agente financeiro, na utilização do crédito: “[...] Existem pelo menos duas situações: aqueles que com o crédito se descapitalizam ainda mais e, aqueles que não precisam de crédito”. (I 01, Banco do Brasil, Cerro Largo).

O próximo capítulo trata das estratégias dos agricultores familiares, como respostas às pressões e influências recebidas que tendem a revelar os mecanismos de adaptação à mercantilização da agricultura.

4 DETERMINANTES SOCIECONÔMICOS NO USO DOS RECURSOS DO PRONAF

Este capítulo tem por objetivo verificar a importância dada aos recursos disponibilizados pelo PRONAF pelos agricultores familiares enquadrados nos diversos grupos do programa, bem como as razões que influenciam e determinam as diferentes formas de utilização visando a transformá-los em alternativas para viabilizar a bem-estar da família, como possíveis estratégias de adequação frente aos constrangimentos a que estão sujeitos.

Estes processos de tomada de decisão estão conectados com a capacidade de agência, de ator social dos agricultores que analisam, interpretam e reposicionam as influências externas recebidas, em clara alusão à capacidade de discernimento dos agricultores familiares de Salvador das Missões, visando a preservar as condições mínimas e necessárias que garantam a reprodução social e material das unidades familiares de produção.

A hipótese que guia esta perspectiva assenta-se na idéia de que as formas de utilização dos recursos do crédito rural do PRONAF tendem a refletir os mecanismos da adaptação dos agricultores familiares à mercantilização da agricultura.

A primeira seção é dedicada às condicionalidades sociais e econômicas da agricultura como elementos indutores que influenciam os destinos dos recursos oriundos do PRONAF. A segunda está destinada à análise do consumo intermediário exigido pelos condicionantes técnicos que visam à ampliação da produtividade dos agricultores familiares de Salvador das Missões e à repercussão nos mecanismos de geração de renda. A terceira seção enfatiza o processo de *squeeze* das receitas das atividades agrícolas e a relação deste com os custos da produção das unidades familiares. A quarta seção aborda as formas de utilização dos ativos disponíveis pelos agricultores, e a quinta discorre sobre as necessidades de inserção mercantil dos agricultores familiares, como elemento desejado na viabilização dos empreendimentos financiados, elemento que exacerba a mercantilização produtiva dos agricultores, ao retirar grande parte da sua autonomia, na medida em que necessitam de insumos externos à propriedade, para compor as necessidades produtivas dos empreendimentos agrícolas.

A metodologia empregada utilizou os dados quantitativos primários gerados na Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), no tocante ao consumo intermediário. Estes dados foram corrigidos pelo indexador IGP-DI, até agosto de 2008, além das entrevistas com os agricultores, técnicos da EMATER e da prefeitura visando a apurar as informações qualitativas.

4.1 Condicionantes econômicos e sociais da agricultura familiar

A busca de produção agrícola para atender às trocas mercantis estabeleceu o reconhecimento da vinculação crescente dos agricultores familiares com o mercado, como principal estratégia de viabilização econômica. Este fator, contudo, requer a incorporação de uma nova racionalidade na aplicação dos recursos, especialmente do crédito rural, com o objetivo de transformar as unidades familiares de produção em empreendimentos viáveis economicamente. Este processo pressupõe a incorporação de habilidades técnicas de gerenciamento normatizadas pela competitividade econômica, dado que o mercado determina o sucesso ou fracasso da integração mercantil em reposta às habilidades dos atores em se adequarem à constante competição. Um dos requisitos para tanto é a contínua necessidade de potencializar a maximizar recursos investidos que exigem ganhos de produtividade do trabalho e, por conseqüência, da produção.

No Brasil, a presença de mecanismos de proteção aos agricultores familiares ainda são evidentemente reduzidos e precários, fato que coloca os estabelecimentos da agricultura familiar em situação de crise potencial, de forma quase permanente, especialmente aqueles que estão à beira da exclusão social. Dessa forma, o continuado processo de mercantilização da agricultura consolidou sistemas de produção totalmente dependentes das contingências externas, de tal forma que os agricultores familiares operam em espaços de manobra cada vez mais exíguos, mas, mesmo assim, eles constroem suas estratégias. Este quadro de referências se evidencia nos processos recorrentes de insolvência de grande parte das unidades familiares de produção, através do endividamento crônico, especialmente dos menos capitalizados e consolidou a diferenciação social e produtiva, mesmo entre os agricultores de poucas posses.

As consequências desses condicionantes levaram à falência muitos daqueles que mergulharam na contínua transformação de suas bases técnicas com investimentos que nem sempre têm conseguido obter o retorno esperado para amortizar seus débitos. Esta realidade modificou as estratégias de utilização dos recursos do PRONAF ante a necessidade de ampliar a produtividade diante do quadro de elevação contínua dos custos de produção em relação ao achatamento dos preços agrícolas que culminou com a deteriorização das rendas dos agricultores, trazendo a necessidade de gerir de forma adequada os recursos alocados na execução das atividades da unidade familiar.

Essa abordagem transformou a visão dos agricultores acerca de suas propriedades e

das formas de organizar o trabalho que, influenciados, pela mercantilização, vai refletir nas formas de fazer agricultura produzindo estilos diferenciados. Este processo expõe a agricultura familiar a uma posição de fragilidade e vulnerabilidade que se expressam na dependência de aportes contínuos de insumos, de valorização dos preços pagos aos produtos e de necessidade de acesso a mercados. Sobre estes fatores, os agricultores familiares não possuem nenhum mecanismo de controle, sendo definidos por agentes externos à propriedade. Apesar destes constrangimentos, os agricultores familiares exercem poder de agência, de fazer escolhas ao produzir estilos de agricultura, na medida em que lançam mão do "repertório cultural[1]" que possuem, como respostas adaptativas às situações postas. Ploeg (1993) é enfático ao postular que o

> Estilo de agricultura refere-se a um repertório cultural, uma composição de idéias normativas e estratégicas sobre como a agricultura *(farming)* será feita. Um estilo envolve um modo específico de organização da empresa agrícola: prática agrícola e desenvolvimento são definidos pelo repertório cultural, o qual por sua vez é testado, afirmado e, se necessário, ajustado pela prática. Por conseguinte, um estilo de agricultura é uma forma concreta da práxis, uma unidade particular de pensamento e ação, de teoria e prática. (p. 241).

O relato a seguir revela a existência de uma racionalidade orientada, um *"calculus"* de análise das alternativas que visam aproveitar melhor os recursos do crédito e manter o controle de gastos, inclusive, combinando atividades agrícolas e não-agrícolas aproveitando a oferta de dinheiro a juros subsidiados do crédito rural, "[...] Com o PRONAF eu consegui comprar trator e plantadeira que eu presto serviço pra terceiros que fica fácil pra ganhá mais algum dinheiro, e ainda ta ajudando a pagar as prestação!", (I 03, agricultor do grupo D). Esses agricultores prestam serviços justamente para os grupos "A", "A/C" e "C". Neste caso, os recursos do crédito rural representam o acerto da estratégia utilizada, revelando a condição de personagem reflexivo, cuja racionalidade permitiu reproduzir e ampliar as condições materiais, garantindo, inclusive, a possibilidade de ampliar o ingresso de rendas e melhor aproveitamento dos investimentos realizados. Os agricultores atuam em um universo marcado pela diversidade social, cultural e ambiental que repercute nas estratégias adotadas para solucionar os problemas cotidianos de produção, em face às condições ecológicas, políticas,

---

[1] O conceito de repertório cultural aponta as maneiras como vários elementos culturais (noções de valor, tipos e fragmentos de discursos, idéias de organização, símbolos e procedimentos rituais) se usam e recombinam na prática social, conscientemente ou de outra maneira. (LONG, 2001, p. 56). Ver Granovetter (1985), Tedesco (1999).

demográficas, mercadológicas e econômicas existentes.

Os agricultores familiares (capitalizados ou empobrecidos) ajustam os diferentes formatos de domínio social, como família, mercado, Estado e instituições às suas necessidades. Na concepção de Long (2001), estas decisões são os resultados calcados em valores e informações disponíveis, recursos e redes de relações sociais que os agricultores conseguiram construir. Significa dizer que os agricultores concebem escolhas que visam a solucionar os seus próprios problemas da vida cotidiana que, na maioria das vezes, não são levados em consideração na formulação das políticas públicas e tampouco pelas estratégias de intervenção. Os agricultores possuem seus próprios projetos que, muitas vezes, são contraditórios à interferência recebida.

4.2 O consumo intermediário da agricultura familiar em Salvador das Missões

Os dados da Tabela 4 são pertinentes às unidades familiares de Salvador das Missões pesquisados no período 2001/2002, referentes aos gastos com o Consumo Intermediário. Os mesmos foram corrigidos pelo indexador IGP-DI, de agosto de 2003 até agosto de 2008. A Tabela 4 mostra os estratos de Consumo Intermediário (CIm), enfatizando que este é um dos principais fatores que afetam diretamente a receita e o retorno dos investimentos realizados exigindo, inclusive o aporte sistemático de crédito rural, tornando-se um dos elementos que revelam a dependência dos agricultores dos fatores externos.

Entre os agricultores familiares com Consumo Intermediário (CIm)[2] menor que R$ 2.500,00, os gastos com custeio e manutenção do estabelecimento representam 21,8% do Produto Bruto Total (PBt)[3], demostrando que há uma elevação conforme cresce o estrato de Consumo Intermediário (CIm), em evidente demonstração da elevação dos custos internos destas propriedades comporem a demanda das atividades financiadas (44,2% para o estrato maior que R$ 12.000,01). É justamente essa análise que está no coração das interpretações de recampenização e a incapacidade da “agricultura capitalista” em produzir valor agregado, ou seja, o VAB ou PBt não aumenta na mesma proporção que aumenta o CIm.

---

[2] *O consumo intermediário* compreende as despesas correntes com a compra de bens e serviços, exclusive máquinas, equipamentos, construção e outros destinados à formação bruta de capital. O Consumo Intermediário para a agricultura é composto por: insumos da produção vegetal; insumos da produção animal; insumos da transformação caseira; pagamento de serviços a terceiros (temporários e empreitadas); despesas com manutenção de máquinas e equipamentos; despesas com manutenção de instalações e gastos com energia elétrica, gás e água, (NIEDERLE, 2007, com dados da pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq, 2003). Ver Graziano (1987).

[3] Produto Bruto Total é o valor de todos os bens e serviços criados em um determinado período.

O Valor Adicionado Bruto (VAB)[4] em relação com o Produto Bruto Total (PBt) é mais vantajoso para os agricultores que possuem um extrato de Consumo Intermediário (CIm) acima de R$ 10.000,00, o mesmo ocorre quando se relaciona o Produto Bruto Vendido (PBv)[5] com o Produto Bruto Total (PBt), mas, neste caso, é mais favorável aos agricultores com incapacidade de investir mais.

Tabela 4 - Consumo Intermediário Médio (CIm), Produto Bruto Total (PBt), Produto Vendido (PBv), e Valor Bruto Adicionado (VAB), por Estratos de Consumo Intermediário nas unidades de produção de Salvador das Missões.

Estratos de Consumo Intermediário (R$)	A*	CIm (R$)	PBt (R$)	PBv (R$)	VAB (R$)	CIm/ PBt%	VAB/ PBt%	PBv/ PBt%
Menor que 2.500,00	20,7	2.190,86	10.031,51	5.293,19	7.840,66	21,8	44,3	78,2
De 2.500,01 a 5.000,00	13,8	7.078,75	19.829,74	12.978,64	12.751,00	35,7	36,4	64,3
De 5.000,01 a 7.500,00	19,0	11.493,36	32.718,53	25.584,38	21.225,17	35,1	36,8	64,9
De 7.500,01 a 10.000,00	10,3	15.237,97	28.036,78	21.927,17	12.798,81	54,3	25,9	45,7
De 10.000,01 a 12.500,01	21,7	19.736,24	49.205,22	40.361,60	29.468,99	40,1	33,9	59,9
Maior que 12.500,01	20,7	52.879,71	119.713,63	107.504,48	66.833,92	44,2	31,6	55,8

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS;UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).
Base de dados agosto de 2002 deflacionados e corrigidos pelo IGP-DI até agosto de 2008. Disponível em: http://fgvdados.fgv.br/dsp_frs_pai_ferramentas.asp . Acesso em dezembro de 2008.
* Percentual de propriedades por estrato do total da amostra (58).

Os dados indicam que investimentos em insumos, máquinas e equipamentos tornam os agricultores dos estratos de consumo intermediário elevado mais competitivos frente aos demais. Ao mesmo tempo reforça a externalização da agricultura como expressão da mercantilização que nem sempre resulta na obtenção de rendas maiores frente aos investimentos realizados, em virtude da compressão dos preços dos produtos comercializados. Contudo, verifica-se, diante do quadro, que os agricultores com gastos elevados com consumo intermediário são os que categoricamente apresentam as maiores possibilidades de reprodução social e material. Abramovay (1992) já havia advertido que o sucessivo aumento de produtividade não tem a necessária correspondência com a elevação das rendas agrícolas, em virtude de que estes ganhos são apropriados pelas diversas indústrias de insumos e pela oferta de produtos a preços reduzidos aos consumidores. Este fator auxilia a relativizar os ganhos do progresso técnico dos agricultores.

Esse quadro de referências empíricas encontra respaldo teórico no fenômeno que

[4] Valor Bruto Adicionado é obtido pelo somatório dos valores adicionados pelas unidades produtoras. É o valor que cada agricultor ou ramo de atividade adicionou ou agregou ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo, sendo igual ao valor da produção de cada agricultor menos suas compras de bens intermediários.

[5] Produto Bruto Vendido, montante do Produto Bruto Total (PBt) que foi destinado à venda.

Ploeg (1990, 1992) chamou de externalização da agricultura, que exige a contínua e crescente necessidade de crédito rural para recompor os gastos com insumos e progresso técnico em espaços cada vez mais curtos, ao mesmo tempo que mercantilizam as relações, acelerando a divisão social de trabalho no seio das propriedades rurais. O consumo intermediário continua a se elevar, o que, por vezes, não é acompanhado pelos valores disponibilizados pelos financiamentos de custeio do PRONAF, devendo ser supridos com os recursos próprios dos agricultores, a fim de conduzir o projeto conforme as determinações da assistência técnica. Essa dificuldade é expressa na reclamação do agricultor entrevistado:

> "[...] Eu acho que tem que rever a questão dos valores do investimento e do custeio prá gente plantar, né, que tão muito defasados em relação à realidade, porque hoje todo mundo fala que tá sem inflação, mas ta tudo subindo. Os insumo que a gente gastava o ano passado, hoje, precisa do dobro pra comprar, era a metade que a gente gasta hoje". (I 06, agricultor do grupo D).

Por outro lado, os agricultores familiares sem essa capacidade têm as rendas comprimidas em virtude da baixa produtividade de seus empreendimentos, o que fragiliza ainda mais a capacidade produtiva, tornando duvidoso e arriscado acessar o crédito sob pena de se constituir um devedor em potencial. Isto fica explícito na entrevista de um agricultor, quando afirma: "[...] O pessoal aqui, os colonos vão lá no banco buscar o PRONAF e pegam alguma coisa e saem conscientes que não vão conseguir pagar. É tudo uma ilusão". (I 18, agricultor do grupo A).

Apesar de possuir custos menores, mas, justamente pela ausência de outras formas de compor seus orçamentos e fazer mais investimentos no processo produtivo, estes agricultores dificilmente rompem as limitações que os levem a transformar suas unidades de produção em empreendimentos viáveis financeiramente.

Com base na constatação de ampliação dos gastos com o Consumo Intermediário (CI) mostrado na Tabela 4, aliado com a percepção dos agricultores entrevistados em Salvador das Missões, pode-se aludir que a mercantilização é um fato que reduz drasticamente as opções dos agricultores para além do modelo produtivo vigente. Significa dizer que os agricultores familiares estão sistematicamente dependentes dos recursos do PRONAF, sem os quais, encontrarão dificuldades em gerir suas propriedades diante da ausência de reserva de capital, da compressão em compor adequadamente os custos internos na condução dos empreendimentos, devido aos baixos valores financiados que exigirão aporte de recursos próprios. Isto posto, fica evidente que os recursos do PRONAF constituem-se em um dos elementos que promove e alimenta o modelo de produção agrícola, obrigando os agricultores

a “fazer mais do mesmo”, incitando-os a dar sentidos e significados distintos, de acordo com as características dos agricultores. Fenômeno este que atinge os agricultores de todos os grupos de enquadramento do PRONAF.Os agricultores familiares de Salvador das Missões já compreenderam a situação de fragilidade a que estão expostos e revelam a inconsistência das políticas públicas focadas apenas no crédito rural, ao enfatizarem a necessidade de políticas complementares, especialmente no tocante à remuneração dos produtos agrícolas e políticas que os auxiliem a reduzir os custos intermediários das unidades de produção, ao apresentarem um elevado grau de dependência de insumos externos:

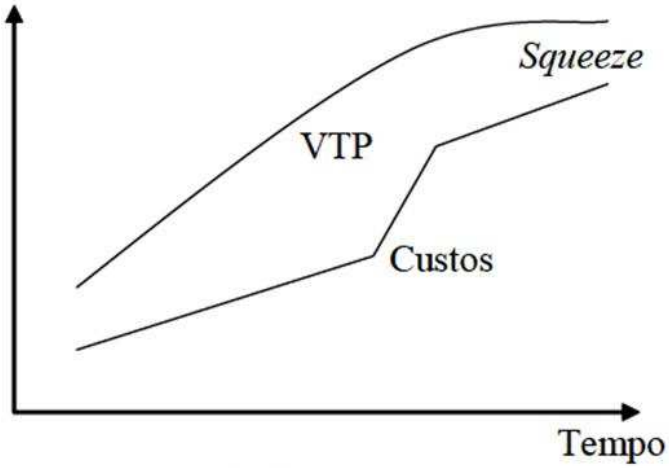
> “[...] Eu acho que tem que ter subsídio nos insumo e pra garantia de preços dos produtos agrícolas. Quando o Plano Real entrou em 94, a gente comprava com um litro e meio de leite, comprava um litro de diesel, ai sim que nós podia trabalhar. Hoje o litro de diesel tá dois e pouco, e o litro de leite cinqüenta, cinqüenta e dois centavos. Hoje temo que ter quase cincos litros de leite prá um litro de diesel, não tem quem agüente! O saco de milho então! Plantá milho prá vender isso é “tufo” na certa, o milho tá no mercado, tão pagando vinte três ou vinte e quatro real e o de adubo prá milho é prá mais de cem. Não sei não vou desistir um dia também, porque não adianta tu ir lá...como agora o PRONAF ta entregando R$ 800 real por hectare de milho, eu planto milho, faz a tua conta pega os real, quer comprar quatro sacos de adubo por quatrocentos e poucos, mais a semente de milho, e com esse preço milho mal você consegui plantar, e com esse preço de milho, depois vem o juro em cima, não dá muito juro, mas um pouco dá, e com esse preço de milho quanto tu tem que colher”? (I 18, agricultor do grupo A).

A entrevista acima revela a capacidade analítica do agricultor em perceber o universo de dificuldades e limitações em que está inserido e utilizar suas próprias informações para compreender e prever cenários que expressam as múltiplas racionalidades que fundamentam as ações, desejos, capacidades e práticas presentes nos argumentos de Long (2001). Mesmo em espaços com reduzida capacidade de decidir há razões e motivos que levam os atores a agirem da forma que agem. A ação social expressa-se onde está presente a racionalidade (agir com auxílio da razão prática), e da reflexividade (capacidade de gerir a própria vida) conceitos sabiamente expressos na teoria da estruturação elaborada por Giddens (2003).

4.3 O *squeeze* do processo produtivo

O squeeze ocorre quando há crescimento contínuo dos custos de produção decorrente de um determinado modelo (padrão) matriz-técnico-produtiva, mas que não encontra

correspondência com os ganhos obtidos ou com a remuneração auferida com a venda dos produtos/mercadorias produzidas. Isto ocorre devido à variação dos preços de mercado dos produtos agrícolas, sujeitos tanto às intervenções do setor privado, quanto das políticas protecionistas governamentais que não compensam os custos de produção. Este fator gera uma situação que, na prática, os agricultores denominam de "descapitalização" ao percebem que investem cada vez mais capitais (insumos, máquinas e equipamentos) para produzir, mas seus ganhos são solapados pelos baixos preços que recebem pelos seus produtos.*Squeeze* significa aperto/compressão e foi descrito e teorizado inicialmente por Ploeg e outros (2000), apresentado na Figura 4, o qual resulta em deterioração dos níveis de renda dos agricultores e consequente vulnerabilidade econômica e social que exclui os mais fragilizados. A figura mostra que o Valor Total da Produção (VTP) tem um crescimento ascendente e contínuo e que pode apresentar estabilização ou queda, como um dos reflexos das intervenções no mercado de preços (importações, políticas protecionistas, cartelização). Os custos de produção apresentam ruptura e descontinuidade, quando há a necessidade de aporte tecnológico (insumos agrícolas, máquinas, equipamentos) que não são compensados e remunerados pelo Valor Total da Produção (VTP), dessa forma, comprimem as rendas, encurtando as margens entre os custos de produção e os preços vendidos no mercado.



Fonte: Ploeg *et al.* (2000).

Figura 4 – Representação do s*queeze* na agricultura.

Niederle (2007) destaca que é preciso analisar com atenção a fragilização dos agricultores familiares de Salvador das Missões, especialmente aqueles cuja principal fonte de ingressos de renda está focada nas *commodities* agrícolas, ao afirmar que

> no período mais recente, o padrão produtivista fundado no binômio soja-trigo e em uma agricultura de custos crescentes tem apresentado alguns sinais de crise, esta podendo ser resumida pelo crescente *squeeze* da produção agrícola, o qual resulta em deterioração dos níveis de renda dos agricultores e no aumento de sua vulnerabilidade econômica e social. (p. 102)

O enunciado do autor permite aludir que estas limitações são desafios cotidianos postos na busca de garantir a reprodução material e social da unidade familiar, e que exigem contínuo exercício na busca para equilibrar as necessidades para manter os níveis de produção e ingresso de renda que exigem investimentos contínuos. Isto revela que os agricultores acabam por se tornar reféns do processo produtivo e, por extensão, reféns do empenho sucessivo de aporte de crédito rural. Os relatos dos agricultores entrevistados refletem essas premissas, ao enfatizarem as dificuldades inerentes em compor os orçamentos de suas propriedades, especialmente, na correlação entre os custos internos e a capacidade das atividades desenvolvidas em prover retornos econômicos adequados. Deve-se salientar que são os agricultores (ambos do grupo D), que possuem propriedades com bom padrão técnico, desempenho produtivo e razoável grau de compreensão na gestão dos empreendimentos, mas que mesmo assim encontram dificuldades em fechar a composição dos custos:

> "[...] é liberado um valor "xis", mas muitas vezes é insuficiente porque hoje o custo de insumo em geral, hora-máquina, se é insumo, adubo, semente ou se é combustível tudo subiu muito. Tudo aumenta e isso eleva o custo de produção, e isso muitas vezes o preço dos produtos não acompanha. Aquele valor fica muita vezes defasado, então tu tem que ter um jogo de cintura prá conseguir fechar aquilo, que muitas vezes não condiz com a realidade, né! Tem muita gente que quebra por causa disso". (I 06, agricultor do grupo D).
>
> "[...] O dinheiro é curto para fazer as lavouras. Passamos agora nos ultimo dez anos pelo menos onde o preço comeu todos os recursos das colheitas. Há dois anos a safra da soja e milho deu bastante bem, mas o preço foi ruim. Deu pra cobrir apenas os custos e em muitos casos perdemos um pouco". (I 03, agricultor do grupo D).

Os custos de produção não são remunerados pelos preços pagos pelo mercado e fazem com que os agricultores operem com margens líquidas reduzidas, quando estas existem. Estas margens são espremidas entre os fornecedores de insumos e os preços do mercado, ficando com poucas opções para vender sua produção em condições que garantam retorno econômico, além de estarem expostos aos riscos e adversidades climáticas constantes que podem comprometer o rendimento de suas colheitas. Ploeg et al. (2000) sustentam que o crescente

squeeze (aperto/relação entre valor dos produtos e custos) deteriora as condições econômicas dos agricultores e faz com que eles busquem outras fontes de renda, inclusive, fora do âmbito das propriedades e fora das atividades agrícolas. A incorporação dos chamados "insumos modernos", como uma das evidências da mercantilização da agricultura, teve a virtude de fazer crescer produtividade agrícola em níveis impensados, entretanto, simultaneamente, as necessidades básicas dos agricultores já não são preenchidas com os produtos para autoconsumo, tornou-se absolutamente desprezível e atualmente são mercantilizados, conforme o estudo feito por Gazolla (2004). Estas necessidades vão ser assimiladas e administradas de formas diversas, as quais que originam estilos diferenciados de agricultura[6].Veiga (1992) e Abramovay (1992) usaram a figura do *treadmill*[7] para preconizar que os agricultores não têm saída. Ao se enveredarem no moto-perpétuo do avanço tecnológico na busca do aumento da renda através do aumento da produtividade, o incremento de renda irá se dissipar com a queda dos preços, com o aumento dos custos de produção ou com o aumento do custo da terra, contudo, se não apostarem no progresso técnico e na

---

[6]Ploeg (2003) argumenta que o surgimento de estilos de agricultura é decorrente das estratégias dos atores envolvidos em sua construção, que representam as sínteses das estruturações específicas resultantes das relações sociais produtivas e não-produtivas elaboradas pelos agricultores familiares, na tentativa de se adequarem às circunstâncias da realidade social em que vivem. Niederle (2007), ao pesquisar a agricultura familiar de Salvador das Missões, definiu três estilos de agricultura naquele município: "O ***primeiro*** é representado por um conjunto de agricultores altamente tecnificados e inseridos nos mercados agrícolas. Signatários do projeto da modernização e especializados na produção de soja e trigo, reproduzem-se em função da relativa extensificação de escala. O ***segundo*** grupo, também associado ao projeto modernizador, em comparação com os demais, revela a menor inserção nos mercados e tecnificação, mesmo assim, reproduz-se atrelado ao binômio soja/trigo por uma série de fatores econômicos e culturais. Para estas unidades familiares, o espaço de manobra nos mercados é definitivamente limitado. O ***terceiro*** grupo, sem dúvida o mais complicado de classificar, refere-se a um amplo leque de agricultores que se encontram em níveis intermediários de mercantilização e tecnificação, e que vêm desenvolvendo uma vasta gama de estratégias reprodutivas que vão ao encontro aos princípios estruturantes da modernização. (NIEDERLE, 2007, p. 146). Grifos nossos.

[7] Ao término da Primeira Guerra Mundial, a produção de alimentos excedia a necessidade de consumo. Esse processo deu origem à secular tendência de queda de preços agrícolas, o que obrigava os agricultores a uma corrida frenética em busca da aplicação de novas técnicas de produção para manter ou elevar a quantidade de rendas em virtude da perda e redução da remuneração - era o início do "tapete rolante" *(treadmill),* teorizado por Cochrane, em 1958. O declínio dos preços e a competição acirrada e crescente entre os produtores rurais proporcionaram o surgimento da reivindicação da "paridade de preços" em torno da qual se campôs o chamado "lobby agrícola". Esta reivindicação consistia no restabelecimento e conservação dos termos de troca entre preços agrícolas e preços industriais vigentes antes da Primeira Guerra, mais precisamente entre 1910 e 1914, como uma das principais estratégias do governo dos Estados Unidos para recompor a renda dos agricultores perdida e agravada pelo *crash* econômico de 1929. (Ver Veiga 2007). As falências e concordatas dos agricultores foram muito bem retratadas no livro de John Steinbeck (As Vinhas da Ira), escrito em 1939 que virou roteiro de filme dirigido por John Ford, em 1940. É emblemática a observação de David Harvey sobre a temática explorada por Steinbeck. "A expulsão de populações rurais ocorridas durante a *Dust Bowl* (corrida da poeira) dos anos 1930 e a migração em massa dos *"okies"* para a Califórnia foi um violento precursor do longo processo de substituição, nos Estados Unidos, da agropecuária familiar pelo agronegócio. A principal força motriz dessa transição sempre foi o sistema de crédito, porém o aspecto mais relevante é o fato de uma variedade de instituições do Estado, ostensivamente destinadas a proteger a agropecuária familiar, terem desempenhado um papel subversivo ao facilitar a transição que deveriam conter."

modernização, as suas propriedades em pouco tempo estarão sucateados e suas atividades não terão competitividade mínima em relação aos outros agricultores.

Esse movimento contínuo de modernização via reposição de máquinas e equipamentos vão ocorrer em espaços cada vez mais curtos em um processo ininterrupto. Na concepção de Lamarche (1998) foi construído um amplo arranjo entre os representantes dos agricultores, o Estado e o setor industrial que permitiram impor aos agricultores o modelo produtivista sem praticamente nenhuma alternativa. O argumento levantado por Wilkinson (1997) relativiza a responsabilidade da tecnologia, como um dos fatores determinantes para o agravamento das desigualdades sociais entre os diferentes segmentos de produtores rurais. Na visão deste autor há uma relação direta entre as condições de produção da natureza, especialmente, no tocante a fertilidade dos solos e a oferta de mão-de-obra que influenciam na adoção ou não de modelos produtivistas. Conforme Graziano da Silva (1979), um dos elementos causadores dessa exigência, no caso brasileiro de progresso técnico e modernização, foi o encerramento da expansão da fronteira amazônica e da fronteira agrícola do Planalto Central. Este fator exacerbou a necessidade de modernização ainda maior da agricultura, devido à inexistência de terras livres obrigando-a investir em tecnologia de produção, a fim de se credenciar com a capacidade produtiva para atender a demanda de alimentos e de matérias-primas para os complexos agroindustriais, cujos interesses se concentravam na exportação de produtos agropecuários industrializados, para os quais a agricultura familiar é notadamente funcional e se expressa da seguinte forma:

> “É como se o capital tivesse de criar mais terras e o único caminho possível seja o aumento da produtividade por hectare através das tecnologias biológicas: fertilizantes, sementes melhoradas, nova práticas agrícolas. Para que essa modernização pudesse se difundir e ser auto sustentada, isto é não depender de subsídios estatais, a renda do produtor, especialmente do pequeno, precisaria aumentar. A ação do Estado terá que se dirigir não mais apenas como incentivador da produção agropecuária, mas principalmente como disciplinador do uso da terra”. (GRAZIANO DA SILVA, 1979, p. 69).

Neste caso, demonstra que a determinação da modernização expressa na crescente necessidade de tecnificação da produção agrícola tornou a atividade impraticável a milhares de agricultores familiares, para os quais parâmetros de sobrevivência eram ditados pelo mercado. Justifica-se dessa forma, a intervenção do Estado, alocando recursos para minimizar esta tendência. Apesar de a agricultura familiar possuir expressão significativa no cômputo da geração da renda nacional, os investimentos governamentais enfocam muito mais a função como produtora de alimentos do que a capacidade que ela representa para o processo de

acumulação capitalista.A oferta seletiva de crédito que chega através do PRONAF produz situações diferenciadas e demonstra que os agricultores empenham esforços e estratégias em face às condições socioeconômicas da unidade familiar. A inclusão de novos tomadores de crédito em situação econômica fragilizada é um parâmetro de rebaixamento na classificação dos agentes financeiros junto às instituições de crédito especializadas conforme havia sido enfatizado por Abramovay (2002). A questão da espiral de endividamento é um tema que tem sido alvo de constantes negociações entre governo e representantes dos agricultores familiares. A dívida da agricultura familiar está estimada em R$ 13, 41 bilhões (de um total de R$ 87,77 bilhões), distribuídos em 655.000 contratos, representando 15,28% do estoque total das dívidas agrícolas, de acordo com os dados levantados pela Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2008).

Isto tem sido motivo da adoção de critérios para a classificação e ranking das agências do Banco do Brasil, ao adotar critério dos contratos que se encontram inadimplentes. Até 2% faixa verde (sem restrições), de 2 a 4%, faixa amarela (com restrições parciais) e acima de 4%, faixa vermelha (proibição de contratação de novas operações, inclusive mutuários adimplentes). (Exposição da Gerência de Agronegócio do Banco do Brasil (DF), dezembro de 2008). Estes parâmetros visam a excluir os maus pagadores que, neste caso em particular, comprometem inclusive, o acesso ao crédito dos agricultores que mantêm seus financiamentos com os pagamentos em dia. Este fator esclarece uma das causas que leva à concentração do crédito para os agricultores mais abastados e em melhores condições produtivas. Estes agricultores quase sempre são os mais participativos, esclarecidos e criativos e exercem influências em suas comunidades. Abramovay e outros (2007) explicam que as inovações técnicas, organizacionais e mercadológicas tendem a beneficiar os agricultores mais abastados. Aqueles que estão em condições desfavoráveis possuem menores “possibilidades de manobra”, devido, em parte, às deficiências produtivas das suas propriedades, cujas atividades não proporcionam o devido retorno econômico, e fragilizam, inclusive, o autoconsumo, como é constatado nos trabalhos de Gazolla (2004) e Grisa (2007). Nestas condições, parte dos recursos do crédito rural é canalizada para atender a estas necessidades. As observações feitas por Schröder e Souza (2007) enfatizam que é difícil estabelecer separação entre o consumo familiar e os investimentos produtivos dos agricultores, devido à racionalidade na aplicação dos recursos, a qual obedece a estratégias que visam, em primeiro lugar, a assegurar o bem-estar familiar. Uma das formas é a utilização dos recursos do crédito de custeio, que dá margem aos agricultores a fazerem parte dele em reserva estratégica admitida pelos entrevistados, dado que é pequeno o ambiente de manobra.

Vale lembrar que se está falando de recursos ínfimos, mas que para os agricultores são quantias consideráveis, em virtude da margem reduzida de seus ganhos econômicos.

> *O senhor chegou a usar os recursos para outras coisas (compra de terra, bens, pagamento de dívidas)?*
>
> "[...] Se fizer malandragem dá, mas no meu caso, eu tive que apresentar nota né, o dinheiro que eu peguei ia direto prá firma no caso dos investimentos, mas caso dos custeios vinte ou trinta por cento até cinqüenta por cento sobrava e a gente deixava aplicada como reserva"! (I 03, agricultor do grupo C).

Os relatos acima demonstram que os agricultores possuem habilidades para perceber e conhecer e, ao mesmo tempo, decidir, levando em consideração os limites das suas ações com as informações disponíveis, diante dos quadros de incertezas às quais estão submetidos e utilizam os conhecimentos, recursos e relações sociais de que dispõem, como estratégia deliberada na busca de fazer diferença mesmo que isso traga consequências impremeditadas, pelas quais buscam atribuir aos atores sociais a capacidade de poder permitir "fazer a diferença", e possibilitam ao ator "ser capaz de atuar de outro modo", de influenciar o fluxo de ações da vida cotidiana, de acordo com concepções de Giddens (2003).

4.4 O uso dos ativos pelos agricultores

As narrativas em questão revelam que mesmo admitindo não estarem agindo conforme as regras estabelecidas pelo programa, em virtude de este não pressupor a promoção do bem-estar do grupo familiar, os agricultores optam por esta estratégia visando fundamentalmente a promover a estabilidade e o bem-estar da família. Ellis (2000) defende a necessidade de compreender as razões e estratégias de sobrevivência adotada pelos indivíduos, ao referirem que dependem do contexto socioeconômico em que a unidade doméstica está inserida, dos níveis de riscos e dos choques aos quais estão submetidos. A premência das necessidades urgentes os leva a adotar reações pensadas em direção à diversificação e acesso aos ativos e tipos de capitais disponíveis *(livelihood)*, resultantes de escolhas ou adaptação como resposta aos constrangimentos a que estão expostos. Os recursos, inclusive, podem ser utilizados para o provimento das necessidades de saúde e compra emergencial de gêneros alimentícios ou outras emergências. Esta conclusão encontra apoio no seguinte relato do agricultor entrevistado:

> "[...] Olha, às vezes tem de fazer um rancho no supermercado, na cooperativa, sim, mas comida que pode ser produzida é muito pouco, feijão, carne ao menos lá em casa nós temo, mas sempre falta alguma coisa. Mas tem gente que compra tudo até mandioca. Outra vez tive que usar dinheiro pra pagar dívidas sim! Claro que me comprometeu, isso já me aconteceu., ultimamente não. Aí depois, tive que vender um animal pra poder pagar a prestação. Já me aconteceu, mas deixar vencer não adianta, você não vence mais pagar depois, e aí o Banco do Brasil diz que se vence uma e não consegue pagar e perde o crédito". (I 18, agricultor do grupo A).

Percebe-se que os agricultores que tiveram que se utilizar destes recursos para estes fins são aqueles pertencentes aos grupos do PRONAF menos capitalizados (no caso os grupos "A" e "C"), cujas propriedades, por vezes, apresentam problemas de infraestrutura produtiva ou são áreas reduzidas e impróprias para a agricultura, o que compromete a capacidade de produzir volumes que permitam ganhos de escala. Neste caso, o crédito rural isolado encontra dificuldades de romper com a situação de vulnerabilidade dos agricultores, fazendo com que eles saiam de uma condição e migrem para uma condição melhor, o que denota as limitações de promover mudanças substantivas na vida destes agricultores. Assim, logicamente, são dependentes do crédito do PRONAF; sem ele, as condições básicas de sobrevivência ficam ainda mais fragilizadas, o que, nesta situação em particular, funciona como recursos que auxiliam na manutenção da família. O PRONAF, dessa forma está longe de ser uma política pública de desenvolvimento da agricultura familiar, devido aos moldes de uma política de combate à pobreza no meio rural. Esta preocupação está presente na fala da gerência do Banco do Brasil, ao enfatizar que

> "[...] Temos que ver que existem muitos agricultores com idade avançada e os jovens já abandonaram as propriedades. Isso tem trazido uma preocupação para o Banco, e daqui dez anos como vai ser? Demonstra que apenas o crédito não é suficiente, e daí a necessidade da oferta de outras políticas, especialmente que contemple soluções coletivas e acene com geração de renda regular e consigam pagar seus financiamentos e se desenvolverem". (I 01, gerência do Banco do Brasil de Cerro Largo).

Esta situação é reconhecida pela Secretaria Municipal de Agricultura de Salvador das Missões percebendo que os agricultores familiares, encontrando-se em dificuldades para manter a pontualidade do pagamento de suas dívidas, recorrem ao recurso do crédito rural para atender estas finalidades, sobretudo os mais vulneráveis, aqueles que revelam suas deficiências produtivas.

> "A gente vê defasagem na propriedade, a gente vê e sabe do empobrecimento que acaba comprometendo. Se desfaz de uma vaquinha de leite que poderia estar gerando uma renda pra ele, e se desfaz pra pagar uma conta. Infelizmente muitas vezes aquele mais descapitalizado já em maiores dificuldades. Às vezes é uma lavoura que não colabora tanto, uma lavoura mais deficitária e precisaria de repente até um investimento maior pra poder deixar no nível dos demais, pra poder competir de igual pra igual". (I 05, Secretário Municipal de Agricultura).

Deste modo, as necessidades vão requerer aportes contínuos de crédito. Conterato (2004) denominou de "círculo vicioso" o uso sistemático do crédito rural, cujo risco das atividades revela motivações em utilizar com parcimônia os recursos, avaliando e decidindo, onde a reprodução social e material da unidade familiar dá pouca margem de erro. Schneider (2003, p. 97) anota que "[...] as motivações dos indivíduos, de como tomam suas decisões de dispêndio ou investimento ou mesmo sobre os projetos que orientam suas estratégias de busca de alternativas materiais à sua reprodução social". Isto ocorre na medida em que a:

> Reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo, cabe à família e seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução (SCHNEIDER, 2003, p. 109).

A necessidade contínua de renda reduz as alternativas dos agricultores em prover adequadamente as demandas da família, na medida em que a necessidade de renda não é suprida pelas atividades agrícolas, além da penosidade da execução do trabalho. Este é o principal fator de migração dos agricultores familiares de Salvador das Missões em 53,33% da amostra pesquisada, seguida da necessidade de acesso à educação e mercado de trabalho em 33,33%, conforme os dados mostrados na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 - Razões que levam os membros da família a migrar, segundo os agricultores familiares de Salvador das Missões.

Razões que impulsionam a migração	Nº de casos	% sobre os válidos
Baixa remuneração e dificuldade do trabalho agrícola	8	53,33
Acesso à educação e mercado de trabalho	5	33,33
Questões ligadas à saúde	1	6,67
Outros	1	6,67
Total	15	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

Além disso, o processo produtivo encontra-se dependente da injeção regular de recursos, mas nem sempre existe esta possibilidade, e quando isso ocorre, parte dos recursos

vai para cobrir despesas emergenciais, ao passo que os agricultores mais capitalizados transformam estas circunstâncias em oportunidades. Este fator se viabiliza em virtude destes agricultores terem condições socioeconômicas mais vantajosas que lhes permitam constituir outros parâmetros diferenciados de seus produtos na relação com o mercado, tema desenvolvido na próxima seção.

4.5 A necessidade de inserção mercantil da agricultura familiar

O mercado não pode ser uma novidade para os agricultores, de alguma forma eles o praticam buscando preencher as suas necessidades daquilo que não produzem e vender os excedentes comercializando com alguém, estabelecendo, dessa forma, relações de troca com pessoas fora de seus vínculos cotidianos. As estruturas de mercado há muito sepultaram a visão da literatura econômica neoclássica de ser um mero formador de preços.

Modernamente as relações de mercado são estudadas como estruturas socialmente construídas. Para Abramovay (2004)

> O estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social. (p. 36).

Esta premissa justifica o surgimento da Sociologia Econômica, cuja função é conceber os mercados como resultantes de interação social de convivência que não se reduzem apenas às trocas mercantis esporádicas e causais. Mesmo em ambientes onde imperam interesses contraditórios, é possível construir formas de cooperação transformadas em “habilidades sociais” *(social skills)*, conforme o conceito desenvolvido por Fligstein (2001a, 2001b). Bittencourt e Abramovay (2001) chamaram-na de a “construção social da confiança” entre dois contenciosos e vai exigir algum tipo da construção de relações de reciprocidade, segundo as premissas de Sabourin (2003), entre os atores envolvidos na dinâmica das trocas comerciais. O mercado é, por consequência, um fenômeno cultural, pois tem a virtude de mudar o comportamento dos atores e pode ser caracterizado como uma das expressões da mercantilização da agricultura, ao se constituir como principal indutor e potencializador organizativo das unidades familiares de produção que orientam, inclusive, as formas de reprodução social (GAZOLLA, 2004, 2006). Niederle (2007) postula que a necessidade de se

relacionar e abrir mercados para os produtos da agricultura familiar ocasionou uma reorganização das unidades produtivas, alterou os modos de viver no meio rural e exerceu influências nas relações comunitárias e na vida das instituições sociais.

Essas transformações monetarizaram as relações sociais entre os agricultores familiares, em virtude da necessidade de produzir mercadorias para obter o poder de consumir mercadorias, na análise expressa por Perondi (2007), argumentando que o mercado produziu mudanças nas representações sociais, a contar pela introdução e exacerbação do espírito de competição entre os agricultores. Abramovay (1992, p. 105) argumenta que "[...] o mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por ai solapa suas possibilidades de reprodução social". A monetarização é o processo que orienta os desejos dos agricultores, qual seja a premência de produzir dinheiro, na crença de que isso seja um quesito indispensável para a manutenção da família e dos ativos produtivos que subliminarmente sugerem a inclusão através do consumo, como forma de compensação pelo trabalho social realizado na produção de alimentos. Ou seja, é a situação em que a integração social e econômica se dá pelas trocas de bens e mercadorias mediadas pelo papel-moeda – o dinheiro. Gorz (2007) denomina de "consumo compensatório", para qual o objetivo principal não é a busca de bens e serviços mercantis como compensação pelo trabalho funcional, o que se deseja obter é o trabalho funcional para conseguir pagar o dispêndio das mercadorias. Este mecanismo socializa os indivíduos por meio do consumo.

A inserção nos mercados tem sido a busca constante dos agricultores familiares e também foco de interesse das políticas públicas para a agricultura familiar, como estratégias para promover a viabilização das unidades familiares. Esta concepção de mundo exige a adoção da racionalidade de competição e transforma os agricultores concorrentes entre si, na busca de eficiência produtiva e demanda a apreensão de novas habilidades administrativas e gerenciais, por vezes, inacessível a uma parcela considerável de agricultores. O mercado exige arrojo em arriscar-se em empreendimentos inovadores, característica daqueles que saem na frente dos demais chamados de *early bird farmer* (inovadores) por Veiga (1992). Não obstante, esta não é a opção desejada por 32,8% dos agricultores familiares da amostra pesquisada em Salvador das Missões, conforme o exposto na Tabela 4.2, que preferem continuar fazendo o mesmo que estão fazendo e esperar a crise passar, confirmado pelos agricultores entrevistados:

> "[...] Nós ficamos no tradicional porque a EMATER já tem elaborado e pronto tanto prá milho e soja, né, ou trigo, e tem o investimento que no caso,

> ele já vem destinando o dinheiro do PRONAF prá tal". (I 02, agricultor do grupo C).
>
> "[...] Por enquanto, não, não dá arriscar muito, não dá pra pular pro outro galho às vezes quebra"! (I 15, agricultor do grupo C).

Esta opção é referendada pelo técnico da extensão rural, conforme relato:"[...] Estamos mais presos nas culturas e criações tradicionais. É evidente que o pessoal prefere isto pela própria segurança porque sabe que tem comércio" (I 04, técnico da extensão rural). A amostra da Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003) indica que 41,4% deles acreditam ser necessário aperfeiçoamento tecnológico, a visando melhorar os processos produtivos, conforme os dados da Tabela 4.2, como uma das estratégias possíveis para se adequar às exigências do mercado.

Tabela 4.2 – Expectativas dos agricultores familiares de Salvador das Missões em relação à capacidade da agricultura em caso do deteriorização dos níveis de renda (%).

Estratégias	Nº de casos	Salvador das Missões
Buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção	24	41,4
Continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe	19	32,8
Procurar emprego em uma atividade não-agrícola, sem vender a terra	10	17,2
Não sabe/sem resposta	3	5,2
Deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra	2	3,4
Total	58	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

Este fator é agravado pela desconexão com outras políticas, o que compromete a viabilidade dos projetos, especialmente da assistência técnica que, apesar de estar presente na maioria das propriedades de Salvador das Missões, transforma os projetos em formalidade burocrática de acesso ao crédito, tema que será detalhado no capítulo cinco desta dissertação. Dessa forma, torna-se duvidosa a capacidade de devolver os recursos tomados que evidenciam a fragilidade de tornar os empreendimentos econômica e socialmente sustentáveis, o que força os agricultores a criarem alternativas para transformar suas iniciativas capazes de gerar renda mesmo que signifique atuar, inclusive, à margem da legislação existente, conforme a narrativa da entrevistada:

> "[...] Nós estamos conseguindo fazer alguma coisa dentro da ilegalidade, né, porque hoje nós estamos vendendo muito bem, tem um mercado fantástico e promissor pra o frango caipira aqui na região, mas não temos ainda o abatedouro, e o PRONAF Agroindústria é a linha de crédito criada para isto, mas está distante da nossa capacidade de pagamento, então estamos na ilegalidade do sistema brasileiro de inspeção sanitária. Nós estamos conseguindo ter renda, ter retorno e sobreviver e conseguir pagar as contas

> em dia, mas dentro dessa realidade, que prá nós ela pesa, né, porque nós gostaríamos de estar dentro de um sistema que é o CISPOA ou o SIM (Serviço de Inspeção Municipal). O PRONAF ta muito na lógica de produzir matéria prima, mas prá agregar valor, eu preciso pagar um pra ter acesso a outro, e depende muito se eu tiver capacidade de pagamento, no meu caso eu não tenho acesso pra melhorar meu processo produtivo que é pequeno e não comporta grande estrutura como no caso do abatedouro". (I 11, agricultora do grupo A, assentada pelo PNCF).

A entrevistada ainda referiu qual foi a estratégia adotada para encontrar uma saída e elaborar um projeto visando a alocar os recursos do crédito de forma a indicar possibilidade de obter sucesso no empreendimento. Este movimento revela a capacidade de escolher e decidir dos agricultores em face aos conhecimentos acumulados e conjugados com as condições materiais disponíveis que possuem, mas que também expõem a tentativa de adequação em um quadro de agricultura mercantilizada que busca produzir para o mercado visando ao lucro ou ao retorno máximo (LONG, 1982), como uma das táticas adotadas para a manutenção e reprodução da unidade familiar e demonstrando a necessidade de ingresso de dinheiro a partir dos recursos oriundos do PRONAF. Este pode se constituir em suporte de projetos que potencializam a vocação produtiva dos agricultores naquilo que eles demonstram habilidade em desenvolver. A agricultora entrevistada relata esta experiência:

> [...] Nós tivemos a possibilidade de elaborar o nosso projeto porque o Rodrigo (marido) é técnico em agropecuária e pela vivência que temos de dias de campo e cursos que fizemos, nós elaboramos o projeto de acordo com a nossa proposta produtiva que é um sistema integrado entre avicultura e horticultura. Nós decidimos onde queremos aplicar os recursos, nós estamos financiando naquilo que estamos dispostos e sabemos trabalhar. (I 11, agricultora do grupo A, assentada pelo PNCF).

O relato acima revela a necessidade dos candidatos ao crédito possuírem capacidade de questionar a condução de elaboração dos projetos produtivos sem o aproveitamento das suas habilidades, a fim de evitar que o projeto se transforme em uma peça burocrática da proposta de crédito rural. Entretanto, a sobrevivência no mercado, tendo a agricultura como meio de renda, é um jogo perigoso para o qual nem sempre os agricultores estão preparados, especialmente, diante da conjuntura onde as políticas de proteção para atividades e para os investimentos realizados são escassos e onde os riscos são permanentes. A realidade indica que as transformações do mundo social exigem competitividade que nem sempre é disponível a todos os agricultores, especialmente por operar com limitações que fogem das suas possibilidades de controle. Chalita (2006) acrescenta que

> Esse consenso transfere o sucesso de uns ou insucesso de outros da esfera das regras formais dadas pela regularidade do funcionamento dos mercados e de suas normas para a esfera privada ou individual, recriando o indivíduo competitivo e interativo. (p. 136).

A narrativa do agricultor entrevistado a seguir reafirma claramente essas fragilidades e deixa explícita a reduzida margem de manobra, mesmo para os agricultores em melhores condições financeiras e enfatiza a necessidade de políticas que acenem com mecanismo de garantia de renda, dado que a lógica mercantil não se aplica adequadamente ao universo da agricultura familiar, quando trata da segurança dos investimentos realizados, em virtude de operar em mercados imperfeitos.

> "[...] Meu Deus! Daí nós fiquemo lá um mês pensando, e ela (esposa) tava contra, só que o preço do soja tava bom, fizemo os cálculo, olha vamos pagar fácil, com um pouco de reserva que nós tinha, mas foi só entrar na dívida e financiar o trator e veio três ano de seca, três ano de seca, e o soja ó: de 52 real foi lá prá 23, caiu lá em baixo, meu, fiquemo quase loco"! (I 16, agricultor do grupo D).

Entretanto, o acesso aos mercados e ao intercâmbio econômico e mercantil é considerado por Veiga (2008) como um exercício fundamental para a vida social dos indivíduos. É um ponto fundamental para viabilizar os agricultores familiares, segundo a visão de Buainain e Souza Filho (2006). A constante prioridade de dinheiro, reflexo da sociedade cada vez mais mediada pela sua circulação repercute em mudanças na visão de mundo dos agricultores na medida em que "[...] a necessidade de dinheiro para trabalhar a terra, para produzir e consumir levou a que houvesse uma conexão mais precisa do colono com os produtos de maior aceitação comercial." (TEDESCO, 1999, p. 131). Nesta mesma direção é muito precisa a observação de Cândido (2003), ao analisar as influências de monetarização na vida dos caipiras paulistas de Bofete, ainda em 1948:

> A uma fase em que o dinheiro é quase ausente desta, (economia doméstica) sucede outra em que assume vulto cada vez mais poderoso, pelo incremento da compra e venda. O consumo de bens produzidos *in loco*; a troca de bens e serviço, todo o ritmo tradicional de vida, em suma, condicionavam um comportamento econômico por assim dizer *instintivo,* onde o cálculo, no sentido estrito, inexistia praticamente. A situação atual impõe um mínimo de racionalidade, manifestada pela previsão, a ordenação (por embrionária que seja) duma receita e duma despesa, pois a avaliação monetária se estende a setores cada vez mais numerosos. (p. 211, grifos do autor).

Os produtos agrícolas são a moeda de troca dos agricultores que serão comercializados

com o objetivo destes em prover manutenção e capacidade reprodutiva dos agricultores, entretanto, o aumento dos custos de produção com a estagnação ou quedas dos preços agrícolas deteriora rapidamente a renda dos agricultores, expondo-os a situações de insolvência. Naves (2008) anota que os agricultores familiares com restrição de recursos estabelecem relações restritas e subalternas com o mercado, uma vez que a principal vocação dos agricultores concentra-se na produção e possuem poucos conhecimentos dos processos e regras que regem a comercialização. Dessa forma, ficam à mercê dos atravessadores, razão pela qual comprimem as poucas rendas que conseguem gerar. Esta dificuldade é potencializada pela precariedade de políticas públicas de apoio, devido, em parte, à aposta do Estado em optar pela regulação das leis do mercado. Esta opção é criticada pelo agricultor, em entrevista para este trabalho, ao afirmar que

> "[...] precisamos ter preços melhores, para soja, milho, leite, trigo, o trigo hoje do jeito que tá não tem como produzir, não tem como plantar, esses preços é ruim. Alguém tem de cobrir nossos prejuízos e garantir nossa renda, se nós não plantá a cidade não come". (I 12, agricultor do grupo D).

Os agricultores operam em mercados imperfeitos, segundo Garcia-Parpet (2003), onde há muitos produtores ofertando produtos e poucos compradores e por apresentarem baixos custos de transação, possibilitam aos agricultores pobres acessá-los. Os agricultores familiares não possuem força suficiente para influenciar na formação dos preços dos seus produtos ante a premência de vendê-los, pois, quase sempre, atuam de forma atomizada, condicionados pela necessidade de dinheiro, ou pela impossibilidade de armazená-los, ficando à mercê dos preços pagos pelos compradores. A utilização regular de financiamento para a execução das atividades agrícolas apresenta um lado perverso, na medida em que os agricultores têm de vender a produção, quase sempre no mesmo período (o que resulta em excesso de oferta), muitas vezes, para quitar os financiamentos contraídos. As possibilidades de trocas mercantis, na maioria das vezes não são favoráveis aos agricultores familiares. Nestes encontros há uma deliberada relação desigual de poder, onde os agricultores não possuem ferramentas adequadas para se defender e, portanto, envolvem formas permanentes de disputa entre diferentes grupos sociais em torno da sua dominação. Naves (2008) alerta para o contínuo grau de dependência, ao estudar os agricultores familiares na Zona da Mata de Minas Gerais, mesmo quando eles criam suas estratégias de inserção ao mercado, ao afirmar que

> "[...] mesmo quando os agricultores familiares tentam desenvolver alternativas próprias para enfrentar seus problemas, criando o que se pode

> chamar de novo repertório de possibilidades e oportunidades em relação àquelas que já existem, ainda assim correm os riscos de terem este mesmo repertório apropriado pelo atores que dominam os espaços ou instâncias nos quais pretendem se inserir". (p. 168).

O que está posto é o processo de transformação do agricultor familiar em empreendedor e comerciante voltado para o lucro preconizado pela lógica do mercado, como regra básica de sobrevivência e da integração mercantil que vai exigir planejamento, profissionalização e a combinação entre eficiência técnica e eficiência econômica [8] onde os mecanismos creditícios têm relevante importância no intuito de modificar as bases produtivas e organizativas do trabalho dos agricultores, visando transformá-los em empreendedores que visam retorno econômico. Abramovay (1992, p.127) relata "[...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho". E acrescenta que "[...] o mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista", e segue: "[...] A competição e a eficiência convertem-se em normas e condição de reprodução social" (127).

Dessa forma, podemos aludir que os recursos carreados através do PRONAF converteram-se em uma esteira de transferência de recursos públicos para os agricultores familiares cujas formas de utilização refletem a diferenciação social e produtiva, onde os agricultores melhor estruturados conseguem fazer dos recursos um dos elementos que potencializam os empreendimentos financiados com infraestrutura e tecnologia de produção. Este processo permite ampliar o aproveitamento das condições de produtividade das suas terras, inclusive com comercialização mais vantajosa, que possibilita constituir um fundo de reserva que lhes possibilita, até mesmo, a ampliação patrimonial. Ao passo que para os agricultores familiares em condições produtivas precárias, os recursos transformam-se em verbas de manutenção da unidade familiar, sem, contudo, alterar as bases organizativas e produtivas que admitam uma integração razoável aos mercados, como uma das estratégias possíveis para a promoção do desenvolvimento destas unidades. Em ambos os casos, haverá a necessidade contínua de aporte de investimentos, especialização e profissionalização produtiva. O teor das falas dos agricultores entrevistados atesta esta necessidade:

---

[8] "*Eficiência econômica* é um conceito bem determinado na microeconomia: trata-se da capacidade de utilizar os fatores produtivos de maneira a encontrar a maior quantidade possível de produtos e também (sem o que não há eficiência) escolher entre os fatores – por definição – escassos, aqueles que correspondam ao menor preço e/ou que propiciem maior renda." (ABRAMOVAY, 1992, p. 83, grifo do autor).

> *O senhor acha que os recursos do PRONAF funcionam melhor para os agricultores em melhores condições?*
>
> "[...] Prá sobreviver no interior tem que ter também uma certa competência e isso vale prá qualquer lugar. A propriedade tem que ser encarada como uma empresa, né, tem que funcionar, tem que ter tudo na ponta da caneta. Quem não faz isso tá condenado a se quebrar". (I 06, agricultor do grupo D).
>
> "[...] Eu acho que sim, tu acredita e é verdade, vou te dizer que muito colono chora diz que tá mal, eu digo que não chora, trabalhe e cuide bem das coisas e aprenda que não é tão difícil assim, cada dia tá ficando mais apertado, aquele que não cuida vai mal. Hoje em dia todo o agricultor tem que saber avançar, senão ele perde, e perde a terra, e daí ele perde tudo". (I 12, agricultor do grupo D).

Esta interpretação vai ao encontro das concepções de Wanderley (2003, p. 46), ao concluir que "[...] o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade [...]", fazendo referência à insuficiência dos saberes tradicionais em garantir a reprodução social. Dessa forma, a inabilidade em utilizar os recursos disponíveis (crédito, tecnologia, mercados, etc.) pode se constituir em um elemento que deteriora ainda mais as condições de fragilidade dos agricultores familiares, notadamente aqueles que margeiam e coabitam com a exclusão social. Mesmo que os recursos possam parecer, por vezes irrisórios, este objetivo é comprometido, em parte, dado que a estratégia utilizada se ateve à oferta de crédito rural.

Esta política veio desacompanhada da integração necessária entre outras políticas complementares para o desenvolvimento e consolidação da agricultura familiar. Olalde (2005) argumenta que a assistência técnica considerada fundamental para qualificar a aplicação dos recursos ainda está presa às culturas tradicionais que geraram padronização dos projetos (o conhecido copiar e colar). Outra deficiência levantada pela autora é a ausência de estruturas de comercialização, a fim de proporcionar possibilidade de mercado aos agricultores, como estratégia de geração de renda, considerada como um dos fatores que inviabiliza o sucesso dos projetos financiados. Pode-se admitir que parte das dificuldades dos agricultores brasileiros e, de forma especial dos agricultores familiares que contribuem para a fragilização da situação socioeconômica é a ausência de instrumentos adequados de política agrícola de médio e longo prazo. Isto vai exigir a intervenção sistemática do Estado, visando à solução de problemas pontuais. Entretanto, ainda não se conseguiu criar um ambiente político institucional que ultrapasse o reducionismo expresso anualmente nos "planos safras" e elaborar a "política agrícola" com horizonte ampliado, a fim de transformar a agricultura familiar em âncora para

um projeto de desenvolvimentos para o país. Navarro (2001) preconiza que parte dos limites dessa problemática pode estar relacionada com a extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil que, nas últimas décadas, exacerbaram o processo de diferenciação, promovendo e ampliando as desigualdades regionais, quando algumas regiões tiveram a potencialização das suas vocações produtivas e tecnológicas, enquanto outras estagnaram ou recrudesceram, negando as condições objetivas para promover o desenvolvimento, e ainda reproduzem os padrões arcaicos de institucionalidade, como fruto e consolidação do projeto político que dificulta a ruptura para a construção de uma nova ordem social.

O desafio posto é promover mudanças sociais e estruturais que sejam capitalizadas por uma parcela de agricultores (mais fragilizados) que, mesmo sendo alvo de políticas públicas, não internalizam condições de transformações sociais que os levem a sair da situação de pobreza e os auxiliem a superar as dificuldades e dependências a que estão expostos, acumulando, dessa forma, possibilidades e capacidades suficientes para romper os obstáculos e contradições que os impedem de construir o mínimo social essencial para a sobrevivência e a emancipação socioeconômica. Desse modo, cabe indagar onde estão os impedimentos que bloqueiam a capacidade de muitos agricultores familiares a saírem do círculo vicioso da pobreza? Castel (1998) oferece uma explicação, ao enfatizar que a pobreza pode ser o resultado do processo da coesão social, como consequência resultante das contradições dos princípios da organização política, econômica e social, à qual chamou de área de "desfiliação social"[9]. O próximo capítulo trata das questões da mediação e das estratégias que os agricultores adotam na tentativa de atender às necessidades mais urgentes, as motivações geradoras das suas ações, visando a buscar a preservação de seus estilos de vida à luz da teoria social da agência humana e da perspectiva orientada aos atores, como marco analítico e teórico. É fato que os agricultores familiares, apesar das dificuldades, têm desenvolvido, ao longo dos tempos, suas próprias estratégias para produzir os meios de subsistência que já estão prontos e disponíveis, assim como as necessárias e adequadas formas para reproduzi-los que possibilitam garantir sua sobrevivência e reprodução social.

---

[9] Castel (1998) enfatiza a existência de riscos de "desfiliação social", quando o conjunto das relações sociais de proximidade que mantêm os indivíduos sobre sua base territorial, é também, por extensão, sua base familiar e social que apresenta falhas e constrangimentos ou dificulta, ou até mesmo impede a reprodução de sua existência e a capacidade de assegurar sua proteção (CASTEL, 1998).

5 O PRONAF, O PAPEL DOS MEDIADORES TÉCNICOS E POLÍTICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O capítulo analisa a atuação dos mediadores (técnicos e políticos) referente à elaboração de projetos através dos quais se dá a alocação dos recursos do PRONAF, tendo como hipótese-guia se o ambiente institucional expresso nas intervenções dos mediadores técnicos e políticos por meio dos projetos financiados ampliam as condições de fortalecimento e de reprodução social dos agricultores familiares. Neste capítulo, abordam-se as estratégias que os agricultores adotam na tentativa de atender às necessidades, suas motivações na preservação de seus estilos de vida, o aproveitamento das oportunidades, especialmente aquelas relacionadas à utilização dos recursos do crédito rural, objetivando extrair deles a capacidade em atender a demanda de reprodução social e material.

A primeira seção discorre sobre o conceito, atribuições e funções dos mediadores, buscando nas intervenções da assistência técnica e extensão rural e das lideranças sindicais constituídas desvelar as relações destes com os agricultores familiares, no tocante à formulação dos projetos para onde estão sendo canalizados os recursos dos custeios e investimentos através dos projetos financiados. Na segunda, o tema abordado versa sobre o exercício da alteridade dos mediadores técnicos e políticos, ao estabelecer interfaces com os agricultores. A terceira seção destina-se ao debate dos papéis assumidos e desempenhados pelos mediadores técnicos e políticos na aplicação dos recursos do PRONAF traduzido sob a forma dos projetos de financiamentos elaborados.

Foram utilizados os dados quantitativos compilados pela Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003) referentes a Salvador das Missões, além das entrevistas com agricultores familiares, dirigentes do STR, técnicos da EMATER e agentes financeiros que auxiliam na operacionalização e elaboração dos projetos de financiamento do PRONAF no município.

5.1 Conceitos e atribuições

O foco de interesse tratado nesta seção são algumas das influências das instituições

públicas, privadas e organizações não-governamentais que se firmam e se legitimam a partir de estratégias de mediação técnica e política, com objetivo de vencer as dificuldades políticas e históricas e transformar as explorações da agricultura familiar em agentes geradores de desenvolvimento. Uma das expressões do trabalho dos mediadores técnicos e políticos é o desejo de transformar as populações rurais em agentes econômicos competentes, a partir da melhoria das condições produtivas e materiais, a fim de viabilizar a inserção destes aos mercados, por meio dos projetos financiados pelo PRONAF. Também se busca dar visibilidade política à agricultura familiar, como categoria social emergente a figurar no cenário da sociedade brasileira, a fim de caracterizar que no Brasil existem efetivamente dois tipos de agricultura que produziu inclusive aparelhos estatais e burocráticos distintos, com orçamentos, administrações e projetos separados.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trata do agronegócio empresarial exportador que administra 80% dos recursos do orçamento da política agrícola (R$ 58 bilhões para safra 2007/2008). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como meta a operacionalização das questões relativas ao ordenamento fundiário, desenvolvimento territorial, reforma agrária e da agricultura familiar, com os 20% restantes (R$ 12 bilhões). Os mediadores técnicos e políticos são atores importantes na operacionalização das políticas públicas no meio rural, especialmente para a efetivação do PRONAF, no tocante a elaboração, execução e avaliação dos projetos produtivos, visando a traduzir os anseios e desejos dos agricultores familiares que possam indicar sustentabilidade econômica para atender as necessidades básicas das famílias e gerar oportunidades de inserção socioeconômicas aos agricultores familiares. Os mediadores para este estudo são representados pelos dirigentes sindicais, técnicos da EMATER, funcionários dos agentes financeiros e da prefeitura que tem uma relação direta no circuito das operações do PRONAF. Estes atores apresentam-se como aliados, trazendo consigo um arsenal de metodologias de intervenção construídas para fins diversos, que buscam no limite transformar a vida dos mediados. Neves (2008) preconiza que a mediação é a condição *sine qua non* para construção e reconstrução da vida social, pela qual o comportamento dos indivíduos é o resultado da compreensão pré-simbólica do mundo social, mas, que implica no tácito reconhecimento dos significados produzidos.

Para a feitura desta dissertação, optou-se por denominar mediadores técnicos e políticos separadamente, com o objetivo de tornar mais precisas as funções de cada um deles, quais sejam: a influência exercida na alocação dos recursos do crédito rural expressos nos projetos que canalizam os recursos oriundos do PRONAF. Os mediadores técnicos

representados, especialmente, da EMATER, da prefeitura, dos agentes financeiros, cuja função está relacionada com a elaboração e análise dos projetos técnicos produtivos na aplicação dos recursos do PRONAF, devem apoiar os agricultores com o suporte técnico na execução e desenvolvimento dos projetos financiados. Os mediadores políticos são representados pelas lideranças e dirigentes sindicais que agem nos processos de organização dos agricultores, na veiculação das informações gerais do programa e fazem a mediação prioritária entre os agricultores e as esferas públicas no encaminhamento das demandas de políticas públicas para o segmento. A opção pela agricultura familiar como público principal foi traduzida por Favareto e Bittencourt (2001), ao sugerirem que

> ”[...] o discurso sindical passa a privilegiar a promoção de um desenvolvimento rural em novas bases, a partir do fortalecimento de um de seus agentes, a agricultura de base familiar. Trata-se, então, de buscar as alternativas dentro do quadro vigente, transformando-o”. (p. 387).

Assim sendo, os STRs supostamente assumiram papel relevante na busca de alternativas (a começar pelo crédito diferenciado), e mais do que isso, auxiliar na execução e controle social das políticas construídas. Esse é o mote que confere aos STRs um papel relevante no âmbito do PRONAF, não apenas para operar o crédito através do enquadramento da DAP, mas para discutir com os agricultores familiares amparados pela assistência técnica de que forma aproveitar melhor os recursos através dos projetos financiados. A CONTAG (2001) instigou seus dirigentes sindicais a assumirem para si a missão de criar condições propícias de organização, para que o maior número possível de agricultores familiares possa acessar os recursos do programa. Dessa forma, acredita-se ser fundamental para a execução deste estudo uma reflexão mais detalhada dos mediadores técnicos e políticos, visando a desvelar se eles efetivamente exercem influências na elaboração dos projetos, problematizando com os agricultores familiares a extensão e os limites da viabilidade dos empreendimentos financiados pelo PRONAF.

Martins (2000) preconiza que os agentes de mediação estão relacionados a grupos e instituições desvinculadas do Estado que atuaram na viabilização do protesto indígena, camponês no encaminhamento de demandas que caracterizaram os movimentos sociais do campo, nos anos 80 e 90. Destacaram-se na defesa do direito ao trabalho, enfatizando a luta dos trabalhadores na preservação dos modos de vida, por julgá-los negligenciados e ameaçados. Wolf (2003) chama-os de “intermediários”, cuja capacidade é atuar como interlocutores entre aqueles que desejam melhorar suas condições de vida e as instâncias que

detêm os recursos materiais, humanos e simbólicos supostamente capazes de atender a estas demandas. Dessa forma, o conceito de mediadores está associado a indivíduos detentores de capitais (simbólicos, culturais, políticos, sociais), aliado ao poder instituído por uma determinada instituição que se arvora de legitimidade para encaminhar negociações que visem a soluções de conflitos entre grupos com interesses distintos, cujas ações se caracterizam por privilegiar os interesses coletivos (OLIVEIRA, 2004). Estas estratégias nem sempre são aceitas pelos agricultores e por vezes são contrárias à índole e lógica individualista. Gerhardt (2002) inclui entre os mediadores as lideranças sindicais, os atravessadores, os donos de entrepostos comerciais e pesquisadores, enfatizando que os mediadores não apenas fazem o papel de ligação entre as partes, mas interpretam os anseios e traduzem os discursos daqueles que se dizem porta-vozes.

De Sardan (1995), por sua vez, apregoa que os mediadores (agentes de desenvolvimento) por vezes fazem o papel de divulgadores, missionários, propagandistas, animadores, portadores e intérpretes de mensagens técnicas (procedentes do discurso científico cosmopolita) que são inseridas em um sistema de significações próprias a uma população rural específica. O autor ainda aponta que os agentes de desenvolvimento possuem duplo papel; um deles é servir de porta-vozes de conhecimentos técnico-cientítificos e o outro é mediar a relação com os conhecimentos populares que, na verdade, segundo o autor, não ocorre, pois, na prática, o conhecimento técnico do agente prepondera sobre os demais, dado que os mediados não possuem o domínio da linguagem dos projetos.

Neves (1998, 2006) enfatiza que os mediadores constroem as representações sociais dos mundos que objetivam conectar e destaca que os mediadores consideram-se portadores do papel de educadores, enquanto transformadores de comportamentos e visões de mundo dos agricultores. Ao fazer a ligação entre estas dimensões, atuam no campo da alteridade, tema que será tratado a seguir nesta dissertação. Considerando nossa experiência acumulada por mais de uma década acompanhando a trajetória do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)[1], podemos aventar que os dirigentes sindicais apresentam-se como os principais portadores e tradutores dos anseios dos agricultores familiares. Contudo, é necessário salientar que esta realidade está em constantes mudanças, potencializada com a entrada de novos mediadores no meio rural, além da possibilidade de acesso a informações por outras fontes, especialmente, da mídia. Mesmo assim, o MSTTR tem conseguido realizar

[1] Trabalhos de assessoria na área de política agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, com atuação no âmbito do crédito rural, formação sindical, serviços de apoio e consultoria para as discussões de temas ambientais, desenvolvimento rural e das cadeias produtivas.

grandes mobilizações de massa, como a Marcha das Margaridas e o Grito da Terra Brasil que há quinze anos movimenta milhares de agricultores, obtendo avanços para a agricultura familiar. Estas mobilizações foram o suporte político que deu origem ao surgimento de inúmeras políticas públicas para atender às necessidades da agricultura familiar. Entretanto, apesar das conquistas, é necessário promover as inovações produtivas e organizativas insistentemente apregoadas por Abramovay (2005), em virtude de que há um movimento de contínuo questionamento dos mediadores tradicionais devido, em parte, que muitos dos agricultores hoje representados não são mais os mesmos de vinte anos passados e por conta das profundas transformações sociais que vêm acorrendo no meio rural.

5.2 Os mediadores e o exercício no campo da alteridade

Os mediadores estabelecem relações desiguais com os mediados (agricultores) na medida em que estes necessitam dos recursos econômicos e simbólicos que, por vezes só podem ser acessados através das suas ações para o encaminhamento das suas demandas, em virtude da necessidade de representação na esfera política levada a efeito, neste caso, pelos mediadores políticos. Aos mediadores técnicos cabe o poder de elaborar e definir os projetos, e muitas vezes também têm seu papel "engessado" pelas diretrizes das políticas públicas que não permitem flexibilização, exatamente por uniformizar a realidade do meio rural expresso nas políticas públicas. A esse respeito, os trabalhos de Neves (1997, 2008) enfatizam que estes fatores são argumentos que dão origem às críticas às imposições advindas dos porta-vozes de outras instituições estatais, particularmente aos mecanismos normativos e instruções gerais dos programas que visam à avaliação de metas. O processo de mediação apresenta vários aspectos contraditórios entre mediadores e mediados na busca da construção de um novo caminho para um novo saber. É um processo complexo que, ao mesmo tempo, desqualifica o individualismo e o conservadorismo dos agricultores familiares valorizando-os, por serem o *locus* que guarda os aspectos da cultura, e ponto de partida de onde nascem as necessidades e proposições dos mediados. Neste sentido, Neves (1998) anota que

> "[...] uma das ações elementares da mobilização necessária à construção do projeto de mudança. A relação estabelecida entre mediados e mediadores, é subjetiva, e naturalmente contraditória de posição social é desnaturalização - pela desqualificação - dos modos anteriores de integração ou afiliação dos mediados". (p. 157).

É um processo que deve ser constantemente gerido e administrado, uma vez que as contradições não podem ser superadas plenamente (VANDERLINDE, 2005). O papel da mediação implica em atuar inevitavelmente no campo da alteridade. A esse respeito, Todorov (1996) enfatiza três dimensões analíticas utilizadas pelos mediadores na tentativa de dar conta da realidade: a dimensão axiológica, que reporta ao julgamento valorativo (bom ou mau) que, muitas vezes, induz os mediadores a se manifestarem como superiores ao grupo mediado, a praxiológica, que está conectada com a ação ou de distanciamento em relação ao outro (neutralidade ou indiferença) e, ainda, a dimensão epistemológica, a qual se refere ao ato de conhecer ou julgar a identidade do outro. A construção dos discursos dos mediadores políticos expressa de alguma forma a reprodução do poder constituído e a eles atribuído. Neste sentido D'Incao e Roy (1995) anotam que os discursos manifestam-se como expressão: a) discurso militante que enfatiza a defesa da causa em detrimento dos representados; b) expressão do discurso da ajuda aos incapazes ou assistidos que, neste caso, expressa dominação em busca de favor ou subserviência dos mediados; c) expressões de camadaragem, traduzidas como sinais de cumplicidade e oportunismo; d) discurso de não-militantes, que aborda as vantagens das soluções coletivas sem o compromisso das obrigações individuais e, e) discurso dos dependentes ou assistidos, vistos como alienação e oportunismo.

Na reflexão sobre estes discursos, os autores, ao fazerem uma análise das suas próprias intervenções, parecem indicar que um dos maiores desafios postos ao trabalho dos mediadores técnicos e políticos é o de tentar evitar ser mais uma expressão da vontade dos "senhores", ou dos "dominadores", figuras estas que justamente procuravam combatê-los. Isto posto, fica evidente a posição de superioridade atribuída aos mediadores, e remete a necessária reflexão sobre a idéia da sua suposta neutralidade ou imparcialidade. No limite, acredita-se que eles influenciam a tomada de decisões, dado que os agricultores familiares acreditam serem eles possuidores de uma visão ampliada da realidade, em virtude do acúmulo de conhecimentos formais que, nestes termos, pode sedimentar ou dar origem a uma relação patrão/cliente ao criar ou fortalecer laços de dependência. Esta postura não leva em conta as percepções que os mediados têm sobre a realidade em que vivem, nem tampouco, o reconhecimento de suas trajetórias, práticas sociais e valores culturais que, quando negligenciadas, podem ser utilizadas por estes como estratégias de boicote e resistência às influências externas, como forma de preservar seus modos de vida e suas identidades culturais. A respeito das intervenções vindas de fora, de Ploeg (1992) já alertara a respeito da ineficácia destas, ao reforçar o enfoque da homogeneização (especialmente aquelas levadas a efeito pelas políticas públicas) que insistem em não considerar a heterogeneidade e diversidade da realidade do

meio rural, e em não dar voz aos atores sociais. A mediação tutorial, segundo Alencar (1990), é definida como sendo aquela em que o mediador situa a comunidade como sendo uma unidade homogênea, identifica os problemas e propõe alternativas para solucioná-los, geralmente embasadas no conhecimento técnico especializado, negando o papel de ator aos mediados. Na intervenção participativa, a visão da comunidade é heterogênea e, neste caso, o mediador atua como facilitador na identificação dos problemas e também das possíveis soluções com a ajuda dos mediados, incentivando e primando pela participação da comunidade (ALENCAR, 1990). Um dos desafios postos à ação dos mediadores técnicos e políticos é estimular os agricultores a externarem uma atitude criativa e crítica diante da realidade, que objetive a heterogeinização dos processos sociais, pondo em debate os procedimentos produtivos pela vulgarização da técnica e das formas de representação. Entretanto, Petersen e Romano (1999) anotam que, muitas vezes, se busca negar a capacidade reflexiva e atuante dos agricultores, alegando que

> A ideologia que despreza o agricultor como ser pensante, com idéias, iniciativas e conhecimentos próprios, é extremamente generalizada. Isto se manifesta, via de regra, pela tendência dos técnicos de considerarem que o seu conhecimento (supostamente validado cientificamente) é superior ao do produtor e que, portanto, as soluções dos problemas vividos por este dependem das propostas que os primeiros sejam capazes de produzir (p. 57)

Esta abordagem visa a transformar a base técnica dos sistemas de produção e "[...] as bases organizativas das comunidades, grupos e movimentos sociais do campo, além da cultura, da relação homem-natureza, imobilizando o indivíduo em uma rede de relações dominadas pela razão e pelo capital". (GHIZELINI; BRANDEMBURG, 2006, p. 2). Neves (1998), por sua vez destaca que diante destas condições, os agricultores são reduzidos a:

> "[...] agentes econômicos no sentido restrito ou como meros perseguidores da sobrevivência física e social. São pensados pela integração a redes sociais por onde circulam apenas as mercadorias necessárias à reposição do processo produtivo e apartados do consumo improdutivo – de bens que qualificam simbolicamente a posição ocupada e a visão de mundo ou que expressam os investimentos na relativa representação do prestígio social". (p. 150).

As influências da modernização, entretanto, não ficaram restritas apenas ao aspecto da produção. Um dos objetivos era desestruturar e romper com os conhecimentos tradicionais, com a ideologia e com as concepções advindas da modernidade que, por sua vez, aderiram ao cotidiano dos agricultores e dele passaram a fazer parte. Modernamente, procurou-se interagir

com os agricultores familiares através de metodologias participativas que objetivam dar voz aos agricultores, buscando inseri-los nos espaços de representação política com criação de instrumentos e canais de participação por meio dos conselhos municipais de desenvolvimento. Não obstante, apesar de ser um instrumento interessante, por vezes é um espaço

> "[...] marcado fundamentalmente pela presença de políticos, de sindicalistas e cooperativas e com tímida participação de agricultores das associações locais corre fortemente o risco de não ser mais que uma fraca correia de transmissão pela qual passam recursos federais". (ABRAMOVAY, 2001, p. 9).

De Sardan (1995) critica abertamente a ideologia participacionista dos projetos que já nascem, segundo o autor, com vícios de origem, ao excluir os muitos beneficiários através da linguagem inadequada. O autor está se reportando à realidade africana, mas este fenômeno pode se manifestar em qualquer lugar, bastando para tal que os mediadores façam uso de linguagem técnica e incompreensível aos mediados. Neste caso, o conceito de participação não ajuda em absolutamente nada para o sucesso ou fracasso do projeto, dado que os mediados não compreenderam e nem acessaram seu conteúdo, não podendo, dessa forma, exercer a participação e intervenção qualificada. O autor ainda argumenta que "[...] a linguagem-projeto não desempenha nenhum papel funcional nas relações entre a organização-projeto e a população local compreendida" (p. 164). Este enunciado denuncia a ineficácia da aplicação de políticas que não consideram a diversidade da realidade, a começar pelo uso de linguagem imprópria. Alguns projetos financiados por organismos internacionais (Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) cometem este erro, ao propagandear a importância dos processos inclusivos de participação social (conselhos municipais, diagnósticos participativos, etc.) para a governança local, onde a intervenção das populações locais, na maioria dos casos, é limitada, anuindo decisões já tomadas, legitimando-as.

A contribuição de Bourdieu (1997) auxilia a compreender melhor a conduta dos mediadores, enfocando e concentrando sua análise a respeito do interesse. Bourdieu (1997) desconstrói a visão ingênua do senso comum a respeito da ação desinteressada de indivíduos "comprometidos", acima de tudo, com a "coletividade". Ao introduzir a noção de lucro simbólico atribuído ao suposto "desinteresse", ajuda a construir uma perspectiva mais aprofundada a respeito das diversas motivações e recompensas explícitas e implícitas que podem advir do ato "desinteressado".

Bourdieu (1988) afirma que o interesse vai muito além das finalidades puramente

econômicas, ao incluir os conceitos de lucro simbólico, capital simbólico e de interesses simbólicos. A defesa de interesses explícitos ou não, ainda segundo Bourdieu (1988), lança novos olhares sobre a perspectiva do lucro simbólico para o agente social que se converte em legitimação e prestígio traduzidos sob a forma de poder simbólico que auxilia a justificação de sua existência. As ações são vistas com simpatia aos olhos da sociedade, ao envidar esforços na defesa de grupos sociais em situação de discriminação e de vulnerabilidade ou em causas sociais politicamente corretas. Este poder, na interpretação de Bourdieu, somente é exercido com a anuência daqueles que não têm ciência do poder ao qual estão submetidos. O apelo à dimensão econômica tem um peso relativamente significativo quando se trata de grupos sociais em situação de exclusão social e impossibilidade de acesso às condições elementares de sobrevivência e consumo. A noção de interesse constituiu-se em um instrumento de ruptura com a mistificação "desinteressada" das condutas humanas, assim sendo, os agentes sociais não realizam atos arbitrários, mas suas ações são motivadas por interesses que podem ser manifestos ou não, estratégicos ou não, e buscam ainda que de forma impensada algum tipo de recompensa.

O que se está procurando enfatizar diferentemente do extensionista técnico tradicional são perspectivas de posturas comunicativas, cujo objetivo se concentra no estímulo à cooperação e à participação dos agricultores familiares, a partir da constituição de um ambiente de confiança, em que a opção dos agricultores seja considerada. Entretanto, o PRONAF não estimula este tipo de relação, ao contrário, não instiga a formação de cooperativas e associações orientadas pela reciprocidade ou por qualquer outro tipo de comprometimento social coletivo. Esta constatação sugere um apelo à contínua reflexividade sugerida por Bourdieu (1998), no sentido de os mediadores se verem eles próprios, não apenas como condicionadores sociais, mas também como condicionados socialmente pelo ambiente onde atuam. Neves (2005) defende a necessidade da construção de um quadro institucional específico, cujo objetivo é a preparação dos agricultores e dos mediadores políticos onde seja possível criar condições adequadas para o engajamento ideológico.

5.3 Os mediadores, o ambiente institucional e as perspectivas dos agricultores familiares

Os personagens centrais do interesse e da ação dos mediadores (EMATER e STRs) são os agricultores familiares, suas famílias, suas atividades e seus modos de vida que, em meio a um processo de mudanças sociais, econômicas e culturais transformaram as bases e

formas de fazer agricultura. Isto repercutiu nas maneiras de utilização dos recursos naturais e influenciou os processos organizativos para a representação política, as relações comunitárias, a geração de emprego e divisão social do trabalho, a autonomia das atividades agrícolas, o esvaziamento e despovoamento das comunidades rurais, como resultante da integração econômica, social e cultural à sociedade "englobante", conforme havia sido explicitado por Mendras (1978). O papel dos mediadores técnicos e políticos (representado pela EMATER e STR) remete à reflexão sobre os destinos que estão efetivamente sendo dados aos recursos do PRONAF. Contudo, as evidências do trabalho de campo em Salvador das Missões indicam que parte deles está sendo canalizada para atender às demandas imediatas de sobrevivência, manutenção e necessidades de consumo. O agricultor entrevistado deixa isso explícito, "[...] às vezes a gente faz um investimento prá tapar outro que ta vencendo, assim. Tem de usar o custeio pra comprá as coisa e se aperta!" (I 03, agricultor do grupo D). Isto demonstra que as populações rurais externalizam desejos de inclusão, traduzidos através da posse de bens e de melhorias das condições de vida que manifestam algumas transformações dos valores morais dos agricultores familiares em consequência das influências externas recebidas que não estão sendo discutidas, traduzidas e contempladas nos projetos elaborados pelos mediadores.

Mühl (1985) afirma que os grupos humanos não produzem apenas as condições da vida material, mas, ao fazer isso, ao mesmo tempo elaboram um conjunto de representações e valores sociais que estão diretamente conectados com as condições de existência. Dessa forma, para compreender os sentidos atribuídos para as transformações morais, é necessário refletir sobre as mudanças socioeconômicas e culturais, ou seja, as condições materiais influenciam e determinam de alguma forma a consciência dos indivíduos confirmando as premissas de Marx (2004) que refletem, inclusive, nas representações sociais com relação aos projetos futuros. É neste cenário de constantes mudanças que se processam as ações dos mediadores técnicos e políticos na elaboração dos projetos para a canalização dos recursos oriundos do PRONAF. Acredita-se que estas percepções devem ser problematizadas, ao aludir suas influências na elaboração dos projetos e se estes refletem nos projetos ou apenas em uma correia formal de transferência de recursos via crédito rural, às atividades corriqueiras e tradicionais dos agricultores familiares com poucas possibilidades de acenar com a reprodução social vista pela ótica dos agricultores.

O trabalho de campo em Salvador das Missões indicou que os agricultores procuram administrar os impactos da mercantilização, a compressão das suas receitas causadas pelo *squeeze* e a fragilização das receitas em virtude das estiagens que ocasionam diminuição ou perda de colheitas. Esta situação demanda estratégias de entrada de recursos, utilizando outras

linhas de financiamento, a exemplo do custeio pecuário, percebida como uma situação de fragilização das finanças dos agricultores em que “[...] a maioria ta assim, eles não estão bem. A gente percebe por que eles vem aqui pegar mais uma DAP prá o custeio pecuário”. (I 07, agricultora do grupo D). Outro agricultor enfatiza: “[..] Ajuda a levar a vida prá diante, mas sair do buraco não consegue sair. “[...] vamos levando a vida, prá este tipo de situação o PRONAF não ajuda”. (I 03 agricultor do grupo D). O relato a seguir deixa evidente a inviabilidade do uso do crédito:

> “[...] Ajuda, em um ano ruim prá tu conseguir plantar de novo, o dinheiro é curto. Nos últimos dez anos, preço baixo nos comeu tudo. Há dois anos a safra da soja e milho deu bastante bem, mas o preço foi ruim. Deu para cobrir apenas os custos e em muitos casos perde-se um pouco e fica devendo no banco. Não adianta nada”! (I 11, agricultor do grupo D).

Dessa forma, o PRONAF repercute na vida dos agricultores, alongando e/ou ampliando as dívidas existentes e impacta negativamente a situação econômica dos agricultores que, diante do quadro, não têm alternativa, não conseguem abrir mão dos recursos do PRONAF, que entram na contabilidade de manutenção da unidade familiar. As unidades familiares de produção não têm condições de gerar seu próprio financiamento através de suas próprias atividades o que remete à problematização do modelo de agricultura praticada e do papel dos mediadores, quer sejam eles técnicos ou políticos, sobre a necessidade de construir uma agenda de políticas públicas complementares ao crédito. Com a institucionalização do PRONAF foi possível revigorar os papéis desempenhados pelos mediadores técnicos, ao permitir o deslocamento de recursos canalizados para pagar os serviços de elaboração dos projetos de crédito e assistência técnica aos agricultores familiares. Entretanto, foi observado que este processo se tornou apenas uma formalização burocrática para a liberação dos recursos sem que tenha havido a necessária problematização dos projetos financiados, visando ao melhor aproveitamento dos recursos. No caso dos mediadores políticos representados pelos STRs, o PRONAF foi capitalizado como avanço da capacidade propositiva do MSTTR em auxiliar a construir, juntamente com os governos, uma proposta de crédito rural adequada às características da agricultura familiar.

No entanto, o programa, ao ser operacionalizado junto às bases, converteu-se, em muitos casos, em argumento para atender somente aos associados com a exigência de estarem com pagamento em dia das anuidades, como estratégia para fortalecer financeiramente os STRs, como foi observado em Salvador das Missões. Assim sendo, não ocorreu a devida discussão com vistas a criar um ambiente institucional, especialmente na esfera local, para

agregar outros atores (prefeituras, câmaras de vereadores, conselhos municipais, associações e cooperativas), a fim de criar outras condições mais elaboradas, como, por exemplo, a construção de Planos Plurianuais (PPA) para contemplar a abertura de mercados, redes de apoio e infraestrutura para amparar os empreendimentos financiados pelos agricultores.

Sem estas providências, os recursos do PRONAF converteram-se em um elemento que apenas financia a agricultura familiar e amplia as transações comerciais dos municípios nos períodos de abertura do Plano Safra, sem que isto seja o ponto de partida para discutir o modelo de agricultura que os agricultores familiares vêm praticando. Ao manter o modelo de agricultura mercantilizada, os recursos do crédito do PRONAF tornaram-se funcionais para continuar a fazer o mesmo que tem sido feito tradicionalmente, ao exigir o aporte contínuo de crédito ao constante crescimento do consumo intermediário, *squeeze* e necessidade contínua de investimentos em modernização *(treadmill)* notados em Salvador das Missões e demonstrado no capítulo quatro. Doravante é possível indagar se o acesso ao crédito do PRONAF, veiculado através do ambiente institucional criado entre mediadores e mediados (agricultores familiares e suas famílias), amplia ou não as condições de fortalecimento e de reprodução social dos mesmos, levando em consideração esta dimensão. Para a execução e operacionalização do PRONAF há a necessidade da existência de um ambiente institucional receptivo. Segundo a concepção de Costa (2005), “ambiente institucional” é traduzido como um conjunto de organismos, regras, convenções e valores, que são partilhados como condição para a intermediação e a implementação das políticas públicas que visam a atender determinadas demandas sociais. Sem esse requisito nem mesmo a disponibilização de recursos significa a distribuição equitativa dos resultados. Arbix, Zilbovicius e Abramovay, (2001) argumentam a respeito da necessidade de compreender melhor as dificuldades de acesso ao crédito, das estratégias do mercado de crédito, indo muito além da assimetria das informações dos agentes, e sugerem ampliar o conhecimento institucional sobre os segmentos sociais onde estes atores estão imersos.

Gasques et al. (2005), Sayad (1984) e Guanzirolli (2007) sugerem a predileção das políticas de crédito rural em operar com os agricultores em melhores condições econômicas, a fim de evitar a atomização das operações. Costa (2005) postula que a assistência técnica muitas vezes tem resistências em trabalhar com os agricultores empobrecidos, seja pela descrença sobre suas condições técnicas e econômicas, seja pelo uso de metodologias inadequadas, que podem ser causadas pela deficiência de recursos humanos para envolver-se com um número expressivo de agricultores. Os STRs, por sua vez, vivem em constante paradoxo de representação entre os assalariados rurais e os agricultores familiares. Este

dilema dificulta promover um trabalho mais concentrado para discutir com os agricultores os processos produtivos, e por extensão, a utilização dos recursos do PRONAF. Ao mesmo tempo, não há a concentração de esforços em atuar conjuntamente com outras instituições que permitam pensar a elaboração dos projetos e repensar o modelo de organização produtiva dos agricultores, "[...] o sindicato é totalmente ausente da discussão da organização produtiva dos agricultores". (I 11, agricultora do grupo A, assentada pelo PNCF), conforme se observou em Salvador das Missões.

5.4 O papel dos mediadores técnicos e políticos de Salvador das Missões na aplicação dos recursos do PRONAF

Ao dissertar sobre os mediadores técnicos e políticos e suas funções na operacionalização do PRONAF no município de Salvador das Missões, as primeiras referências recaem sobre os dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais e os agentes da assistência técnica. Ambos têm um papel preponderante na execução do PRONAF. Aos mediadores políticos que se quer ressaltar, representados pelo STR, cabe a organização, representação política e a caracterização dos agricultores beneficiados, enquadrados através da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). É função dos STRs fazer o enquadramento dos agricultores familiares através da apresentação de comprovante da comercialização de produtos agropecuários para a emissão da DAP correspondente (Principal, Mulher, Jovem, Jurídica e Especial) que no Rio Grande do Sul se dá por meio do Talão de Notas Modelo XV.

A DAP é o instrumento legal que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural – MCR 10-2 do BACEN[2]. Cabe ainda ao STRs esclarecer aos agricultores quanto às normas do programa, das linhas de crédito disponíveis, dos prazos de amortização, do seguro agrícola. Entretanto, essa tarefa é frequentemente realizada pelos técnicos da EMATER que detêm conhecimento aprofundado das normas do programa. Essa afirmação encontra respaldo no trabalho de Aquino e Teixeira (2005), ao pesquisarem o PRONAF no Rio Grande do Norte, e também por observação do trabalho de campo em Salvador das Missões. Assim, a

[2] Disponível em http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorMCR:idvDenorMCR. Acesso em: jun. 2009.

participação do STR resume-se na emissão da DAP, que ocorre somente para os seus associados que estejam com as obrigações fiscais em dia.

Aos mediadores técnicos compete a elaboração e formalização dos projetos produtivos de custeio e de investimentos dos agricultores beneficiados obedecendo às condições e ditames legais explicitados no Manual de Crédito Rural (MCR). Em Salvador das Missões, a EMATER fornece ainda a DAP aos agricultores não-associados e inadimplentes com o STR. Como já foi referido, sãos os técnicos da EMATER que manejam com propriedade as normas que regem o PRONAF, necessárias para a elaboração dos projetos de custeio ou de investimentos. Não obstante, os técnicos limitam-se à aplicação dos critérios expressos na legislação, sem a devida reflexão sobre a viabilidade técnica dos empreendimentos em face às condições dos agricultores. De outro lado, os agricultores, diante da necessidade de dinheiro para minimamente tocar suas atividades, têm pouca margem para questionar. Neste processo, os projetos apenas deslocam os recursos dos agentes financeiros para os agricultores que os canalizam para o pagamento das necessidades requeridas pelos projetos financiados que nem sempre são cumpridas caracterizando a mercantilização do processo produtivo que modificou e modifica a vida e a visão de mundo dos agricultores familiares, não obstante, é necessário relativizar as influências da mediação. Este quadro de referências ocorre diante de uma conjuntura que Chalita (2004, p. 36) caracteriza como as "[...] rupturas políticas foram atribuídas à luz das intervenções dos mediadores". Para esta autora, os mediadores exercem influências na vida dos agricultores familiares que resultam em mudanças técnico-produtivas, servindo como veículos de modernização, das relações produtivas e sociais do meio rural. Neste processo, o Estado é um agente impulsionador da modernização utilizando os instrumentos do crédito rural, a assistência e extensão rural que descentraliza suas ações ao atrelar a estrutura de mediadores, atuando no campo produtivo e no campo político buscando induzir a uma filosofia de modernização do meio rural. Mesmo assim, isso não significa dizer que os agricultores não reagem a estas mudanças. Os agricultores familiares não são "tábuas rasas", eles reorientam, reinterpretam as representações simbólicas, conferindo novos sentidos e novas interpretações às intervenções externas (PLOEG, 1990; LONG, 2001). Neste sentido, é precisa e oportuna a advertência de Schneider; Cazella e Mattei (2004):

> Entretanto, é preciso não se iludir, quando os técnicos e mediadores externos imaginam que estão levando a solução adequada ou recomendada às condições locais dos habitantes rurais, não raro são surpreendidos com a manifestação destes de que seu desejo era outro (isto quando lhes é facultada a oportunidade da palavra). (p. 32).

Os autores enfatizam a necessidade de levar em consideração o que os agricultores têm em mente, o que é difícil de fazer acontecer, dado que os mediadores, por vezes atuam para transformar a realidade dos mediados sem atentar para suas justificativas (DODIER, 1993) que, por vezes, têm aspirações radicalmente contrárias àquilo que se projetou, dado que os projetos não correspondem às expectativas dos agricultores ao não considerar e aproveitar os recursos que eles possuem e não ponderar à realidade a qual estão inseridos. A conjuntura parece demonstrar que os projetos produtivos elaborados não dão conta de garantir retorno aos esforços empenhados na medida em que questionam, inclusive, o modelo de agricultura propalada que reproduz a fragilização das receitas dos agricultores. Este fator revela ao mesmo tempo a insuficiência e o esgotamento de política agrícola centrada apenas na disponibilização de crédito rural. Uma das expressões desse fato se faz presente no discurso do entrevistado que enfatiza:

> "[...] os agricultores que começaram trabalhando só na técnica, pode olhar ali, tão tudo quebrado! Tu tem que sentar e conversar com o técnico. Claro, tem que ver a situação do agricultor ta que ruim, eu tô dizendo, e eu sou agricultor, nasci na terra, to cuidando minha parte, mas eu não podia mais manter mais a minha área se eu não tinha começado a trabalhar fora como pedreiro não conseguia mais manter a propriedade". (I 18, agricultor do grupo C).

O relato do agricultor revela duas dimensões que necessitam ser analisadas com mais vagar: uma se refere ao modelo tecnicista e produtivista que, na avaliação do agricultor, não é uma boa razão para ser adotada sem questionamentos que, na sua avaliação, leva os agricultores à falência em virtude da situação de retornos dos empreendimentos. Outra está relacionada com a busca de ingressos com outras atividades (pedreiro) fora da propriedade e fora da agricultura, na tentativa de compor o orçamento da unidade familiar e manter a propriedade, dando conta da insuficiência das rendas advindas somente das atividades agrícolas. Os agricultores criam suas próprias estratégias para adequar os recursos à realidade e aspirações. Gazolla (2004) encontrou essa realidade na condução dos empreendimentos financiados pelo PRONAF para a atividade leiteira na região do Alto Uruguai. Em alguns dos casos, verificaram-se desvios dos recursos pelos agricultores familiares, chamados de "vacas papel" pelos entrevistados que por certo tinham outras prioridades que os projetos de produção de leite não contemplavam. Os agricultores faziam o projeto técnico junto da EMATER, mas os recursos foram utilizados para outros usos, através de arranjos com vizinhos, parentes ou amigos para justificar a transação da compra e venda dos animais. Os

recursos foram aplicados na compra de carros, motos, pagamento de dívidas, pagamento de universidade para os filhos, entre outros usos. Esta estratégia tem muito mais a ver com a (in)sustentabilidade social dos meios de vida preconizados por Ellis (2000) como expressão dos mecanismos de resiliência[3] frente ao processo de mercantilização que fragiliza a situação econômica dos agricultores, que visam a recompor as condições necessárias à manutenção e reprodução social e material das famílias, promovendo a adaptação às mudanças (LONG, 1982).

Nesta situação, pode-se aventar que os agricultores familiares utilizaram-se desta estratégia para compor e atender suas próprias necessidades, porque projetos formulados pelos mediadores técnicos não contemplavam suas necessidades, preferindo desviar os recursos dos projetos. Contudo, é bom ressaltar que os agricultores possuem um forte sentimento de preservação da honra, como expressão da "economia moral" (SCOTT, 1976). À primeira vista, este "desvirtuamento" na utilização dos recursos pode parecer como o uso de má fé dos agricultores, contudo, é necessário salientar que estas ocorrências são exceções nos financiamentos tomados e não regra geral. Estes fenômenos revelam a existência de falhas dos mediadores (assistência técnica e agentes financeiros), no tocante à condução e fiscalização dos projetos que supostamente deveriam receber acompanhamento. Fica evidente que os projetos elaborados não consideravam os interesses dos agricultores completamente difusos daquilo que os mediadores técnicos traduziram nos projetos. A maioria dos agricultores têm compreensão das suas responsabilidades e possibilidades, assim como o desejo de agir corretamente condizente com suas condições, claramente enfatizadas pelo entrevistado:

> "[...] o pequeno produtor tem de pegar o que consegue pagar, porque não adianta querer fazer uma dívida lá de 20 mil reais, prá pagar dois mil e meio por ano, ou cinco mil se eu não consigo tirar, porque tirar tu tira, mas esse dinheiro, esse valor não sobra mais por causa dos nossos gastos, por causa dos nossos custos". (I 18, agricultor do grupo C).

Esse sentimento de responsabilidade em manter a integridade, de manter o bom nome, também foi encontrado por Vieira (2006) ao pesquisar os "agricultores familiares

---

[3] Resiliência (latim, resilio) que significa ressaltar. O termo foi adotado pelas ciências sociais para caracterizar as pessoas que conseguem resistir e ultrapassar as adversidades, apesar de estarem expostas a ambientes adversos; é a capacidade de "desenvolver as capacidades físicas ou fisiológicas ou sociais que lhes possibilitem a aquisição de novas competências de ação, que lhes permitam adaptar-se melhor a uma realidade cada vez mais imprevisível e agir adequada e rapidamente sobre ela, resolvendo os problemas que esta lhe apresenta. Ver Yunes (2003).

pronafianos" em municípios do Rio Grande do Norte, manifestado pela preocupação em não poder devolver os recursos tomados e ficar com "o nome sujo na praça", representando a condição do agricultor e trabalhador que deseja zelar pelo bom nome. O trabalho de campo em Salvador das Missões demonstrou relativa capacidade de influência dos mediadores técnicos e políticos (técnicos da extensão e sindicalistas) nos destinos dos recursos do PRONAF através dos projetos financiados. Eles procuram não se expor aos riscos, atendo-se às normas do programa, na tentativa de acomodar as expectativas dos agricultores, naquilo que eles externam como principal habilidade, conforme demonstrado no teor da entrevista: "[...] a gente procura orientar, mas é o agricultor que mostra que realmente está a fim de financiar, e que ele tem capacidade gerenciar, a gente prefere não interferir muito". (I 04, técnico da extensão rural). Este comportamento revela que não há problematização dos processos produtivos, mesmo porque a margem de manobra dos técnicos é também reduzida, em virtude de terem que trabalhar apenas com a ferramenta do crédito e com a oferta de alternativas engessadas pelas regras do programa. Observe-se o que diz o relato da entrevista sobre a compreensão da sua situação e como agem conforme o rigor das suas necessidades:

> "[...] Se for um pacote fechado, significa que o agricultor foi obrigado pelo técnico a investir tanto em calcário, tanto em fruticultura, então, o agricultor desvia, ele não aplica conforme a finalidade do projeto, ele vai fazer o que pretende e, o desvio ocorre quando o agricultor tem uma proposta, mas é induzido a fazer outra coisa". (I 11, agricultora do grupo A e assentada pelo PNCF).

É necessário referir que os técnicos estão por vezes amarrados às culturas tradicionalmente financiadas pelos agentes financeiros que dão pouca margem de manobra em oferecer outras alternativas, além das existentes na região.

> "[...] No nosso caso, aqui temos agricultores que produzem mandioca que tiveram uma agroindústria financiada por um programa do Estado. Eles precisam apoio pra isso, mas o banco não financia mandioca, porque não tem crédito para financiar mandioca porque não tem zoneamento"[4]. (I 04, técnico da extensão rural).

---

[4] . Nornativos do Banco Central do Brasil que tratam do tema. O Zoneamento Agrícola é conduzido pela EMBRAPA, com a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que através da identificação dos riscos climáticos, principalmente com respeito à falta de água durante os estádios críticos das lavouras (ou culturas), procura definir as melhores épocas de plantio. Além dos mapas que identificam os vários tipos de solo de cada município e/ou região. O zoneamento agrícola define os períodos favoráveis de plantio para cada município, as cultivares habilitadas e recomendadas, as doenças e pragas não cobertas pelo PROAGRO, e os produtores das sementes (detentores das sementes) dos vários cultivares indicadas. Ver http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorMCR:idvDenorMCR

O fato de haver agricultores que plantam mandioca apenas com seus recursos revela que a política pública de crédito rural ainda não atentou para essa possibilidade em transformar a cultura em alternativa que poderia se converter em outra iniciativa de produção e geração de renda, em virtude de os agricultores possuírem habilidades e saberes que permitem produzi-la. Agrega-se ainda o desconhecimento do real potencial da cultura por parte dos mediadores técnicos e políticos, inclusive em levantar o tamanho da demanda e gestionar junto às esferas públicas a inclusão desse item no zoneamento agrícola, contemplando condições de receber financiamento para a produção e beneficiamento. O relato do técnico parece indicar que há uma acomodação dos mediadores em não problematizar o que poderia ser pensado para resolver o problema posto. A entrevista revela ainda a desconexão entre as políticas geridas entre os diversos entes das esferas públicas que atuam de forma compartimentada. Essa realidade de obediências às normas induz a uma postura de distanciamento na medida em que acata as necessidades dos agricultores concentrada em atividades tradicionais e ao não fomentar a introdução de alternativas diferenciadas:

> "[...] estamos mais presos às culturas e criações tradicionais, de modo geral, eu acredito que 95% de atividades de crédito do PRONAF são investidos nas culturas e criações tradicionais, (milho, soja e leite) é o que podemos financiar". (I 04, técnico da extensão rural)

Esse comportamento fora objeto de análise de Abramovay (2005, 2006), enfatizando a necessidade de introduzir inovações produtivas e organizacionais a partir dos recursos do crédito que, neste caso, não ocorre. Na percepção do agricultor entrevistado é razoável ser cauteloso no que diz respeito às tentativas de introdução de produtos fora daquilo que tradicionalmente vem cultivando, "[...] por enquanto, não, não dá arriscar muito", (I 15). Percebe-se aqui o cuidado com relação ao risco. Abramovay (1992) entende que o conceito de aversão ao risco, neste caso, é interpretado pelos agricultores como maximização não de lucro, mas de oportunidades que permitam a sobrevivência da unidade familiar. A escolha produtiva centrada nas *commodities* deixa pouca margem para o plantio de produtos básicos para autoconsumo, a fim de viabilizar estabilidade de segurança alimentar para os agricultores e suas famílias. O PRONAF, apesar de restrito, disponibiliza recursos para que os estratos de agricultores mais fragilizados canalizem recursos para a produção de alimentos básicos "pro gasto" da família (GRISA, 2007).

Na percepção do agente financeiro, a fragilização da produção de alimentos merece

atenção especial e este sintoma reflete a decadência econômica dos agricultores, "[...] é necessário a existência de uma agricultura de subsistência. Os agricultores perderam muito da sua capacidade de produzir alimentos para si e para suas famílias, e isso não poderia ter sido abandonado"! (I 01, gerência do Banco do Brasil, Cerro Largo). De uma forma ou de outra os agricultores necessitam se submeter ao modelo imposto, muitas vezes pelo processo de endividamento crônico que compromete sua autonomia e dignidade, expresso nas palavras de Abramovay (1981, p. 135): "[...] o que torna sua emancipação, seu retorno à condição de livre produtor mercantil é quase impossível". Existe uma aparente falta de confiança do agricultor nos organismos de apoio (apesar de muitos se declararem satisfeitos ou muito satisfeitos – Tabela 5) no tocante as forma de como melhor utilizar os recursos – entre as opções de escolha e às razões que auxiliem o agricultor para fazê-las –, revelando níveis de racionalidade limitada, muitas vezes, como causa, sobretudo, da transferência parcial de informações por parte dos próprios arranjos institucionais para a operacionalização do crédito.

Os agentes mediadores negligenciam informações quanto às etapas que devem percorrer os candidatos ao crédito, enquanto outros incorrem em erros semelhantes por não esclarecerem convenientemente o pretendente sobre os compromissos e riscos que os agricultores familiares assumem ao optar pelo crédito. Esta dificuldade já foi percebida pelo agente financeiro ao enfatizar que:

> "[...] o crédito não é suficiente, e ainda há muita confusão de informações, e daí há necessidade da oferta de outras políticas, especialmente que contemple soluções coletivas. Há a necessidade de formular projetos que ultrapassem o âmbito municipal que se aproveitam da abrangência das instituições como a EMATER, os sindicatos e as prefeituras". (I 01, gerência Banco do Brasil de Cerro Largo).

Por outro lado, é pouca a intervenção dos atores de mediação, técnicos e políticos nessas demandas, condicionando seu apoio a propostas que contemplem apenas determinadas atividades, limitam em muito as oportunidades aos agricultores de realização para desenvolverem outras aptidões com criatividade e autonomia. A insistência em privilegiar atividades que não acenam com oportunidades mínimas de crescimento na renda familiar com outras iniciativas sugere a hipótese da dificuldade em ampliar a base social do PRONAF de acesso aos recursos pode estar fundamentada no ambiente institucional vigente, impregnado de convicções que impedem a assimilação das transformações sociais ocorridas na estratégia de produção e sobrevivência dos agricultores familiares. A pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel (2003) atribuiu aos técnicos da EMATER de Salvador das Missões,

99,7% de aceitação dos agricultores assistidos revelando estarem satisfeitos ou muito satisfeitos com o desempenho (Tabela 5). Oliveira (2004) acredita que a credibilidade dos mediadores, neste caso, deve-se ao acúmulo de capitais considerados necessários às atividades dos agricultores. Este dado permite deduzir que suas ações tendem a influir na condução das atividades cotidianas dos agricultores, na formulação dos projetos que não ficou evidente no trabalho de campo em Salvador das Missões, de acordo com o relato: "[...] a gente não interfere muito, prefere fazer o projeto". "[...] a gente não consegue interferir, eles já vem com a proposta certa. Quero financiar isso!". (I 04, técnico da extensão rural). Contudo, é necessário relativizar, em virtude das regras dos programas já estarem postas, o que não ofereceu muita margem de manobra aos técnicos. Estas regras também já foram assimiladas pelos agricultores, conforme o relato do entrevistado, "[...] A EMATER faz os projetos no que dá pra financiar e nos procuramos mais ou menos obedecer às recomendações conforme a determinação que o técnico botou no projeto [...]". (I 02, agricultor do Grupo A).

Tabela 5 – Grau de satisfação dos agricultores familiares assistidos pela EMATER no município de Salvador das Missões (2001/2002).

Grau de satisfação	Nº de casos	(%)
Satisfeito	29	50,0
Muito satisfeito	26	44,7
Insatisfeito	2	2,6
Não Sabe/Não Respondeu	2	2,6
Total	58	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003).

Os dados da Tabela 5 não permitem avaliar em que parâmetros os dados foram levantados (se são pessoal, relações de amizade, porque no caso de Salvador das Missões, o técnico trabalha no município há mais de dez anos, o que pode criar uma conotação patrão/cliente ou em base do sucesso dos projetos financiados). Este fator permite relativizar o grau de aceitação por parte dos agricultores familiares. Quando indagados sobre a assistência recebida, as respostam encontradas questionam essa unanimidade

> *Como o senhor avalia a intervenção da assistência técnica e do STR?*
>
> "[...] O que temos hoje da assistência técnica é só pegar a DAP, a assinatura do técnico e brigar prá ele fazer o projeto". (I 11, agricultor do grupo A).

Outro agricultor reclama:

> "[...] Não existe isso, prá falar a verdade! A gente podia estar bem melhor se

> tivesse ajuda de fato assistência técnica, a gente praticamente não tem estudo. Tudo o que nóis fizemos foi da nossa cabeça, de repente estaria bem melhor se tivesse alguém ajudando de fato"! (I 16, agricultor grupo D).

Outro enfatiza: "[...] prá mim até hoje foi pouco, a única coisa que eles me deram foi à declaração de aptidão (DAP), e só"! (I 08, agricultor do Grupo D). A EMATER conhece o programa com mais profundidade o que lhe confere legitimidade em tratar do assunto. O STR limita-se basicamente a emitir a DAP, conforme a necessidade e somente para os seus associados, "[...] É o que podemos fazer, nós não podemos dizer que não vamos dar a DAP, não podemos interferir mais do que isso, não podemos fazer mais, além disso, e dizer o que ele fazer do dinheiro"? (I 07, liderança sindical e agricultora). Copetti (2008), em seu trabalho realizado no município de Alegria (RS), analisando a relação dos agricultores familiares com PRONAF e o STR conclui:

> "[...] apesar do PRONAF ter sido uma conquista do movimento sindical, os agricultores entrevistados não conhecem a parte das regras, nem das linhas de financiamento disponibilizadas. "[...] o STR de Alegria não é considerado uma instituição puramente representativa, pois o mesmo estabelece uma relação instrumental com a entidade, e apenas procuram-na para conseguir acessar os benefícios da aposentadoria rural ou do programa de "troca-troca de sementes realizado pela instituição". (p. 166).

No trabalho de campo realizado em Salvador das Missões, o agricultor entrevistado a seguir revela esta perspectiva no teor da conversa onde deixa transparecer que não há nenhum tipo de interferência ou discussão sobre os destinos dados aos recursos, transformando-se em relação burocrática formal.

> "[...] O sindicato tem tirado qualquer dúvida da carta de aptidão (DAP) essas coisa, mas ele não inferiu onde botá os recurso, no meu caso. Pode ser que nos outros, porque a gente já tem a idéia formada que o PRONAF é bom prá alguns prá outros não é tão bom". (I 02, agricultor do grupo C).

Constatação semelhante havia sido encontrada por Aquino (2005), ao afirmar que

> Tudo indica que os dirigentes sindicais... "[...] não conseguiram se apropriar do programa – "como sendo seu". Conforme enfatiza o presidente do sindicato: "A gente influencia pouco nos empréstimos do PRONAF. O sindicato apenas repassa as informações que o banco traz e fornece o documento (o certificado de aptidão) a quem quiser pegar o dinheiro. Quem realmente tá por dentro de como o programa funciona é o técnico da EMATER". *(entrevista)*. (p.78).

Os agricultores entrevistados induzem a refletir sobre a qualidade da assistência técnica, se ela ajuda a promover a melhoria das condições de vida através dos projetos elaborados, ao mesmo tempo em que compreendem sua importância, "[...] Só dinheiro não vai resolver o problema do agricultor, hoje em dia eles precisam de técnicos prá ajudar, porque os tempos são outros". (I 12, agricultor do Grupo D). Os projetos dos agricultores de Salvador das Missões começam a ser pensados após a divulgação do Plano Safra da Agricultura Familiar, geralmente anunciado em junho ou julho de cada ano, com os montantes de recursos de custeio e investimentos suficientes para cobrir a demanda do ano anterior e com possibilidade de alguma suplementação, caso seja necessário. O mesmo procedimento é adotado para os agentes financeiros que recebem os montantes de acordo com o que tradicionalmente é cultivado em consonância com os critérios do Zoneamento Agrícola.

Os agricultores, após obter a DAP (que em Salvador das Missões é emitida pela EMATER e pelo STR, e após isso cessa sua participação no processo), se dirigem aos técnicos da EMATER ou das empresas privadas de assistência técnica (estas cobram do agricultor até 2% do valor financiado) para a elaboração dos projetos de custeio e de investimentos. Os agricultores já têm em mente o que querem fazer, conforme expresso pelo agricultor entrevistado: "[...] a EMATER faz os projetos e nos procuremo obedecer às recomendações conforme a determinação do técnico mais o menos de acordo com minhas necessidades, o que eu acho que necessito"! (I 02, agricultor do grupo C). Os técnicos traduzem estas informações em um protocolo de crédito com as recomendações técnicas e orçamento para execução do empreendimento que será encaminhado ao agente financeiro. A entrevista comprova o procedimento:

> "[...] Eles pegam teus dados e fazem o projeto, você recebe tanto por hectare, ali na EMATER, ou na cooperativa fazem um levantamento mais ou menos de custo por hectare. Os agrônomos e mandam pro banco, e daí banco vê se aprova ou não o valor"! (I 17, agricultor do grupo D).

Após a análise do projeto pelo agente financeiro, comparando com a capacidade de pagamento do agricultor, o projeto será recusado ou aprovado. Se o projeto for de custeio agrícola (milho, soja e trigo que são predominantes na região) os recursos serão depositados em conta corrente do beneficiário, devendo o agricultor apresentar aos agentes financeiros a primeira via da nota fiscal da compra dos insumos correspondentes prescritos no projeto e com a devida comprovação de pagamento para efeitos de cobertura do PROAGRO, em caso

de sinistro. Para as operações de investimento (máquinas, equipamento, gado de leite) os recursos serão repassados diretamente aos fornecedores. Os projetos de investimentos parecem indicar que os mediadores técnicos têm uma presença efetiva especialmente, quando os projetos envolvem novas alternativas.

> *E a questão da inovação, agora o senhor está indo para a agroindústria do amendoim, o senhor teve alguma ajuda, ou fez por conta?*
>
> "[...] Teve uma orientação da EMATER, pra fazer o investimento que hoje representa mais de 50% da minha renda, que não dependo só da agricultura. Quem tem só uma renda já ta passando por dificuldades. Foi bom ter feito, foi uma boa idéia que tivemos, e o pessoal da EMATER ajudou muito"! (I 02, agricultor do grupo C).

O sucesso do projeto enfatizado pelo agricultor é uma clara demonstração de os planos, quando construídos conjuntamente onde as contribuições dos agricultores são consideradas, possuem mais possibilidades de obter êxito o que resulta em alternativas concretas de geração de renda e aproveitamento racional dos recursos do PRONAF, e das habilidades e vocações dos agricultores. Os agricultores já compreenderam os obstáculos da ação estatal relativos às limitações dos próprios organismos de mediação técnica, mas defendem a necessidade de ampliação da oferta destes serviços, sem a qual, resulta na concessão de crédito de forma inadequada. Dessa forma, os projetos elaborados constituem-se em formalidade burocrática, ao refletirem a incompatibilidade entre as exigências para inserção socioeconômica e a real situação dos beneficiários. Outra questão a enfatizar, no tocante à atuação dos mediadores técnicos, é que, via de regra, eles priorizam os agricultores em melhores condições socioeconômicas. Aquino e Teixeira (2005), ao pesquisarem a aplicação dos recursos do PRONAF na região Nordeste, encontraram esta realidade, ao afirmar que

> A extensão rural, por exemplo, tende a priorizar o atendimento aos produtores que apresentam maiores "capacidades subjetivas" de absorver suas recomendações técnicas. Por seu turno, os bancos costumam privilegiar os projetos dos agricultores que apresentam maiores "capacidades econômicas" para honrar seus compromissos financeiros. (p. 76).

Apesar dos esforços e avanços obtidos, parece ser procedente afirmar que não se alterou a situação de pobreza da população rural brasileira. Realidade esta encontrada no trabalho de campo em Salvador das Missões. A política de crédito rural, como mola mestra e uma das bases para a transformação tecnológica do campo, não criou as condições

elementares e frustrou a expectativa de desenvolvimento rural sustentado. Muito desse fracasso se deve às regras formais e informais que regem as relações do sistema financeiro em geral e deste com os demais mediadores do arranjo institucional que dá apoio a essa política pública (SAYAD, 1984) e com os próprios agricultores familiares. Ainda não se conseguiu captar a dimensão dessas regras e incorporá-las como elementos que auxiliem a melhorar a eficiência e eficácia das políticas públicas de crédito rural e de forma especial, o PRONAF. Dessa forma, é necessário refletir se os mediadores técnicos e políticos estão conseguindo articular e influenciar o ambiente institucional compreendido como

> "[...] um conjunto de organismos, regras, convenções e valores que, na medida em que intermedeiam a implementação de políticas públicas *vis a vis* demandas locais, condicionam determinados resultados na intervenção do Estado". (BASTOS, 2005, p. 28).

E se este possibilita aos mediadores a elaborar projetos que influenciam na eficácia das políticas públicas ao mesmo tempo em que criam as condições necessárias e permitem aos agricultores alvos desta política a melhoria das condições sociais e de reprodução social. Em Salvador das Missões a política de crédito rural do PRONAF está sendo percebida pelo STR como um problema difícil de administrar e admite que este fator compromete a reprodução social e material dos agricultores.

> "[...] Uma boa parte vai pro fundo do poço, porque muitos já venderam a terra porque já estavam endividados até o pescoço e vão prá cidade grande trabalhar em qualquer empregozinho, em qualquer coisa, e muita gente tá fazendo isso! Essas terras são compradas por aqueles agricultores maiores e com mais recursos. E sempre assim que esvazia mais a agricultura e sempre menos ficam, porque tem um e outro que querem vender, e eles que sabem que tem que vender e vendem por menos preço, e assim vai! E esses são o que vão ficar e se manter na agricultura, os que têm mais reserva. Cada dia vai desaparecendo mais"! (I 07, liderança sindical e agricultora).

Pode-se afirmar que não há uma intervenção mais eficaz dos mediadores técnicos e políticos na formulação dos projetos, procurando atender as demandas dos agricultores que canalizam os recursos de acordo com suas necessidades, incluindo em suas agendas a urgência do debate da inovação, expressa na análise de Abramovay (2005). Os agricultores familiares adotam estratégias para expressar e obter dos mediadores técnicos a cooperação necessária para o atendimento dos seus anseios e desejos imediatos, que se traduzem nos projetos, ao passo que mediadores políticos administram estas pressões na medida em que procuram não se expor a riscos, dos quais não possuem nenhum controle em virtude da

conjuntura. Dessa forma, os recursos do PRONAF convertem-se em apenas uma das formas de transferência de recursos públicos a um determinado setor da economia.

Neves (2005) defende ainda ser necessária a construção de um quadro institucional específico, cujo objetivo esteja centrado na preparação dos agricultores e dos mediadores onde seja possível o engajamento ideológico. A autora faz alusão à construção de projetos onde haja trocas e compartilhamento de construção coletiva. As normas do PRONAF atribuíram a responsabilidade de enquadramento aos STRs, como uma das estratégias de coogestão e controle social do programa através da DAP, contudo, isto é causa de conflitos encontrados em Salvador das Missões. A emissão da DAP cabe ao STR, quando o beneficiário é associado, e a EMATER emite o documento para aqueles que possuem pendências com o STR ou não são sócios. Esta divisão ocorre devido à condicionalidade de pagamento de anuidades atrasadas ou taxa de associação ao STR para os sócios novos, como forma de arrecadar fundos para a manutenção do sindicato, o que gera muitos protestos dos agricultores, tanto dos sócios que acham correto pagar, quanto dos não-sócios que consideram a cobrança abusiva.

> "[...] as cartas de enquadramento, as DAPs o sindicato fornece, e quando o cara não é associado do sindicato ele faz com nós. O sindicato só fornece para os associados, para os não sócios eles querem cobrar a anuidade, daí eles não querem se associar, aí eles não tem a DAP, daí eles fazem com nós"! (I 04, técnico da extensão rural).

As normas do PRONAF não prevêem esta divisão de responsabilidades, sendo que a DAP deve ser emitida sem a exigência de nenhuma contrapartida dos agricultores. Quando os agricultores foram indagados sobre confiança e credibilidade (Tabela 5.1), as respostas revelaram a perda de importância dos "notáveis" (comerciantes, padres, pastores, lideranças sindicais e vereadores (MENDRAS, 1978). Isto pode ter ocorrido em virtude da elaboração de relações mais diretas e constantes (NIEDERLE, 2007) e com a entrada de novos atores sociais no círculo de relações sociais dos agricultores (agentes de saúde, técnicos diversos, funcionários públicos, pesquisadores), o que pulverizou a credibilidade dos mediadores tradicionais. Outro fator que pode ter influído e transformado as relações sociais dos agricultores na medida em que estes se inseriram nos processos de trocas mercantis é a concepção dos mercados, como espaços de construções sociais (ABRAMOVAY, 2004), ampliando a visão de mundo dos agricultores que permitem questionar as estratégias dos mediadores clássicos.

Tabela 5.1 – Confiança e credibilidade atribuída pelos agricultores familiares nos atores sociais que mantêm relações sociais em Salvador das Missões.

Atores sociais	Nº de casos	(%)
Técnicos da EMATER	17	29,31
Vizinhos	17	29,31
Não sabe/Não respondeu	7	12,00
Pessoal da prefeitura (funcionários, agentes saúde, etc)	6	10,34
Técnicos e/ou pessoas ligadas à agroindústria e cooperativas	4	6,90
Pastor e/ou padre da igreja que freqüenta	3	5,17
Vereadores do município	2	3,45
Dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	2	3,45
Compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola	-	0,00
Total	58	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

Os técnicos da EMATER e os vizinhos receberam 29,31% das respostas. As relações de proximidade (no caso dos vizinhos) ainda são um fator importante de sociabilidade e solidariedade entre os agricultores familiares. No caso da EMATER, apesar da alta credibilidade, esta parece não influir e problematizar os destinos para onde os recursos do PRONAF estão indo, preferindo não arriscar dada a situação conjuntural da região, local de várias estiagens nas últimas safras. Por outro lado, os agricultores optam em ter uma relação amistosa com os técnicos motivados pela dependência da formalização burocrática de acesso ao crédito do PRONAF. No tocante aos mediadores técnicos Wanderley (2003), Niederle (2007) acredita que o índice alto de credibilidade ocorre, porque

> Os extensionistas rurais destacam-se, justamente, pelo papel que cumprem em assegurar o conhecimento técnico necessário à utilização dos insumos e à garantia da produção. Técnicos e agrônomos apresentam-se então como novos notáveis do mundo rural contemporâneo, seja por disporem de conhecimentos e informações cada vez mais indispensáveis aos agricultores, seja por articularem em torno de si redes de relações sociais de poder. (NIEDERLE, 2007, p. 138).

A baixa expressão das respostas aos principais mediadores políticos: os vereadores e os dirigentes sindicais (igualmente, 3,45%) refletem a desconfiança ou a insuficiência no processo representativo destas instituições, creditado ao desgaste, em virtude do distanciamento dos discursos e das práticas com a vida cotidiana dos agricultores. Isto pode representar a ausência do debate na busca de soluções dos problemas dos agricultores familiares, enfatizado no relato do agricultor entrevistado: “[...] ninguém veio aqui prá ajudar a mudar. Será que podiam fazer isso? Acho que eles não sabem o que fazer? Começar o que”? (I 16, agricultor do grupo D). Esta constatação auxilia a compreender a perda de influência da representação política dos agricultores. Este fenômeno afasta os associados, no caso dos

sindicatos, tornando-os ineficientes, redundando na perda de representatividade e de expressão política, enfraquecendo-os como mediadores e articuladores políticos nos espaços de representação local. Em virtude disso, é pouco provável que tenham capacidade de influir na aplicação dos recursos do PRONAF, "[...] o sindicato é totalmente ausente na discussão da organização produtiva dos agricultores". (I 11, agricultora do grupo A e assentada pelo PNCF).

Os mediadores políticos (STR, câmara de vereadores) parecem indicar distanciamento da realidade cotidiana dos agricultores, das discussões dos temas referentes aos problemas imediatos, especialmente ao omitir os canais e instrumentos de participação que permitam aos agricultores expressar suas visões de como se veem e interpretam as dificuldades a que estão expostos. O STR é a porta de entrada para os agricultores familiares se credenciarem ao acesso aos recursos do PRONAF, através do fornecimento da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). No entanto, este não possui serviços voltados à assistência técnica para pensar e discutir o processo produtivo com seus associados, bem como a utilização dos recursos do crédito rural disponibilizados pelo PRONAF

Os agricultores estruturados recebem assistência de mais de uma instituição, de acordo com o conteúdo da entrevista: "[...] Eu recebo visitas da EMATER, e da Cooperativa Agrícola Mista São Roque (COOPEROQUE), e se tem uma reunião técnica eu sempre vou, sempre aprendo alguma coisa, vou prá aprender alguma coisa melhor!" (I 12, agricultor do grupo D). Este relato encaixa-se nas premissas de Abramovay et. al. (2007) sobre os agricultores mais participativos e esclarecidos que aproveitam as oportunidades para buscar novidades que possam acenar com possibilidades de melhorar os processos produtivos. Veiga (1992), citando Cochrane (1958), denominou estes agricultores de *early bird farmer* (madrugadores ou inovadores) em alusão àqueles agricultores que estão na frente dos demais. Pode-se aludir que os projetos são formalidades para o acesso ao crédito na visão dos agricultores, "[...] até hoje ninguém influenciou assim para direcionar ou dar um apoio assim, pelo menos prá mim não"! (I 03, agricultor do grupo D). "[...] o pessoal da COOPEROQUE faz o projeto, eles encaminham, aí eles fazem a proposta". (I 13, agricultor do grupo C). Entretanto, é necessário fazer algumas ressalvas no tocante à fase municipal, pois é onde ocorre, segundo Aquino e Teixeira

> "[...] o trecho mais complicado da etapa municipal do "circuito do crédito rural" do PRONAF. Isso ocorre porque o fluxo de empréstimos não flui de forma direta. Frequentemente, nem todos os produtores enquadrados no programa conseguem elaborar os projetos; da mesma forma, nem todos os

> projetos elaborados são contratados. Como se demonstrou em pesquisas anteriores, nestas fases ocorre um verdadeiro processo de "filtragem". (2005, p.76)

O trabalho de Copetti (2008) revela as dificuldades com que, especialmente, os agentes financeiros promovem este tipo de "filtragem", criando mecanismos para garantir os recursos emprestados que, por sua vez, afastam os agricultores familiares que possuem condições financeiras e patrimoniais fragilizadas (Grupos "A" , "A/C e 'C") e, portanto, não se encaixam nas linhas de crédito disponíveis e, destarte, criam empecilhos em acessar os recursos do PRONAF. Uma dessas estratégias foi a criação de fundos de aval solidário, onde os financiamentos são concedidos de forma coletiva. Esse tipo de operação exige que cada agricultor membro do grupo seja fiador do débito de todos os integrantes daquele grupo. Essa modalidade afasta os agricultores do crédito devido ao risco potencial de ficar com o "nome sujo na praça" em virtude da inadimplência de apenas um dos elementos do grupo tomador do empréstimo. Uma queixa frequente dos movimentos sociais representantes dos agricultores é quanto à presença de assistência técnica aos agricultores que, parece, não tem fundamento no caso de Salvador das Missões. A Tabela 5.2 mostra a distribuição da assistência técnica entre as instituições no município de Salvador das Missões para os agricultores monoativos e pluriativos. A EMATER está presente em 64,5% e 66,7% respectivamente dos estabelecimentos, a COOPEROQUE em 64,5 e 44,4% e as empresas integradoras com 12,9 e 3,7%.

Tabela 5.2. – Instituições que prestaram assistência técnica aos agricultores familiares em Salvador das Missões (2002/2003).

Instituições	Monoativos	Pluriativos
EMATER	64,5	66,7
Cooperativa	64,5	44,4
Secretaria Municipal da Agricultura	9,7	7,4
Empresa Integradora	12,9	3,7
Secretaria Estadual da Agricultura	0	0
Sindicato (STR)	3,2	0
ONG	0	0
Particular (liberais)	6,5	0

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

Os dados permitem aludir que em Salvador das Missões é maciça a presença dos mediadores técnicos na vida dos agricultores familiares, pelo menos em termos quantitativos. Apesar da presença expressiva, isto não significa deduzir que os técnicos efetivamente interfiram qualitativamente na aplicação dos recursos que, conforme a avaliação da

entrevistada, não ocorre "[...] é bem difícil eles fazerem isso. Prá que eles vão se arriscar e arrumar encrenca com os agricultores? Eles não falam prá os agricultores, só fazem o projeto! (I 07, liderança sindical e agricultora). Outro agricultor cobra mais rigor e empenho dos técnicos na elaboração dos projetos:

> "[...] Tem de mandar os técnicos ensinar o cara a plantar, usar aquele dinheiro prá aplicar bem, fez projeto mal, deu o dinheiro, a firma quebrou a agora não tem prá pagar, financiou as vacas e deu dinheiro prá firma, precisa mais exigência nessas coisas, se ele vai pagar conta antiga não pode receber mais dinheiro, se não nunca vai ir prá frente". (I 12, agricultor do grupo D).

Os agricultores compreendem a importância da assistência técnica com projetos mais qualificados com vistas a utilizar os recursos do crédito rural com mais eficiência a fim de evitar a precarização das condições econômicas dos agricultores. Esta exigência está conectada com a necessidade de mudança dos padrões técnicos dos agricultores que necessitam incorporar novos saberes que, na visão dos agricultores entrevistados os mediadores técnicos têm condições de fazer. A assistência técnica foi prestada em 86,2% dos estabelecimentos de Salvador das Missões (Tabela 5.3). Os dados permitem deduzir que os mediadores representados pela assistência técnica têm presença contínua na vida dos agricultores focados na elaboração de projetos para a canalização e fiscalização dos recursos oriundos dos financiamentos agropecuários. O que é possível problematizar é a qualidade dessas intervenções e para quem elas estão efetivamente fazendo a diferença.

Tabela 5.3 – Disponibilização de assistência técnica em Salvador das Missões (2001/002).

	Nº de casos	(%).
Sim	50	86,2
Não	8	13,8
Total	58	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. 2003), (NIEDERLE, 2007).

Os dados enfatizam presença massiva dos mediadores técnicos entre os agricultores na elaboração dos projetos e esclarecem que o problema da assistência técnica não é a falta dela, mas qual é o papel desempenhado na qualidade dos projetos e na habilidade em desenvolver condições de aprimorar as potencialidades dos agricultores. Na percepção dos agricultores, os mediadores técnicos (assistência técnica) restringem-se aos procedimentos burocráticos na elaboração dos projetos para efeitos de acesso ao crédito. A pulverização das políticas públicas ocorre devido à ausência de integração entre os esforços federais, estaduais e

municipais, onde estas dimensões administrativas atuam de forma fragmentada e com recorte setorial (ABRAMOVAY, 2005). Este é um fator que dispersa os esforços e torna duvidosa a eficácia das políticas neste contexto. A esta dimensão, Neves (2005) acrescenta:

> Assim sendo, nos quadros institucionais de aplicação do PRONAF, uma política de intervenção que constitui o setor da agricultura familiar, as ações são de cunho social para uns, e de cunho econômico para outros. Por vezes, são ações pulverizadas para alguns tantos outros agentes que aí vão se agregando [...]. (p. 17).

As entrevistas com as lideranças de Salvador das Missões comprovam estas premissas ao afirmarem que "[...] temos alguns programas que tem recursos destinados, mas são separados e não necessariamente eles se complementarizam". (I 05, Secretaria Municipal da Agricultura). Esta opinião é compartilhada pelo agente financeiro, "[...] isso é um problema, a gente nota um distanciamento muito grande, as políticas são fragmentadas". (I 01, gerência do Banco do Brasil, Cerro Largo). Estes relatos permitem concluir que ainda está distante a integração efetiva das políticas públicas entre os entes da administração pública, o que resulta em perda de eficiência e dispêndio de recursos que a acabam por não atender adequadamente os beneficiários. Para o melhor entendimento na operacionalização do PRONAF, descreve-se, no Apêndice A, os caminhos percorridos pelos agricultores familiares para acessar os recursos do PRONAF, através dos projetos produtivos de custeio e de investimentos elaborados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ACESSO AO CRÉDITO E SUAS ARMADILHAS

A questão central deste estudo foi estabelecer uma ponte entre as políticas públicas, especialmente, a de crédito rural veiculado através do PRONAF, e sua capacidade de auxiliar os agricultores familiares em processos que acenem com possibilidades de reprodução social e material. Deles derivam os desejos e aspirações transmitidas aos projetos elaborados na canalização dos recursos que fundamentam as relações dos agricultores familiares com os mediadores técnicos e políticos no município de Salvador das Missões. Por isso, a realização de um estudo de caso busca identificar as estratégias adotadas pelos agricultores familiares, visando à sobrevivência e à reprodução social em que pesem os ambientes de aspectos multifatoriais de ordem social, econômica, cultural e ambiental, e visa encontrar respostas para questões postas, do tipo “como” e “por quê”.

As políticas públicas de financiamento para a agricultura familiar trazem no conteúdo de seus interesses a oferta de recursos financeiros, como condição *sine qua non*, para alavancar os empreendimentos dos agricultores. Dessa forma, o PRONAF constituiu-se na principal ferramenta para a efetivação desta tarefa e alvo de defesa dos governos e movimentos sociais da agricultura familiar, como uma das expressões de desenvolvimento rural que veio timidamente acompanhado de outras políticas de apoio a complementar as ações de crédito e que, atualmente, dão sinais de exaustão e esgotamento. Os sintomas dessa realidade expressam-se nas estratégias que os agricultores familiares de Salvador das Missões demonstraram através do trabalho de campo revelando os diversos usos dados aos recursos do PRONAF, que vão muito além da aplicação dos recursos conforme determinam os projetos.

No decorrer desta dissertação, procurou-se demonstrar o contínuo exercício do papel de ator dos agricultores familiares, visando a prover minimamente as necessidades das suas famílias, considerando os constrangimentos e limitações a que estão expostos, na medida em que buscam atuar “fazendo a diferença”. Este processo possibilita aos agricultores familiares “atuar de outro modo”, a fim de influenciar o fluxo de ações da vida cotidiana que expressam conhecimentos e reflexidade traduzidos nos discursos e práticas, mesmo que, por vezes, isto represente efeitos contrários, não esperados e involuntários daquilo que inicialmente era imaginado. As circunstâncias em que vivem os agricultores de Salvador das Missões são potencializadas pela interface dos agricultores com as relações exigidas pelas trocas mercantis que transformaram as relações sociais e as formas de relacionamento com o

mundo social e seu entorno.

Uma das centralidades deste estudo era definir claramente o objeto de estudo, ao focar a análise na utilização dos recursos oriundos do crédito rural através das operações financiadas pelo PRONAF, a capacidade destes recursos em se transformarem efetivamente em elementos facilitadores de reprodução social e material das famílias dos agricultores de Salvador das Missões. Este processo está diretamente ligado aos projetos dos empreendimentos produtivos elaborados pelos mediadores técnicos, como resultantes da relação destes com os agricultores familiares alvos dos procedimentos de mediação. Julgou-se que estas premissas são condições fundamentais para a compreensão das razões adotadas pelos agricultores familiares no exercício de sua condição de atores sociais que leem, reinterpretam e incorporam as influências externas, dando-lhes novos sentidos, agregando-as ao portfólio de alternativas que os auxiliam na tomada de decisão necessária ao bem-estar da família, sobrevivência e reprodução das condições sociais e materiais das unidades familiares de produção.

O trabalho empírico realizado revelou que a utilização dos recursos do PRONAF produz situações diferenciadas entre os agricultores familiares, considerando o aporte de possibilidades que estão à disposição, em contraposição à capacidade e ao espaço de ação, em virtude das limitações e potencialidades de ação. As situações diferenciadas referidas refletem os mecanismos adaptativos dos agricultores frente ao processo de mercantilização da agricultura e do consumo, condicionados pela fragilização dos ingressos de renda das atividades desenvolvidas pelos agricultores e suas famílias e que atingem com mais veemência os agricultores com as menores condições socioeconômicas.

Outra realidade que se tornou evidente no trabalho de campo foi a necessidade contínua de crédito rural que denota o eixo norteador da reprodução social e material dos agricultores familiares de Salvador das Missões, aprofundando o processo de mercantilização social e econômica da agricultura familiar. Este fator configurou-se pelos crescentes custos intermediários para composição das atividades agrícolas e pela necessidade da produção atender às demandas do mercado. Logicamente, os aspectos produtivos não são os únicos condicionantes do imbricado e complexo processo de reprodução social. É sabido que o ambiente econômico parece ter uma influência cada vez maior, inclusive nas relações familiares que repercutem, inclusive, na divisão social do trabalho que transformou as unidades familiares de produção funcionais adaptadas ao modelo de produção capitalista, que mantêm, contudo, certas especificidades que as caracterizam como um modo de vida, apesar das transformações que vêm sofrendo ao longo do tempo.

Pelo exposto acima, julga-se comprovada a hipótese, ao sustentar que o desejo de buscar a reprodução social e material das famílias reflete-se sobre os usos dos recursos do PRONAF como respostas aos mecanismos de adaptação dos agricultores à mercantilização da agricultura, em consequência da fragilização dos ingressos de renda oriunda das suas atividades. Nesse particular, vale salientar que estas estratégias produzem reações diferenciadas ligadas diretamente ao aporte e acúmulo de recursos econômicos e sociais dos agricultores familiares no tocante às formas como administrar os recursos do crédito que podem se transformar em capital de giro das propriedades, o que possibilita inclusive, a ampliação patrimonial a partir dos projetos elaborados. A estes agricultores concretizam-se estas possibilidades, em virtude de os mesmos já possuírem propriedades com estruturas consolidadas e possuírem habilidades profissionais e tecnológicas que, por sua vez se traduzem em especialização e diferenciação produtivas. Esta possibilidade torna-se viável ao permitir o uso dos recursos do PRONAF, atraídos pelos juros baixos e acesso ao seguro dos empreendimentos financiados graças à cobertura do PROAGRO. Por outro lado, os agricultores familiares que não possuem estas condições transformam parte dos recursos em verbas de manutenção familiar, para o atendimento de emergências diversas, utilizando a aplicação de insumos abaixo da recomendação técnica dos projetos (especialmente de custeio agrícola), ante a necessidade premente de conseguir dinheiro para garantir a sobrevivência imediata do grupo familiar, adiando o processo de exclusão do processo produtivo. Outra estratégia adotada por estes agricultores, demonstrada pelo trabalho de campo foi a busca de outras linhas de financiamento, como, por exemplo, a de custeio pecuário para atender às necessidades de gastos emergenciais da família. Dessa forma, torna-se difícil estabelecer a separação entre os investimentos produtivos dado que a racionalidade destes agricultores concentra-se em primeiro lugar, no atendimento às necessidades básicas e ao bem-estar familiar.

Outra questão levantada por este estudo foi supor que os diferentes tipos de agricultores no PRONAF, os produtos diversos e as distintas formas influenciam a utilização dos recursos do crédito rural. Verificou-se que os recursos produziram situações que permitem aludir a existência da especialização e diferenciação produtivas, muitas vezes causadas pela ausência de possibilidades para a introdução de inovações produtivas onde os agricultores familiares se veem condicionados a plantar de acordo com a oferta de financiamento, focada nas culturas tradicionais, interpretadas como carro chefe da modernização e da mercantilização da agricultura. Este processo promoveu mudanças culturais e induziu também os agricultores com as propriedades pequenas a estas alternativas,

em virtude da insegurança em face às dificuldades de comercialização dos produtos não tradicionalmente produzidos na região, além do saber-fazer sedimentado em anos de prática nos cultivos de culturas agrícolas tradicionais. Na base destas mudanças está a necessidade contínua de dinheiro para compor o processo produtivo e de manutenção da família e da unidade familiar de produção, como uma das expressões visíveis da mercantilização e monetarização da vida dos agricultores.

Em Salvador das Missões, pôde-se observar que a maior mercantilização produziu diferenciação social e econômica que refletiu nas estratégias adotadas pelos agricultores na condução de seus empreendimentos que, por vezes, forçam-nos a subutilizar os recursos dos projetos, visando ao atendimento de necessidades imediatas. Significa dizer que devemos reconhecer as limitações das intervenções externas centralizadas somente em políticas de aporte de crédito que, em certas circunstâncias, exacerbam as condições de fragilidade e de potencialidade dos agricultores no tocante ao formato disponível para a reprodução social e material dos distintos agricultores. Este jogo é francamente favorável aos agricultores mais capitalizados, cujas propriedades possuem infraestrutura de produção adequada e capacidade gerencial, administrativa e organizativa, de tal sorte que lograram alocar os recursos do PRONAF em situações mais competitivas. Agrega-se a isso, o fato de que estes agricultores, em virtude das condições econômicas, têm tratamento diferenciado pelos agentes financeiros, devido às possibilidades de pagar os recursos emprestados. Os agricultores capitalizados (Grupos “D”e “E”) conseguiram criar alternativas que lhes permitiram produzir rendas além da agricultura (prestação de serviços agrícolas, transportes), ao mesmo tempo que desenvolveram sistemas policultivos de produção (soja, milho, leite, suínos). Ao analisar o conteúdo do trabalho de campo em Salvador das Missões, percebe-se claramente que esses agricultores são os mais esclarecidos e exercem liderança em suas comunidades.

Os agricultores familiares dos Grupos “C” e “A/C” concentram as rendas oriundas das atividades das culturas de milho, soja, frango caipira, rapadura, hortaliças e da venda esporádica da prestação de serviços (empreitadas, assalariamento, trabalho por jornadas) que aliadas às rendas provindas das atividades agrícolas, não são suficientes para a manutenção das necessidades básicas da família e de sustentação da propriedade e utilizam parte do crédito rural para cobrir estas demandas. Esta opção está conectada às frequentes frustrações de safra na região, especialmente causadas por deficiência hídrica e achatamento dos preços dos produtos agrícolas. As propriedades destes agricultores apresentam deficiências produtivas e, por vezes, podem ser consideradas inadequadas para as explorações agrícolas e apresentam, igualmente, fragilidade na produção de alimentos para o autoconsumo.

Frente ao arrazoado, julgou-se procedente e adequada a hipótese formulada, ao supor que a utilização dos recursos do PRONAF na busca de fortalecimento socioeconômico da unidade familiar está intimamente ligada ao perfil de agricultor enquadrado no PRONAF, ao tipo de produto que, por sua vez, influencia e determina as estratégias no emprego dos recursos. Esta conclusão foi corroborada pelos dados quantitativos e qualitativos levantados pelo trabalho de campo. Um dos fatores que impulsionou a amplitude do PRONAF foi a forma encontrada para operacionalizar o programa, descentralizado por meio de uma vasta gama de mediadores técnicos e políticos e de agentes financeiros que auxiliam na veiculação das informações para gerir a elaboração dos projetos nas diferentes regiões do Brasil. Este modelo de gestão descentralizada atribui vital importância aos mediadores, na medida em que estes atuam como elementos de controle social dos recursos e supõe-se que tenham as condições necessárias para a elaboração de projetos condizentes com as diversidades regionais e que se traduzam em estratégias para a promoção do desenvolvimento local e regional das comunidades.

Dessa forma, os mediadores constituíram-se em importantes atores na aproximação e descentralização de políticas públicas através de instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais que se consolidam e se validam a partir da mediação técnica e política, visando a atuar como facilitadores, a fim de superar as dificuldades políticas e históricas e transformar as explorações da agricultura familiar em agentes geradores de desenvolvimento. Além de atuarem como aproximadores das ações do Estado e dos setores da sociedade civil, os mediadores trazem consigo um arsenal de metodologias, traduzidas nos projetos que buscam intervir e transformar a vida dos mediados, especialmente, modificando as bases técnicas nas quais se orientam os processos focados na produção agrícola e nos modos de vida dos agricultores familiares. Desta forma, os mediadores transformam-se, por assim dizer, nos tradutores daqueles que dizem mediar, visando solucionar conflitos que, forçosamente, ocorrem nestes encontros, na disputa de projetos e de representações sociais. É necessário referir que parte das intervenções levadas a efeito no meio rural por esta plêiade de mediadores parte quase sempre da premissa socialmente construída que se tornou senso comum, que o meio rural é o *locus* da precariedade e do obscurantismo, e que necessita ser mudado e transformado. Assim sendo, a visão e as representações dos agricultores familiares quase sempre são deixadas de lado. Deve-se referir a existência da construção de relações marcadas pela desigualdade, onde os agricultores tendem a relegar seu modo de vida por considerar que a oferta de mudanças que chegam através dos mediadores sejam superiores e mais adequadas e, por isso, desejadas, especialmente pela juventude rural, o que compromete

seriamente a reposição e a continuidade de sucessão familiar e produtiva da agricultura familiar.

Os mediadores técnicos representados pela atuação da EMATER são os responsáveis pela tradução técnica dos anseios dos agricultores familiares no tocante à canalização dos recursos oriundos do PRONAF que se expressam através dos projetos produtivos. Acredita-se que esse processo possa desencadear um ambiente de discussões que visam fundamentalmente a melhorar as condições de vida material e social dos agricultores, mas que induzem a transformações das representações sociais dos agricultores familiares em consequência das influências externas recebidas. Deve-se atentar que, apesar da aparente situação de desigualdade em que se postam os agricultores, estes criam formas para manter e para exercitar a condição de atores sociais que leem, interpretam e traduzem as influências recebidas. Assim sendo, não reproduzem apenas as condições da vida material, mas, ao fazer isso, ao mesmo tempo elaboram um conjunto de representações e valores sociais diretamente conectados com as condições de existência. Significa dizer que os agricultores familiares elaboram formas de como preservar seus interesses e que não raro são contraditórios aos projetos elaborados pelos agentes externos, especialmente, ao questionar as técnicas "revolucionárias" que, por vezes, levam os agricultores à falência produtiva e econômica, com a consequente perda de suas propriedades e de seus estilos de vida.

No trabalho de campo em Salvador das Missões, pôde-se observar que as estratégias adotadas pelos mediadores técnicos na condução dos projetos produtivos com os recursos do PRONAF limitam-se à aplicação dos parâmetros normativos prescritos na operacionalização do programa. Dito de outra forma, os projetos, ao se tornarem protocolos formais, convertem-se em uma correia de transferência de recursos federais aos agricultores familiares, revelando a capacidade limitada de influência dos mediadores técnicos nos destinos dos recursos do PRONAF através dos projetos financiados. Eles procuram não se expor aos riscos, evitando problematizar o teor e a viabilidade técnica dos projetos, atendo-se às normas do programa, das quais são conhecedores experientes, mesmo porque a margem de manobra dos técnicos é também reduzida, em virtude de terem que trabalhar apenas com a ferramenta do crédito rural e com a oferta de alternativas engessadas pelas regras do programa ou por outras políticas e instrumentos necessários ao desenvolvimento rural, por vezes ausentes.

Os mediadores técnicos estão presentes em grande parte das propriedades de Salvador das Missões, e têm, segundo os dados levantados, ampla aceitação e credibilidade entre os agricultores familiares. Contudo, as informações coletadas não permitem avaliar em que parâmetros os dados foram levantados, se são pessoais, ou se tem por base o sucesso dos

projetos financiados. Este fator permite relativizar o grau de aceitação por parte dos agricultores familiares, mas, de qualquer sorte, é um fator que deve suscitar reflexões, devido, à diuturna presença na vida dos agricultores familiares.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como mediador político, pelos dados quantitativos levantados e pelas entrevistas realizadas, demonstrou a baixa credibilidade deste junto aos agricultores familiares de Salvador das Missões, ficando explícito que o tema ligado à elaboração dos projetos, que remete à discussão dos processos produtivos, não é abordada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A relação com os agricultores, no tocante à operacionalização do PRONAF, resume-se à emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) somente aos seus associados. Este fenômeno revela a perda de importância dos "notáveis" tradicionais (comerciantes, padres, pastores, lideranças sindicais e vereadores), com a entrada no cenário de novos atores (agentes de saúde, técnicos diversos, funcionários públicos e pesquisadores), com relações mais diretas e constantes com os agricultores, o que pulverizou a credibilidade dos mediadores tradicionais. Outro fator que influencia as relações sociais dos agricultores ocorre na medida em que há intercâmbio nos processos de trocas mercantis, como espaços de construção de relações sociais que ampliam a visão de mundo dos agricultores familiares e permitem questionar as estratégias utilizadas pelos mediadores habituais.

Diante do quadro de referências empíricas encontradas, considera-se que a hipótese que assevera que o ambiente institucional expresso através da ação dos mediadores técnicos e políticos ampliam as condições de fortalecimento e de reprodução social dos agricultores familiares de Salvador das Missões revelou-se inócua, inadequada e passível de refutação.

Ao finalizar esta dissertação, logrou-se apreender alguns conhecimentos que devem ser considerados pelos formuladores de políticas públicas e pelos mediadores (técnicos e políticos) que atuam no meio rural. Parece ter ficado evidente que a viabilização da agricultura familiar, com vistas a criar condições de reprodução social e material, passa muito além da oferta de acesso ao crédito rural, da ampliação da capacidade produtiva de mercadorias, que há algum tempo dá indícios de esgotamento e exaustão. É necessário levar em conta a condição de atores sociais dos agricultores familiares que leem e interpretam o mundo a sua volta e reagem de acordo com os recursos e informações que possuem a fim de preservar seus valores do modo de vida e de sua cultura. Parece ter sido fácil cair na armadilha da simplificação, aceita pelos movimentos sociais representantes da agricultura familiar e de setores do governo, que a oferta de crédito rural seria suficiente para recompor as condições produtivas dos agricultores. Essa premissa já fora refutada por inúmeros estudos

acadêmicos, enfatizando as insuficiências, as limitações e os riscos desse reducionismo, o que vem a reforçar a necessidade de ampliar o leque de ofertas de políticas públicas estruturantes que contemplem a diversidade e heterogeneidade dos agricultores familiares e, por extensão, do meio rural, ultrapassando a lógica produtivista ainda presente. A agricultura familiar não se reduz apenas à produção de alimentos e de matéria-prima, assim como o meio rural não está restrito apenas à agricultura. Os agricultores familiares cada vez mais se firmam como atores sociais que possuem voz e vontade de interpretar o mundo através dos seus próprios juízos. Estas premissas desconstroem o senso comum da incapacidade dos agricultores familiares de compreenderem a realidade em que vivem, e decidirem a partir de seus próprios conhecimentos, o que renova a necessidade de a academia ampliar e entender este universo de complexidades singulares.

Além disso, espera-se que esta dissertação tenha contribuído para demonstrar a relevância do PRONAF para a agricultura familiar, comprovando a necessidade de intervenção massiva do Estado para este segmento de agricultores, como já fora efetuado nos países centrais do capitalismo, mas somente ele não terá a capacidade de promover a inserção econômica e a afirmação social necessária para se transformar a agricultura familiar em uma das expressões capazes de assegurar o desenvolvimento rural. Por certo, ao encerrar este estudo, é provável que muitas questões ficaram em aberto, o que renova a necessidade de continuar a investigar este tema, diante da complexidade do meio rural, em particular da agricultura familiar, que parece mesmo estar distante de ser elucidada, especialmente a inesgotável capacidade dos agricultores familiares em estabelecer diferentes estratégias de reprodução social e material na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.. BENGOA, J. BERDEGUÉ, J. A. ESCOBAL, J. RANABOLDO, C. RAVNBORG, H. M. SHETJTMAN. A. **Movimientos sociales, gobernanza ambiental y desarollo territorial.** Santiago, Chile: Ed Catalonia. 2007.

_____.e MAGALHAES, R. S. e SCHRÖDER, M. **O processo de constituição dos territórios rurais.** Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar. São Paulo. 2006b.

_____. MAGALHÃES, R. SCHÖDER, M. **A agricultura familiar entre o setor e o território:** Projeto - As forças sociais dos novos territórios – O caso da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. São Paulo: FEA/USP, 2005.

_____. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**: **Revista de Sociologia da USP,** São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov.2004.

_____. **Relatório institucional da Secretaria da Agricultura Familiar**. Brasília. SAF/MDA/PNUD. Projeto BRA/98/012. 2002.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: **IPEA,** 2000. Texto para discussão, 702. p. 2.

_____. VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural:** o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: Texto para Discussão, nº 641. Brasília: FIPE/IPEA 07/97, 47 p. 1999.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas (SP): Editora HUCITEC-UNICAMP, 1992.

_____. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP/FFLCH, 1981.

ALENCAR, E. **Intervenção tutorial ou participativa?** Cadernos de Administração Rural, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun.1990.

ALMEIDA, B. M. W. **Redescobrindo a família rural**. ANPOCS, n. 1, v. 1, p. 66-83, Junhode 1986.

ANJOS, F. S. dos *et al.* A pluriatividade e suas manifestações na região missioneira gaúcha. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, Cuiabá. **Anais**... Cuiabá: SOBER, 2004.

ARRETCHE, Marta T. S.. “Tendências no Estudo sobre Avaliação”. In RICCO, Elizabete Melo. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Ed. Cortez, 1998. p. 29-39.

ARBIX, G., Zilbovicius, M., & Abramovay, R. (orgs.), **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo, Editorada Unesp/Edusp. 2001. 376 p.

AQUINO, J. R. e TEIXEIRA, O. A. Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: A experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste Brasileiro. In: **Cuadernos de Desarrollo Rural.** Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana, n. 54, p. 61-85. 2005.

_____. TEIXEIRA, O. A. ; TONNEAU, J. P. . O PRONAF e a "nova modernização desigual" da agricultura brasileira. **Raízes** (Campina Grande), Campina Grande/PB, v. 22, n. 1, p. 46-57, 2003.

ASSIS, W. S.; SILVA, L. M. S. O PRONAF e a agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades. In: SIMÕES, A. V. (Org). **Coleta Amazônica:** iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. Belém: UFPA / NEAF: SBSP, 2003. p. 13-37.

BANCO MUNDIAL. Conteúdo do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008. Disponível em http://sitesources.wolrdbank.org/INTWDR2008/Resources/2795087-1192111580172/FINAL_WDR-OV-Portuguese-text_9.26.07.pdf . Acesso em novembro de 2008.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. Natal: UFRN, 2005. (Tese de Doutoramento).

BERDEGUÉ, J e SCHEJTMAN, A.; **Desarollo territorial rural.** Santiago: Chile, RIMISP. 2003. Documento de trabajo.

BITTENCOURT, G. & ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: O Sistema Cresol. **Economia Ensaios**, Uberlândia: v. 16, n. 1, p. 179-207, 2001.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In MICELI (org.): **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectivas, 2007.

_____. **Meditações pascalianas**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

_____. **É possível um ato desinteressado?** Em: Razoes práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997. p. 137-156.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. PRONAF **– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, maio de 1996.

BRASIL. Ministério da Fazenda **– Levantamento das operações de créditos rural do PRONAF, PROCERA, e Crédito Fundiário**. Secretaria de Política Econômica, Brasília, março de 2008.

BUAINAIN, A. M, e SOUZA FILHO, H. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável:** questões para debates. Brasília: IICA, 2006.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 10. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. C.: FLEXOR, G.; SANTOS, R. (orgs). **Mundo Rural Brasileiro:** ensaios interdisciplinares, Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, EDUR, 2008.

_____. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro:** políticas públicas. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 117-149.

_____. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 70-82, 1997.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** Uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA. F. B. **Ambiente institucional no crédito rural:** avanços e retrocessos. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte. Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciencias Sociais. Natal, RN, 2005.

CHALITA, M. A. N. **Cultura, política e agricultura familiar:** a produção do empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento na citricultura. 2004. Tese (Doutorado em PPG Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHONCHOL, J. **O Fórum mundial sobre a Reforma Agrária.** Valência, Espanha. Carta Maior Publicações e Promoções. 2004.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS discussion paper**, Brighton (UK), n. 296. *p.1-33*, 1992.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS:** um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2004.

CONTAG. VIII Congresso Nacional Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília/DF, 2001. (Documento base).

COPETTI, L. D. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural:** o caso do PRONAF-Crédito no município de Alegria- RS . Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Su – Porto Alegre, 2008.

CORRÊA, V. P.; ORTEGA, A. C. **PRONAF**: Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar. Qual seu real objetivo e público alvo? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: SOBER, 2002. 21 p.

D'INCAO, M. C.; ROY, G. **Nós, cidadãos:** autonomia e participação popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 277p.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE SARDAN, J. P. O. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995. p. 153-171.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-52.

DODIER, N. **Agir em diversos mundos**. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) Teorias da Ação em Debate. São Paulo: Cortez / FAPESP / Instituto de Estudos Especiais – PUC. 1993. p. 77-109.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994. 24 p. (Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FAVARETO, A.S. & BITTENCOURT, G. L. Agricultura e sindicalismo nos anos 90: notas para um balanço. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001; 368-392.

FLIGSTEIN, N. "Social skill and the theory of fields" disponível na internet en http://repositories.cdlib.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=iir/ccop , publicado em Sociological Theory 19(2), 2001a, pages 105-125. Acesso em novembro de 2007.

_____. **The Architecture of Markets** – An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capítalist Societies – Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001b.

FUKS, M. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 21, n. 60, p. 67- 81. fev. 2006.

_____. Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa na dinâmica do conflito social. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, p.79-94, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **FEEDADOS.** 1994-2004. Disponível em www.fee.rs.gov.br

GARCIA-PARPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-em-Sologne. **Estudos Sociedade e Agricultura**. CPDA, n. 20, 2003.

GASQUES, J. G.; FREITAS, R. E.; BASTOS, E. T.; SILVA, H. D. P.; SILVA, A. R. Agricultura Familiar e PRONAF: análise de alguns indicadores. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL,** 43., 2005,

Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 21 p.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 82-103.

_____. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas:** Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S., AS DUAS "CARAS" DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? **Anais XVIII Congresso SOBER**, Ribeirão Preto SP, 2005.

GERHARDT, C. H. **Agricultores, mediadores sociais e meio ambiente:** a construção da "problemática ambiental" em agro-eco-sistemas. Porto Alegre, 2002. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

GHIZELINI, A. A. & BRANDENBURG, A. Assessoria rural como condição para efetivar o projeto de desenvolvimento rural sustentável. VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural 20-24 de Noviembre del 2006, Quito, Ecuador. Disponível em: http://www.baseportal.com/cgi-bin/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/VIICongresoALASRU

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** 2.ed. São Paulo: Martins Fortes, 2003.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995.

GONZÁLEZ-VEGA, C. Servicios financieros rurales: experiencias del pasado, enfoque del presente. Economics and sociology Occasional Paper, n. 2530, Columbus, The Ohio State University, p. 1-19, nov. 1998. Disponível em: http://www-agecon.ag.ohio-state.edu/Programs/RuralFinance/PDF Docs/Publications/ESO Papers/eso2530.pdf

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho:** crítica da razão econômica. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GRAZIANO, J. S. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In STÉDILE, J. P. (org). **A questão agrária na década de 90.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Instituto de Economia: Unicamp, 217p., 1987.

_____. **Para onde vai a agricultura?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 10, 1979.

GRISA, C. **A produção "pro gasto"**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddeness. **American Jounal of Sociology**, v. 91 n. 3, p. 481-510, Nov. 1985

GUALDA, N. L. P. Agricultura Familiar versus Modelo Agro-Exportador: O Falso Dilema da Não Coexistência. Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, p.15, 2007. Disponível em: http://www.pce.uem.br/artigos/artigo.html

GUANZIROLLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v.45 n.2 Brasília: abr./jun. 2007. p. 301-328.

GUILHOTO, J. M. *et al*., **Agricultura familiar na economia**: Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estudos NEAD n. 9, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro.

_____. **Censo demográfico 1970-2000.** Rio de Janeiro, IBGE.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Sade: Banco de dados da agricultura familiar. 2004. Disponível em: www.incra.gov.br

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, IFCH/PPGS. v. 6, p. 51-75, 1994.

KAGEYAMA, A. *et al.*, O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme C. et al. (Org.). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: Série IPEA, nº 127, 1990.

_____. **Produtividade e renda na agricultura familiar:** efeitos do PRONAF – crédito. Agricultura. São Paulo, 2003, 50 (2): 1-13.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar comparação internacional: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, v. 1.

_____. (coord) **Agricultura familiar: do mito à realidade**. v. 2. Campinas: São Paulo, UNICAMP, 1998.

LARRAIN, J. Modernização. In: OUTHWAITE W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX.** RJ. : Zahar, 1996. p. 477-479.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora de UFMG, 1999.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. *et al*., **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1998, p. 59–106.

LONG, N. **Development sociology:** actor perspectives. London and New York: Routlege, 2001. 293 p.

_____.PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In BOOTH, D. **Rethinking Social Development:** Theory, research and

practice. England, Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.

_____. e PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis,** v. 291, p. 226-249, 1989.

_____. Introdução à sociologia do desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 37 p.

MARTINS, J. S. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

MARTINS, J. S. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp. 2000.

MARX, K e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret. 2002.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2004. Coleção a Obra Prima de Cada Autor. 192. p 52.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MATTEI, L. Mudança nas regras de financiamento do PRONAF. Agência Carta Maior, São Paulo, p. 1, 21 mai. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3895>. Acesso em:

_____. Produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Anais do XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Londrina, PR, 2007.

_____.**Indicadores do PRONAF.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD Estudos; n. 11, Brasília. 2005.

_____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção.** Belém, Pará. 2001.

_____. Produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Anais do XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Londrina, PR, 2007. Disponível em http://www.sober.org.br/palestra/6/405.pdf. Acesso em abril de 2009.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MONSMA, K. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiro de gado e capatazes no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-114, jun. 2000.

MÜHL, E. H. **Transformação de valores morais dos colonos com a modernização da agricultura**: um estudo de caso do Rio Grande do Sul. (Dissertação Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-100. 2001.

NAVES, F. Construção, subversão, e submissão: reflexões sobre estratégias de acesso ao mercado adotadas por agricultores familiares agroecológicos. In: SECRETO, M. V.; CARNEIRO, M. J.; BRUNO, R. (orgs.) **O campo em debate: terra, homens, lutas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, EDUR, 2008.

NEVES, D. P.(org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

_____. **Campesinato e reenquadramento sociais:** os agricultores familiares em cena. Revista Nera, São Paulo, v. 7, 2006.

_____. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. In: Bernardo Mançano Fernandes; Marta Inez Medeiros Marques; Julio César Suzuki. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 211-270.

_____. **O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel** , e dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1998. p. 147-167.

_____. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: EDUFF/UFF, 1997a

NIEDERLE, P. A. E SCHNEIDER, S. As Estratégias de Transição: práticas e processos de diversificação produtiva na agricultura familiar de Salvador das Missões, RS. **4º. Encontro de Economia Gaúcha,** PUC, Porro Alegre, 2008

_____. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre: 2007. 218 f.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006. p. 57-81.

NUNES, E. O. **Uma aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLALDE, A, R. PRONAF, Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável no Baixo Sul da Bahia. **Anais XLIII Congresso da SOBER**, 2005. Ribeirão Preto.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** 6. ed. Petrópolis: (RJ.),Vozes, 1988.

OLIVEIRA, V. L. **A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre: 2004.

PAREDES, P. A. P. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias dos produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre: 2006

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilizarão da agricultura familiar.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. (Organizadores). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTION-AID-Brasil, 1999.

PETRELLI C,V; Silva, F. O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados. Anais XVII Congresso da SOBER, julho/2004. Cuiabá – MT. Disponível em: http://www.sober.org.br/palestra/12/06O348.pdf

PICOLOTTO, E. L.. A emergência da categoria agricultor familiar como sujeito de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. In: **XLVI Congresso da SOBER**, 2008, Rio Branco - AC. Anais XLVI Congresso da SOBER. Rio Branco: UFAC/SOBER, 2008. v. único.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

_____. **The virtual farmer**: past, present and future of the Dutch peasantry. Assen: Van Gorcum, 2003.137p.

_____. al. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis,** Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

_____.Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 32, n. 2. p. 240-246, 1993.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, campesinato y historia.** Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-195.

_____. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

PRETTO, J. M. **Amplitude e restrições ao acesso de PRONAF Investimento no Rio Grande do Sul** – Um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Estremo Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO *et al*. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2000. Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas. Acesso em: jun. abril de 2009.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho:** as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RANGEL, I. **A questão agrária brasileira**. Recife: CDEP, 1962.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico:** - um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974.

ROCHA, S. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. **IPEA**, Rio de Janeiro, abril de 2000, (Texto para Discussão n. 721).

_____. Desigualdade e pobreza no Brasil: a evolução 1981-1995. **IPEA**, Rio de Janeiro, junho de 1998a (Texto para Discussão n. 567).

_____. Renda e pobreza - medidas *per capita versus* adulto-equivalente. **IPEA**, Rio de Janeiro, novembro de 1998c (Texto para Discussão n. 609).

ROMÃO, M. C. Pobreza: conceito e mensuração. In: **Cadernos de Economia nº 13**, Brasília, IPEA, fevereiro de 1993.

SABOURIN, E.c. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: **ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE-NORDESTE,** 11, Aracajú. Anais... Aracajú, 2003.

SAYAD, J. **Crédito Rural no Brasil:** avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: FIPE e Pioneira Editora, 1984.

SCHNEIDER, S. CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII, 2004, Cuiabá. **Anais.** Cuiabá:, 2004. 1 CD-ROM. Ensaio

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

STRIEDER; D. M. CARVALHO, A. M. P. Ensino de ciências e cultura local: um estudo a partir das falas de professores de um contexto teuto-brasileiro. Ensaio. v. 11, n.1 jun/2009. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/.../2%20-%20Ensino%20de%20ciencias%20e%20cultura%20local%20-%2... - Similares - .Acesso em julho de 2009.

SCHRÖDER, M. Agricultores pobres e acesso ao PRONAF: a importância dos arranjos institucionais na intermediação da política pública. **31º Encontro Anual da ANPOCS. Out/2007,** Caxumbú, MG: 2007.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes,** Campina Grande, PB, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

_____. **The moral economy of the peasant**: rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven: Yale University Press, 1976.

SOUZA, C. “Estado de campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TODOROV, T. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fortes, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Programa de Pós-Graduação em Agronomia. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade:** a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul – AFDLP. Porto Alegre, Pelotas, 2003. Projeto de Pesquisa.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **Tempos Históricos**. v. 7, n. 1. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder, 2005.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** desafio de século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo. Edusp, 2007.

_____. A encruzilhada estratégica do Brasil rural. Texto apresentado no Seminário Brasil rural na virada do milênio. São Paulo, abril de 2001.

_____. **Política Agrícola Diferenciada.** In: **Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica,** editado por Erly Cardoso Teixeira e Wilson C. Vieira, Viçosa, MG: IFV-FAPEMIG, 1996, pp. 31-47.

_____. Fundamentos do Agroreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária na Década de 90.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994. p. 68-93.

_____. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. **Revista de Economia Política**. v. 12, n. 2 (46), abril/jun. 1992.

_____. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1991.

VIEIRA, D. D. **Identidade rural agricultura familiar:** o PRONAF B sob a ótica dos beneficiários. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura,** n. 8, abril, 1997.

WOLF, E. **Antropologia e poder:** contribuições de Eric Wolf (Bianco, B. e Ribeiro, G. L. orgs). Brasília: Ed. UNB, São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o compesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 87, p. 11-73, 1990.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. Psicol. estud. [online]. 2003, v. 8, n. spe, pp. 75-84. ISSN 1413-7372. http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf , Acesso em janeiro de 2009.

APÊNDICE A

Os caminhos percorridos para o acesso ao PRONAF

A operacionalização do PRONAF percorre um longo caminho de trâmites legais e burocráticos até chegar efetivamente às mãos dos agricultores familiares, traduzidos em seus projetos de ciclo curto e anual (custeio) e de ciclo longo (investimentos em infraestrutura, máquinas, equipamentos, aquisição de animais etc.). O PRONAF está sob a jurisdição do Ministério do Desenvolvimento Agrário, lotado na Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que tem a responsabilidade de administrar o programa entre outros, destinado à agricultura familiar. Não é o objetivo desta seção detalhar todas as fases do programa que envolve os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Ministério da Fazenda (MF), Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), assim como descrever os trâmites necessários para alocação de recursos para as diferentes linhas de financiamentos que possuem fontes específicas de recursos, tais como: o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), Orçamento Geral da União (OGU). Assim como não nos deteremos nas demandas dos bancos operadores (Banco do Brasil - BB, Banco da Amazônia - BASA, Banco do Nordeste – BNB e cooperativas de crédito). O enfoque é a fase municipal da operacionalização do PRONAF, que trata das funções dos agentes diretamente envolvidos nos processos de enquadramento dos agricultores e elaboração dos projetos por parte dos STRs e EMATER do município de Salvador das Missões

1 A condição de agricultor familiar

O primeiro passo para os agricultores familiares acessarem os recursos do PRONAF é serem enquadrados como agricultores familiares nos critérios definidos pela Resolução BACEN 3.559[1], para as operações de crédito rural do PRONAF.

São agricultores familiares:

---

[1] Resolução 3.559 de 28.03.2008. Disponível em http://www5.bcb.gov.br/normativos/RESOLUCAO+3.559 . Acesso em: maio 2009.

i. Os que explorem parcelas de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiro ou concessionários do PNRA e/ou PNCF;
ii. Residam na propriedade ou em local próximo;
iii. Não disponham para exploração, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais,
iv. Obtenham, no mínimo, de 30% (trinta por cento) até 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária do estabelecimento;
v. Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

Além destes parâmetros, os agricultores devem possuir renda anual bruta de R$ 5.000,00 a R$ 110.000,00 que definem os limites máximos de financiamento nas modalidades de custeio e investimento. As taxas de juros variam de 1,15% a 5,75% ao ano, estando condicionadas ao volume de recursos captados.

2 A função do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

O STR é uma das entidades credenciadas junto ao MDA, assim como a EMATER para fazer o enquadramento dos agricultores conforme as Portarias Nº 47[2], que normatizam as instituições que podem emitir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Os critérios utilizados para o enquadramento devem estar em consonância com a Resolução BACEN 3.559. O STR faz a parte burocrática, coletando as informações para conferir a renda anual dos agricultores para o preenchimento da DAP que, no caso de Salvador das Missões, esse procedimento é efetuado somente para os associados do STR que estão com as obrigações contábeis em dia. Para os agricultores que nunca acessaram o PRONAF e não são associados do STR, exige-se o pagamento das taxas para ingressar no quadro de sócios do STR, sendo um fator de constantes reclamações entre os agricultores, dado que os normativos do PRONAF não preveem nenhum tipo de condicionalidade para se credenciar à captação dos recursos. Para o enquadramento pela renda, os agricultores familiares de Salvador das Missões devem apresentar os comprovantes de venda dos produtos agropecuários ocorrida no último ano, através das Notas Fiscais do Talão Modelo XV que vai definir o tipo de DAP de

[2] Disponível em: http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0811420517.pdf . Acesso em: maio 2009.

enquadramento dos agricultores (Principal, Mulher, Jovem, Jurídica, Especial). Com este documento os agricultores encaminham-se ao escritório da EMATER ou das empresas privadas de assistência técnica para a elaboração dos projetos de custeio ou investimento. O STR deveria repassar aos agricultores todas as normas do programa, as linhas de crédito, os prazos, o que pode se financiado, as normas do PROAGRO, além de discutir a viabilidade dos projetos. Entretanto, conforme observações feitas *in loco* e entrevistas junto ao STR de Salvador das Missões, este procedimento não ocorre, atendo-se a emitir a DAP, "[...] É só que podemos fazer, nós não podemos dizer que não vamos dar, não podemos interferir mais do que isso, não podemos fazer"! (I 07, agricultora do grupo D e liderança). Outra alegação sugerida é que os agricultores já contraíram empréstimos em anos anteriores e conhecem as regras do programa.

3 A função da Assistência Técnica

A EMATER é a instituição credenciada junto ao MDA para a emissão da DAP em casos onde não haja STR. Em Salvador das Missões, a EMATER emite as DAPs para os agricultores que não são sócios do STR ou estão em situação de inadimplência. O técnico da EMATER de Salvador das Missões trabalha há vários anos no município e possui amplo domínio das informações que regem o programa e repassa aos agricultores quais as linhas existentes mais adequadas, o que pode ser financiado, conforme as informações de renda contida na DAP. Após uma conversa rápida com o agricultor, obtém as informações mínimas julgadas necessárias para a elaboração do projeto desejado. A entrevista com o técnico da EMATER esclarece:

> [...] nós até fizemos assim no ano passado quando deu as alterações do PRONAF, fizemos reunião em todas as comunidades com os agricultores prá explicar como que é o crédito, explicamos como eras as normas do PRONAF, como funcionam, os juros, e quais as linhas de crédito e pra que tipo de atividade, como um deles o PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, e os tipos de PRONAF de custeio e investimento, mas mesmo assim não houve grandes adesões às inovações. (I 04, técnico da extensão).

Pelo relato acima, comprova-se que os técnicos da extensão rural são os atores que se apropriaram e dominaram as normas do PRONAF. Dessa forma, conseguem uma maior interlocução junto aos agricultores, o que foi explicitado no trabalho de Aquino (2005), e se

reproduz em Salvador das Missões. Entretanto, os encontros com os agricultores parecem demonstrar que as discussões giram em torno das normas burocráticas do programa que consistem em repassar como funciona e como os agricultores familiares se credenciam aos recursos.

Outra questão que merece destaque é o fato de este trabalho ser uma das estratégias que confere credibilidade a estes mediadores técnicos, conforme o demonstrado no trabalho de campo da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq. (2003), em virtude de se fazerem presentes com frequência, no cotidiano dos agricultores familiares, nas várias comunidades de Salvador das Missões, mesmo que isso não signifique que haja discussão aprofundada sobre os processos produtivos adotados pelos agricultores, ou mesmo na condução das estratégias que determinam o uso dos recursos do PRONAF no âmbito das suas atividades. O trabalho de campo em Salvador das Missões revelou pouca integração entre o STR e a EMATER, mesmo que ambas as instituições estejam localizadas no mesmo prédio em que pese o argumento de discutir como os recursos canalizados pelo PRONAF estejam efetivamente mudando para melhor a situação dos agricultores familiares, especialmente, os mais vulnerabilizados socialmente. Ambas as entidades externalizaram nas entrevistas realizadas a fragilização econômica dos agricultores e a utilização dos recursos do PRONAF para atender a outras demandas que dependem das condições econômicas em que se encontram, que podem ir para investimentos em ampliação patrimonial ou necessidades básicas das famílias

4 A função dos agentes financeiros

O BANSICREDI de Salvador das Missões atende aos agricultores familiares do município, contudo, a maior parte do crédito rural do PRONAF é operacionalizada pelo Banco do Brasil de Cerro Largo, distante cerca de doze quilômetros de Salvador das Missões. De posse do enquadramento dos agricultores através das DAPs correspondentes emitidas pelo STR ou EMATER e mais os respectivos projetos técnicos, além dos documentos pessoais dos beneficiários (CPF, identidade, documentos da terra, carta de anuência em caso de arrendatário, etc.), procederá à busca de informações sobre a saúde creditícia do tomador do crédito (consultas a SERASA, SPC, RECOR); caso não sejam encontradas restrições, far-se-á a análise da proposta do financiamento, com a devida comprovação da capacidade de pagamento do beneficiário, e outras exigências. Os trabalhos de Ferreira et al. (2002) e de Abramovay e Veiga (1999) já haviam detectado um conjunto de exigências fora da legislação

do sistema financeiro, vedadas pelo Manual de Crédito Rural, mas que, no entanto, são praticadas pelos agentes financeiros na liberação do crédito, como a exigência de contratação de seguros, títulos de capitalização, poupança, etc. Copetti (2008) comprovou estas práticas, ao pesquisar as dificuldades impostas pelos agentes financeiros no município de Alegria (RS), onde testemunhou *in loco*, e relata:

> no momento em que encaminhava o pedido de financiamento, a agricultora foi informada que, para ter o seu pedido de crédito aprovado pelo gerente, era "obrigada" a adquirir um titulo de capitalização. Foram oferecidos dois tipos de títulos, um no valor de R$ 450,00 e outro de R$ 600,00. A agricultura escolheu fazer um título de valor mais baixo. Depois de comprar tal título, foi informada de que o dinheiro estaria disponível na semana subseqüente. (aspas no original). (p.151).

Embora, não tenha comprovado esta prática no Banco do Brasil de Cerro Largo, mas, como assessor da FETAG/RS, receberam-se muitas reclamações, inclusive documentadas, destas irregularidades, sendo que muitas vezes, as agências são pressionadas pelas instâncias superiores, como estratégia de comercialização de produtos do agente financeiro. A operacionalização do PRONAF em Salvador das Missões ocorre de duas formas distintas. Os agricultores familiares dos Grupos "D" e "E" não necessitam apresentar o projeto técnico para as operações de custeio e os recursos quase sempre são depositados através de renovação automática, de acordo com a operação do ano anterior, desde que tenha sido quitada. Se o agricultor substituiu a cultura, deve comunicar ao banco, sob pena de perder a cobertura do PROAGRO, caso haja sinistro. Para as operações de investimento, é obrigatória a apresentação do projeto técnico, além das garantais previstas no MCR.

Para os agricultores dos Grupos "A"," A/C" e "C" tanto para os financiamentos de custeio como de investimento é condição basilar a apresentação dos projetos técnicos dos empreendimentos que, nestes casos, muitas vezes é uma mera formalidade bancária. Na percepção da gerência do Banco do Brasil, que o crédito do PRONAF produz situações diferenciadas em alusão ao uso dado aos recursos "[...] Existem pelo menos duas situações: Aqueles que com o crédito se descapitalizam ainda mais e aqueles que não precisam de crédito". Outro fator refere-se à eficácia e formalidade dos projetos elaborados "[...] No custeio sim, porque o custeio é projeto fechado, apresentação das notas, análises química de solos,... [...]" demonstra que apenas o crédito não é suficiente, e daí a necessidade da oferta de outras políticas, especialmente, que contemple soluções coletivas". (I 01, gerência do Banco do Brasil de Cerro Largo).

APÊNDICE B

Roteiros de entrevistas

Público-alvo: agricultores familiares, técnicos da EMATER, lideranças, cooperativas, sindicatos.

1. Quantas vezes já acessaram financiamentos através do PRONAF?
2. De que forma são elaborados os projetos?
3. Aqueles que fazem os projetos influenciam onde aplicar os recursos?
4. De que forma o senhor procura interferir na elaboração dos projetos?
5. O senhor fez alguma tentativa para inovar, com a introdução de novas alternativas de geração de renda ou prefere continuar com as culturas tradicionais?
6. Os recursos são liberados em tempo ideal para a implantação das lavouras?
7. De que forma o senhor acha que os recursos do PRONAF o ajudam a manter a família e a propriedade?
8. Tradicionalmente, as culturas que senhor tem financiado têm proporcionado lucros?
9. Com que recursos o senhor tem conseguido pagar em dia as prestações dos financiamentos?
10. Os senhores acreditam que os agricultores utilizam todos os recursos nos projetos que financiam?
11. O senhor chegou a utilizar os recursos do PRONAF para atender outros compromissos? (Dívidas, casos de doença, alimentação, compra de utensílios para a casa, carros, motos)**?**
12. O senhor acha que o PRONAF dá mais resultados para os agricultores que estão em melhores condições?
13. Existe algum tipo de programa de assistência técnica no município que direcione a aplicação dos recursos?
14. Em sua opinião, o que poderia ser melhorado no PRONAF?
15. O senhor recebeu alguma visita para fiscalizar a aplicação dos recursos?
16. Qual tem sido a função dos sindicatos de trabalhadores rurais e da EMATER na a

aplicação dos recursos do PRONAF?

17. O senhor vê perspectivas para os seus filhos continuarem sendo agricultores?
18. Há membros da família que tiveram que abandonar a agricultura?
19. O que deveria ser feito para manter os jovens no meio rural?
20. Como a sua instituição percebe a situação dos agricultores familiares no município na atualidade?
21. De que forma a sua instituição procura influenciar a aplicação dos recursos do PRONAF?
22. Existe algum tipo de fiscalização na aplicação dos recursos?
23. No município há alguma integração das políticas públicas para a agricultura (federal estadual e municipal)?
24. O que tem sido pensado de novo, junto aos agricultores familiares, para melhorar sua condição de vida (cursos, palestras, reuniões, novas práticas, introdução de novos cultivos, agregação de valor, etc.)?
25. Da forma como estão sendo canalizados os recursos, o senhor acredita que os agricultores conseguirão manter-se nas propriedades e se reproduzirem socialmente?
26. Qual o orçamento (em percentual) da prefeitura para a agricultura no município?
27. Quais as dificuldades que se apresentam para que a instituição possa desenvolver atividades para melhorar a condição de vida dos agricultores?

ANEXO A

Município de Salvador das Missões a área de localização do estudo.

ANEXO B

Questionário padronizado Pesquisa AFDLP

Projeto: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade UFPEL/UFRGS/CNPq (2003)

Entrevistador:.....

Data:.....

Município	**Localidade**	**Nº Questionário**

Estrutura Fundiária, Capital e Produção

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De	Para	De	Para	

1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? .....
1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? .....
1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]? .....
1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]? .....

2) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares**)**

Quantidade de área

( ) através de herança .....
( ) compra de parentes .....
( ) compra de terceiros .....
( ) através de doação .....
( ) as terras são de posse provisória .....
( ) por atribuição (colonização, etc) .....
( ) outra_____

3) [redacted] (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros**:**

( ) o marido herdou a terra de sua família
( ) a esposa herdou a terra de sua família
( ) ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual
( ) outra

4) Como o pai do Senhor procedeu na distribuição de sua propriedade aos seus filhos (no caso a ele próprio e eventuais irmãos)?

( ) Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)

( ) Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)

( ) Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)

( ) A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros **(**DESIGUAL NÃO COMPENSADA**)**

( ) A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)

( ) Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)
( ) Não houve herança

5) Atividades de produção vegetal – roça **[Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Especificação	Superficie Área Plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade	Valor/Unidade (R$)		
Arroz						
Batata – Doce						
Batatinha						
Cana Açúcar						
Feijão						
Fumo						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Trigo						
Legumes e Verduras	[Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar					
Frutas	[Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]					
Uva						
Pêssego						
Pastagem Plantada						
Pastagem Nativa						

( ) Outra forma_____

Reflorestamento e extração de madeira

Acácia-negra						
Eucalipto						
Pinus						
S A U Total						

Matas e Florestas		
Matas e		**OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.**
Benfeitorias (casa,		
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)		
Terras Inaproveitáveis		**OBS. II – Solicite PRIMEIRO a informação sobre a área em terras inaproveitáveis (banhados, penhascos, etc.), DEPOIS sobre benfeitorias e o restante da área incluir em matas e florestas.**
Terras Inaproveitáveis		
Terras Inaproveitáveis		
Área Total		**matas e florestas.**
Área Total		

6) Aquisição de insumos para produção vegetal

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
Sementes		
Mudas		
Adubos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		

Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).

7) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal?

( ) venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres
( ) para cooperativa
( ) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
( ) para poder público – município, etc.
( ) para o intermediário – atravessador
( ) não vende
( ) outro_____

8)Possui HORTA?Sim) Não ( )

8.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim ( ) Não ( )

8.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R$?.....

8.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

( ) alface ( ) cenoura ( ) repolho ( ) radite ( ) pimentão ( )
( ) beterraba ( ) couve ( ) tomate ( ) rúcula ( ) moranga ( )
( ) cebola ( ) salsa ( ) alho ( ) couve-flor ( ) brócoli ( )

9) Possui POMAR? Sim ( ) Não ( )

9.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? Sim ( ) Não ( )

9.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R$?.....

9.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

( ) uva ( ) laranja ( ) pêra ( ) figo ( ) ..... ( ) .....
( ) pêssego ( ) bergamota ( ) goiaba ( ) limão ( ) ..... ( ) .....
( ) maçã ( ) abacate ( ) caqui ( ) tangerina ( ) ..... ( ) .....

10) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Inventário das Criações	Efetivo	Valor/	Animais	Preço Animais	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Suínos					
Ovinos					
Eqüinos / Muares					

11) Produção de origem animal [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unidade	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

12) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade
Sal mineral			
Rações (para suínos, bovinos, aves)			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas,			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas,			
Outros insumos animais (especificar)			

13)Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal?

( ) venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres
( ) para cooperativa
( ) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
( ) para poder público – município, etc.
( ) para o intermediário – atravessador
( ) não vende
( ) outro

(Transformação Caseira ou [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto

Produto produzido	Quantidade	Unidade	Preço Médio de Venda	Quantidade	Quantidade Consumida
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira comprado) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

16) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica?

( ) venda direta para consumidores – nas casa ou em feiras livres
( ) para cooperativa
( ) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
( ) para poder público – município, etc.
( ) para o intermediário – atravessador
( ) não vende
( ) outro_____

17) Benfeitorias e instalações [redacted]

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em **m²**
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leito fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

[redacted]

18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2001 a (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Idade
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20		
Mercedes 608		
Caminhonete Ford F1000 até F4000		
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)		
Trator (com menos de 20 anos-1982) [indicar a marca e a potência em		
Trator > 80 Hp		
Trator < 80 Hp		
Microtrator		
Equipamentos (com menos de 15 anos-1987)		
Arado de tração animal		
Arado de tração mecânica		
Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordenhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Engenho de cana		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)**		

(**) Saber quantidade e valor de: ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

DESPESAS

19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano?

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total agosto
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

20) Outros gastos (valores anuais) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto

Discriminação	Valor R$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica para Unidade de Produção	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	

21

) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade

( ) adubação verde( ) adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos
( ) curvas de nível ( ) reflorestamento de áreas degradadas
( ) plantio direto
( ) rotação de culturas
( ) consorciamento de culturas
( ) controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças
( ) Não realiza nenhuma prática conservacionista

FAMÍLIA ETRABALHO

22) Composição da família (Informar todos os componentes da família)

Nome	Relação com o chefe (A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)

(A)
hefe
2 Cônjuge
3 Filho
4 Filha
5 Genro
6 Nora
7 Netos
8 Avô
9 Avó
10 Irmão
11 Irmã
99 Outros

(B)
1 Trab tempo integral na UP (*)
2 Trab tempo-parcial na UP
3 Trab na propriedade e estuda
4 Trab tempo integral fora UP (*)
5 Somente estuda
6 Criança menor de 8 anos
7 Idoso maior de 65 anos
8 Não trabalha pq deficiente ou inválido
9 Trab doméstico – tempo integral
10 Trab doméstico – tempo parcial
11 Desempregado

(
1 Casado
2 Solteiro
3 Viúvo
4 Divorciado /Desquitado
99 Outros

(D)
1 analfabeto – nunca estudou
2 apenas lê e escreve
3 1ª a 4ª série completo
4 1ª a 4ª série incompleto
5 5ª a 8ª série completo
6 5ª a 8ª série incompleto
7 2º grau completo
8 2º grau incompleto
9 nível técnico
10 superior completo
11 superior incompleto
12 sem idade escolar

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

23) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [redacted]

		Em atividades PARA-		Em atividades NÃO-			
			Localização		Localização	Set	

(* [redacted] : consideram-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.
(**) [redacted] consideram-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.
(***) [redacted] consideram-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

24) Os membros de sua família que trabalham em tividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/não respondeu

[redacted] indique com que freqüência:

( ) regularmente
( ) às vezes
( ) quando sobra tempo
( ) quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)
( ) outra situação

25) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas

.....

26) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

[redacted] **em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas.**

Assinale apenas 1 alternativa:

( ) para investimentos na propriedade
( ) tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
( ) para o sustento (subsistência) da família
( ) nas despesas pessoais de todo tipo
( ) para aumentar o conforto da casa
( ) não sabe/não respondeu
( ) outra_____

[redacted]

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R$
( ) Aquisição de terras	
( ) Aquisição de veículos (utilitários)	
( ) Aquisição de equipamentos ou máquinas	
( ) Aquisição de terreno na cidade	
( ) Construção e reforma da casa	
( ) Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
( ) Outros investimentos (especificar)	

29) [redacted], assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002).

Tipos de rendas	Valor (R$) total recebido
( ) Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
( ) Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
( ) Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
( ) Pensões judiciais	
( ) Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
( ) Juros de aplicações financeiras ou poupança	
( ) Outras rendas (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

30) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos) [redacted]

( ) Não recebeu assistência técnica
( ) ONGs
( ) Cooperativa de produção ( ) Empresas integradoras
( ) Sindicato( ) Assistência técnica particular (liberais)
( ) Secretaria Estadual de Agricultura
( ) EMATER
( ) Secretaria Municipal de Agricultura

31) [redacted] **Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:**( ) muito satisfeito
( ) satisfeito
( ) insatisfeito
( ) não sabe/não respondeu

32) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas
Sim ( ) Não ( )
Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo
Sim ( ) Não ( )
Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias
Sim ( ) Não ( )
Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários
Sim ( ) Não ( )
Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais
Sim ( ) Não ( )

33) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola [redacted]

Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe/não respondeu

[redacted] informar (responder utilizando códigos):

		duto ou finalidade do to	iado	s	stação (R$) por mês ou ano]

ização
nto

(B)		
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3.Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

34) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe/ não respondeu

34.1 [redacted] o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola(setembro de 2001 a

me da pessoa que recebeu o	efício [redacted]	meses em que nefício	l recebido

Códigos

[redacted] (A)	
1 Aposentadoria	2 Pensão

35) No último ano agrícola [redacted] o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe/ não respondeu

35.1) [redacted] indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

( ) Custeio da atividade produtiva da família

( ) Compra de máquinas e/ou equipamentos

( ) Outro. Especificar qual?

36) Qual sua religião?

( ) Católica ( ) Protestante/evangélica - IECLB ( ) Pentecostal – "Crentes" ( ) outro

INFRAESTRUTURA BÁSICA

37) Composição da moradia [redacted]

Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

37.1) Instalações sanitárias [redacted]

mpleto (*)	
completo (**)	
latrina	

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não) (**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

37.2)Tipo de piso predominante

[redacted]ssinalar apenas uma opção)

37.3)Tipo de cobertura predominante

Especificação	

(Assinalar apenas

Especificação	
Telha de barro	
Telha de amianto (Brasilit)	
Capim ou palha	
Zinco ou outro metal	
Outra	

37.4) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)

Tijolo com revestimento	
Tijolo sem revestimento	
Tábuas	
Tapumes ou chapas de madeira	
Folha de zinco	
Barro ou adobe	
Outra	

38) Abastecimento de água

39) Destino dos dejetos humanos

Especificação	
Poço artesiano	
Córrego/Açude	
Cacimba	
Água do vizinho	
Outro tipo	

Especificação	
Fossa simples (seca)	
Fossa séptica/poço absorvente	
Direto no solo	
Direto nos cursos d'água	
Não tem	
Outro destino	

40) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

( ) rede geral
( ) gerador próprio
( ) não possui
( ) outro

41) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som			
02 Automóvel		12 Máquina de lavar roupa	
03 Batedeira		13 Moto	
04 Bicicleta		14 Parabólica	
05 Ferro elétrico		15 Rádio	
06 Fogão a gás		16 Televisor	
07 Fogão à lenha		17 Vídeo cassete	
08 Forno elétrico/microondas		18 Linha de Telefone fixo	
09 Freezer		19 Celular	
10 Geladeira			
11 Liquidificador			

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim ( ) Não ( )
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim ( ) Não ( )
03 Sindicato de trabalhadores	Sim ( ) Não ( )
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim ( ) Não ( )
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim ( ) Não ( )
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim ( ) Não ( )
99 Outros tipos de entidade (especificar)	
	Sim ( ) Não ( )
	Sim ( ) Não ( )

42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [redacted]

43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [redacted]

( ) na própria comunidade onde residem
( ) no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem
( ) na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)
( ) outra localidade

44) Em quem o Senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

( ) nos técnicos da Emater
( ) no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
( ) nos Vereadores do município
( ) nos dirigentes do seu sindicato
( ) no pastor e/ou padre da Igreja que freqüenta
( ) nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
( ) nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
( ) nos vizinhos
( ) Não sabe/não respondeu

45) Em quem o Senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

( ) nos técnicos da Emater
( ) no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
( ) nos Vereadores do município
( ) nos dirigentes do seu sindicato

( ) no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
( ) nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
( ) nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
( ) nos vizinhos
( ) Não sabe/ não respondeu

46) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:

( ) Muito satisfeito
( ) Insatisfeito
( ) Satisfeito
( ) Não sabe/não respondeu

47) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):

( ) uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
( ) uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
( ) uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral( ) Não sabe/ não respondeu

REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO

48) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

( ) melhorou muito, em todos os aspectos
( ) está pior do que antes, nada melhorou
( ) melhorou, em algumas coisas
( ) não se aplica (os pais não eram agricultores)
( ) não sabe/ não respondeu

49) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

50) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

51) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

52) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

( ) continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
( ) deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
( ) buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
( ) procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
( ) Não sabe/ não respondeu

53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção**)?**

( ) Muito satisfeito
( ) Satisfeito
( ) Insatisfeito
( ) Não sabe/não respondeu

54) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

( ) Muito satisfeito
( ) Satisfeito
( ) Insatisfeito
( ) Não sabe/não respondeu

55) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa (assinalar apenas uma alternativa)?

( ) a paisagem
( ) o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos
( ) os animais e as plantas
( ) a tranqüilidade
( ) os vizinhos e a comunidade em que vive
( ) Não sabe/não respondeu

56) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

[redacted] **apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:**
.....

57) Em época de eleição, o Senhor costuma votar em candidatos que defendem e/ou apresentam propostas para agricultura e o meio rural?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

58) Qual destas propostas o senhor normalmente (em todas as eleições de que participa) leva em consideração na escolha do candidato ou partido? (assinalar apenas uma alternativa)

( ) melhoria de acesso ao crédito e financiamento
( ) melhoria da assistência técnica
( ) melhoria das estradas, da água e da luz
( ) melhoria da segurança, saúde e educação
( ) não sabe/ não respondeu

59) Na hora de votar, o Senhor atribui maior importância:

( ) ao partido
( ) as propostas apresentadas
( ) ao perfil do candidato ( ) não sabe/ não respondeu

60) O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família? (pedir para destacar o aspecto mais importante)

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo